

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Revista Querubim

Letras – Ciências Humanas – Ciências Sociais

**Edição 47
Ano 18**

**Volume 03
Ciências Sociais**

**Aroldo Magno de Oliveira
(Org./Ed.)**

2022

2022

2022

2022

Niterói – RJ

Revista Querubim 2022 – Ano 18 nº47 – vol. 3 – Ciências Sociais – 75p. (junho – 2022)
Rio de Janeiro: Querubim, 2022 – 1. Linguagem 2. Ciências Humanas 3. Ciências Sociais – Periódicos.
I - Título: Revista Querubim Digital

Conselho Científico

Alessio Surian (Universidade de Padova - Itália)
Darcília Simoes (UERJ – Brasil)
Evarina Deulofeu (Universidade de Havana – Cuba)
Madalena Mendes (Universidade de Lisboa - Portugal)
Vicente Manzano (Universidade de Sevilla – Espanha)
Virginia Fontes (UFF – Brasil)

Conselho Editorial

Presidente e Editor

Aroldo Magno de Oliveira

Consultores

Alice Akemi Yamasaki
Bruno Gomes Pereira
Elanir França Carvalho
Enéias Farias Tavares
Francilane Eulália de Souza
Guilherme Wylie
Hugo de Carvalho Sobrinho
Hugo Norberto Krug
Janete Silva dos Santos
João Carlos de Carvalho
José Carlos de Freitas
Jussara Bittencourt de Sá
Luciana Marino Nascimento
Luiza Helena Oliveira da Silva
Mayara Ferreira de Farias
Pedro Alberice da Rocha
Regina Célia Padovan
Ruth Luz dos Santos Silva
Shirley Gomes de Souza Carreira
Vânia do Carmo Nóbile
Venício da Cunha Fernandes

SUMÁRIO

01	Amanda Valéria Sousa Lima e Roselene de Souza Portela – A entrevista como processo de mediação do assistente social: entre a racionalidade conservadora e a racionalidade crítica	04
02	Bruna Maria Eduardo de Paula – O assistente social na assistência ao cuidado da saúde dos pacientes em alta social	12
03	Caroline Helena Lacerda Bretas Telma e Oliveira Soares Velloso – Bourdieu na escola: violência simbólica e a promoção da intolerância e o bullying	23
04	Edna Maria de Melo et al – Nas falas das histórias ecoa-se memórias: análise empírica da cotonicultura imaterial do Seridó do Rio Grande do Norte	28
05	Elane Dias da Silva e Santos et al – Mapa conceitual no ensino de geografia na educação de jovens e adultos: revisão sistemática no período 2009-2020	37
06	Gustavo Henrique Andrade de Araújo e Thelma Pontes Borges – Araguaína: a urbanização de uma cidade média do cansaço	45
07	Hugo Leonardo da Silva Lesbão et al – Novas tecnologias no ensino da geografia: os desafios do uso do Google Maps pelos professores da rede de ensino de Pedreiras – MA	55
08	Juliane Vitória da Cruz Gomes et al – A percepção da equipe multidisciplinar sobre o atendimento em situações de óbito neonatal	64

A ENTREVISTA COMO PROCESSO DE MEDIAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL: ENTRE A RACIONALIDADE CONSERVADORA E A RACIONALIDADE CRÍTICA

Amanda Valéria Sousa Lima¹
Roselene de Souza Portela²

Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir a respeito das racionalidades conservadora e crítica e suas implicações sobre o instrumental da entrevista social utilizada pelos assistentes sociais, como prática mediadora em sua intervenção profissional. Esta análise se faz necessária, diante da perspectiva de origem da profissão no Brasil, que se fundamentava na lógica conservadora, de manutenção do capital, pautada na perspectiva modernizadora e, diante de um movimento de ruptura, passa a conceber o exercício profissional a partir de uma racionalidade crítica, de viés marxista.

Palavras-chave: Racionalidade conservadora, racionalidade crítica, entrevista social.

Abstract

The article aim to reflect on the conservative and critical rationalities and their implications on the instruments of social interview used by social workers, as a mediating practice in their professional intervention. This analysis is necessary, given the perspective of the origin of the profession in Brazil, which was based on the conservative logic, of maintaining capital, based on the modernizing perspective and, in the face of a rupture movement, starts to conceive the professional practice from a critical rationality, with a Marxist bias.

Keywords: Conservative rationality, critical rationality, social interview.

Introdução

A discussão teórica sobre racionalidades conservadora e crítica vem ganhando destaque nos últimos tempos, trazendo à tona debates acerca de temáticas presentes na realidade social, as quais estão imbricadas nas relações de produção e reprodução das relações sociais.

Além disso, está presente no debate sobre as políticas públicas, na forma como se elaboram, nas normatizações e regulamentações das relações entre a sociedade civil e a sociedade política, nos espaços de participação e controle social, nas lutas sociais, nos movimentos sociais, entre outros. Dentro desse contexto, destaca-se como as racionalidades conservadora e crítica influenciaram o Serviço Social ao longo da sua trajetória histórica.

Evidenciar-se-á, no presente artigo, tanto a existência histórica de correntes profissionais inscritas na lógica positivista, comprometidas com a manutenção do capitalista como, por exemplo, a perspectiva modernizadora, quanto, sendo fruto de uma longa trajetória de luta, a tradição marxista, a qual, no contexto do Serviço Social, oferece o fundamento teórico para a formulação do projeto profissional de cunho crítico.

¹ Assistente Social, Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Técnica-Administrativa em Educação da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia - GPPUMA.

² Assistente Social, Doutora em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Professora Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia - GPPUMA.

Nesse sentido, o Serviço Social ganha destaque enquanto mecanismo de execução das políticas sociais (NETTO, 1992). Parte-se, por consequência, da apreensão que os diferentes instrumentais técnico-operativos, dos quais os assistentes sociais historicamente fazem uso, encontram a sua origem no âmbito da lógica capitalista.

Sendo assim, o artigo tem como objetivo refletir a respeito das racionalidades conservadora e crítica e suas implicações sobre o instrumental da entrevista social utilizada pelos assistentes sociais, como prática mediadora em sua intervenção profissional.

A racionalidade conservadora, a racionalidade crítica e suas implicações no Serviço Social

Guerra (2018) entende que a racionalidade conservadora é composta por duas racionalidades diferentes, sendo estas, a racionalidade formal-abstrata e a racionalidade instrumental. O presente tópico, primeiramente, visa uma aproximação à uma primeira definição dessas duas racionalidades, para poder demonstrar como elas influenciam o Serviço Social ao longo da sua trajetória histórica. Será a partir desse olhar histórico, que se compreenderá a necessidade de uma racionalidade crítica para o Serviço Social.

Segundo Guerra (2018), evidencia-se que tanto os espaços sócio-ocupacionais, quanto as respostas produzidas neles estão impregnadas pela racionalidade formal-abstrata.

Entende-se enquanto racionalidade formal-abstrata, uma racionalidade, que

porta uma tendência antiontológica, já que pelo seu agnosticismo questiona a possibilidade de que o conhecimento acesse a `coisa em si'. Ela tem nas teorias positivistas as premissas e os argumentos para a sua justificação, sendo responsável tanto pela apreensão da realidade como pseudoconcreticidade”, pelo enrijecimento da análise na forma, na aparência da realidade, quanto por designar uma pauta de procedimentos modulares (GUERRA, 2018, p. 185).

A autora continua especificando o comprometimento que a racionalidade formal-abstrata tem com a classe burguesa e com a garantia da manutenção do sistema capitalista. Segundo Guerra (2018, p. 185), a referida racionalidade impede a percepção das “determinações da sociedade burguesa”, em cujo âmbito se consolida a necessidade de apreensão do Serviço Social enquanto profissão inserido na divisão social e técnica do trabalho.

Portanto, é no contexto dessa inserção, que se atribui à profissão “uma instrumentalidade como tecnologia de controle social a serviço da lógica capitalista e do desenvolvimento da sociedade burguesa” (GUERRA, 2018, p. 185), garantindo a sua contribuição com o projeto burguês.

A racionalidade burguesa possui uma direção política e “apesar de não ser a única, pode ser considerada a racionalidade hegemônica do capital” (GUERRA 2018, p. 185). Assim sendo, as instituições no Estado capitalista operam nessa racionalidade, a qual se apresenta no cotidiano profissional de diversas formas, sendo historicamente responsável pelo empobrecimento da formação e do exercício profissional do Serviço Social.

Netto (2006) afirma, nesse sentido, que o exercício profissional do assistente social não é determinado por meio das demandas dos usuários, mas por meio das possibilidades que as políticas públicas, formuladas por um Estado inscrito e dominado pela lógica do capitalismo, disponibilizam para a profissão. Guerra (2018, p. 187) afirma que,

a racionalidade formal-abstrata resultante deste processo de modernização conservadora, instaurando-se nos espaços institucionais do exercício profissional, passa a requisitar do assistente social uma postura de comprometimento às estruturas burocráticas administrativas [...] o estatuto de legitimidade profissional encontra-se na sua (suposta) cientificidade e capacidade de manipulação de um instrumental que lhe permita fornecer, prontamente, respostas que supostamente não contenham um conteúdo político, mas que possuam eficácia e eficiência às demandas predeterminadas, conduta que lhe molda e lhe requisita um perfil *sociotécnico*.

Sendo fortemente influenciada pela racionalidade burguesa, a intervenção profissional pauta-se no contexto do imediatismo, assim como na interpretação da realidade no nível de sua aparência, representando um contexto no qual os valores e finalidades da profissão passam a ocupar uma posição secundária, em detrimento dos procedimentos técnicos-instrumentais (GUERRA, 2018).

Complementarmente a essa racionalidade, identifica-se a racionalidade instrumental-operatória, que se apresenta como manipuladora, controlista e instrumental. Segundo Guerra (2018), a racionalidade instrumental, ainda que seja própria da sociedade capitalista, nasce fora do capitalismo, especificamente da relação homem-natureza. Ela se consolida a partir do momento em que o homem passa a se apropriar da natureza para garantir a sua sobrevivência e representa a “única forma possível de relacionamento entre os homens” (GUERRA, 2018, p. 191).

A autora aponta a funcionalidade da racionalidade instrumental à ordem social burguesa e a caracteriza enquanto subjetiva e formalista. Para ela, esta racionalidade é “subordinada e funcional: subordinada ao alcance dos fins particulares, dos resultados imediatos, e funcional às estruturas” (GUERRA, 2018, p. 191).

Sendo assim, quanto as racionalidades, Guerra (2018) destaca que as duas racionalidades, até então mencionadas, se complementam no âmbito do profissional, que a autora denomina enquanto profissional instrumental. Entende-se que

a razão formal-abstrata, [...] que opera também uma mudança nas bases da profissão, coloca-lhe novas exigências, novas funções e novo perfil, próprios das estruturas nas quais a profissão passa a ser chamada a se inserir. O segundo nível de resposta requisitado à profissão, tendo em vista as demandas provenientes do capital e do trabalho, são ações de caráter manipulatório que modifiquem as variáveis do contexto imediato, seja nos aspectos psicossociais, políticos, econômicos etc. (GUERRA, 2018, p. 188).

Ainda, de acordo com Guerra (2018), essas racionalidades articulam-se e complementam-se, prevalecendo no perfil profissional e imprimindo às respostas profissionais um caráter manipulatório e dominador comprometendo o ser social, tendo em vista que:

é o pensamento formal-abstrato que abstrai do acervo técnico-instrumental sua natureza, suas propriedades constitutivas, a teleologia dada pela intencionalidade política. Ao mesmo tempo, é a razão instrumental que adota, apenas, tendo em vista seus fins prático-operativos, sem reconhecer seus conteúdos éticos e políticos (GUERRA, 2018, p. 193).

O Serviço Social brasileiro, ao longo da sua trajetória histórica, foi influenciado por diferentes correntes teóricas, as quais se caracterizaram, entre outros, por meio dos seus diferentes posicionamentos em relação à ordem social do capital.

Netto (2006) analisa o movimento de reconceituação do Serviço Social brasileiro, o qual tem o seu começo no âmbito da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) e apresenta as diferentes tendências teóricas, que foram perpassados pelo Serviço Social anteriormente à formulação do seu atual projeto profissional.

O impacto da racionalidade conservadora, inerente às políticas sociais, se evidencia fortemente na perspectiva da corrente modernizadora, representada por meio dos seminários de Araxá e Teresópolis. Nessa perspectiva, o profissional assume um papel cuja característica predomina o *tecnoburocrata* e análise classificadora das demandas apresentadas pelos *clientes*.

Um exemplo muito nítido sobre os impactos da racionalidade conservadora no âmbito dos instrumentais do Serviço Social encontra-se no chamado *Documento de Teresópolis* (1970), tendo sido produto do II Seminário de Metodologia do Serviço Social realizado no ano de 1970, no qual apresentam-se tabelas que ofereciam aos profissionais respostas a serem dadas para diversas demandas apresentadas pelo usuário. Verifica-se, nesse contexto, o uso dos instrumentais da profissão num contexto de imediatividade (CBCISS, 1986).

O surgimento da corrente da “intenção de ruptura” (NETTO, 1992, p. 15), a partir da formulação do método BH, publicada pela primeira vez na década de 1980, manifesta o momento de ruptura do Serviço Social com o tradicionalismo.

Atualmente, o Serviço Social brasileiro se fundamenta em um projeto profissional baseado na teoria social crítica de Karl Marx. Nesse sentido, a profissão segue o objetivo de contribuir para a construção de uma nova ordem societária voltada para o atendimento das efetivas necessidades humanas e sociais, a partir da maturação da consciência teórico-crítica do profissional (NETTO, 1992), sendo necessária a negação da “ação puramente instrumental, imediata e espontânea, e reelaborá-la em nível de respostas socioprofissionais plenas dos seus princípios ético-políticos” (GUERRA, 2018, p. 200).

O Serviço Social é uma profissão que possui valores e princípios claramente definidos e orientados pelo projeto ético-político da profissão, o qual está vinculado à construção de outro projeto de sociedade (NETTO, 2006), e que se concretizam cotidianamente no trabalho profissional. Dessa forma, os assistentes sociais devem “privilegiar a utilização de instrumentos de caráter democrático, coletivo, menos burocrático, sempre alinhados com a realidade em que intervém” (SANTOS, 2013, p. 04).

Guerra (2018, p. 199) assinala que os assistentes sociais

[n]a realização da sua instrumentalidade, como capacidade de responder aos objetivos institucionais, mas também de redefini-los e construir novos, os assistentes sociais vão acionando racionalidades. Porém, temos percebido a permanência de um tipo determinado de racionalidade, que impregnou a cultura profissional em seus objetos, objetivos, princípios, valores, referencial teórico, instrumental técnico-operativo. A presença naturalizada desta racionalidade na profissão e a ausência de problematização de seus fundamentos conservadores não tem permitido que as intervenções profissionais se diferenciem das ações de natureza empirista, imediatista instrumental, e, por isso, reiterativas e modulares.

Aprende-se, nesse sentido, que o assistente social, no seu processo de trabalho nas instituições, tem a possibilidade de mobilizar diversas racionalidades. Entretanto, têm sido capturado pela racionalidade conservadora (inerente às instituições), fazendo com que o profissional adote, por exemplo, competências e atribuições que estejam contido nas normativas de programas e/ou projetos e/ou decretos ou por não conseguirem pensar para além das cartilhas e orientações dos programas e projetos dos governos.

Todavia, faz-se necessário que o profissional rompa com esta lógica conservadora e consiga imprimir uma racionalidade crítica ao seu fazer profissional, racionalidade esta que garante o seu comprometimento com o projeto profissional do Serviço Social. O profissional, nesse contexto, enfrenta diversos desafios, dentre os quais

um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de *decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo* (IAMAMOTO, 2008. p. 20).

Sendo assim, considerando que nos espaços sócio-ocupacionais, inseridos na lógica da racionalidade formal, as demandas dos usuários chegam no cotidiano dos assistentes sociais de maneira “imediatizadas, fragmentadas e heterogêneas” (GUERRA, 2018, p. 21), resultando na escolha e utilização do instrumental técnico-operativo de maneira conservadora. Nesse sentido,

é necessário entender o espaço onde o exercício profissional se realiza, como as demandas chegam ao serviço, as necessidades apresentadas pelos usuários e como a política social se operacionaliza na organização. Portanto, lançar mão do instrumental técnico-operativo sem entender o conjunto de mediações necessárias faz com que a “resposta” profissional fique aquém das possibilidades de uma ação consciente, crítica e competente (GUERRA, 2018, p. 20).

Esses são alguns dos desafios postos aos assistentes sociais que atuam nas mais diversas políticas públicas, com destaque para os profissionais inseridos na Política de Assistência Estudantil das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, tendo em vista os projetos que estão em disputa nesse espaço (interno e externos) e que carregam consigo racionalidades conservadoras, que buscam capitular os sujeitos sociais, especialmente no contexto atual, na qual a educação, de uma forma geral, vivencia tempos de “escola sem mordça”.

A conjuntura atual, com governo Bolsonaro e seus princípios e valores da ultradireita materializados, entre outros, por normativas (decretos/ofícios/memorandos), sob o discurso de orientar “boas práticas de gestão e de eficiência” nas IFES, a exemplo do ofício nº 16/2019 SESU/MEC³, que orienta a adoção de práticas pelos profissionais que rememoram ações da origem da profissão (fiscalizadoras, policialescas, entre outras) para serem realizadas pelos assistentes sociais das IFES em todo o Brasil.

Os valores defendidos pelo atual governo brasileiro são opostos ao que concebemos como projeto de Universidade, assim como contrários ao projeto profissional do Serviço Social, os quais repercutem negativamente na própria concepção de política de assistência estudantil que se tende a adotar.

³ Como exemplo o ofício circular nº 16/2019 SESU/MEC que orienta sobre controles, otimização e eficiência dos gastos no Programa de assistência estudantil das IFES.

Como fruto dessa racionalidade abstrata que demanda aos profissionais tais práticas e o projeto profissional tende a ser “trocado” pela relação de eficiência e eficácia instituída pelo governo federal, apresentando-se como uma possibilidade de retrocesso para a assistência estudantil, para as Universidades e para a profissão. Dessa forma, desafia-se aos profissionais criarem estratégias de subversão da ordem estabelecida por meio de uma racionalidade crítica.

Os instrumentais técnicos-operativos do Serviço Social: a entrevista

Destacou-se, até então a necessidade dos profissionais conseguirem imprimir no seu exercício profissional um viés mais crítico e, nesse sentido, a utilização dos instrumentais técnico-operativo a partir da racionalidade crítica, pois, somente por meio de uma perspectiva crítica e qualificada que os profissionais alcançam respostas, articulando-os as demais dimensões do trabalho do assistente social, tendo em vista que “os instrumentos e o conjunto do instrumental técnico-operativo colocam em movimento as demais dimensões do exercício profissional” (GUERRA, 2018, p. 22).

Nas palavras de Santos (2013, p. 04),

[c]omo os instrumentos são considerados meios de se alcançar uma finalidade, ao escolher um determinado instrumento de ação o profissional deve ter clareza da finalidade que pretende alcançar: se está coerente com as finalidades da profissão e se o instrumento escolhido permitirá a efetividade de tais finalidades – sabendo que essa efetividade é aproximativa. Por isso, o profissional deve estar em sintonia com o movimento da realidade, considerando as particularidades dos diferentes espaços em que intervém e, também, estar orientado pelos fundamentos e princípios éticos que norteiam a profissão.

Os assistentes sociais têm a sua disposição instrumentos que viabilizam a operacionalização dos seus processos de trabalho e que seu uso deve estar alinhado ao que a autora pontua acima. Dessa forma, destacam-se os principais instrumentos utilizados pelos profissionais, a saber: observação, entrevista, visita domiciliar, a reunião, a documentação, entre outros.

Os instrumentos e técnicas são na verdade estratégias sobre as quais se faz a opção de acordo com o contexto e o conteúdo a ser mediado para se chegar a uma finalidade. Quanto maior nosso conhecimento teórico, mais ampla será nossa cadeia de mediações, maiores as nossas possibilidades de construí-las (PRATES, 2003, p. 06).

No presente contexto, foi tomada a decisão de enfocar a entrevista social enquanto instrumento que permeia o exercício profissional, buscando enfatizar as possibilidades e estratégias utilizadas com o objetivo de imprimir a racionalidade crítica no manuseio desse instrumental.

A entrevista social é um instrumento que “é empregada quando se faz necessário entender um pouco mais sobre o usuário, seus questionamentos, queixas, manifestações, objetivando o alcance de determinadas finalidades com dada direção” (SANTOS; FILHO; BACKX, 2018, p. 25).

Como afirma Prates (2003, p. 10), na entrevista

buscamos conhecer a história de vida dos sujeitos usuários, privilegiaremos não uma reconstituição cronológica, mas a história a partir de fatos significativos, contextualizados, na tentativa de realizar o que Lefebvre chama de movimento de “detour”, um retorno ao passado que, reencontrado e reconstruído por sucessivas reflexões, volta mais aprofundado, libertado de suas limitações, superado, no sentido dialético.

A entrevista pode ser categorizada por tipos, tais como: estruturada ou fechada, não estruturada ou aberta ou semiestruturada, a depender da característica e objetivos pretendidos. A entrevista estruturada consiste no uso de um roteiro com perguntas, em ordem previamente estabelecidas e inalteráveis. A entrevista aberta ou não estruturada, quando a conversa é livre, sem um roteiro prévio. Já a semiestruturada são as que possuem objetivos e questões direcionadas, mas possibilita maior espontaneidade dos sujeitos entrevistados.

Ressalta-se que a perspectiva desse instrumental pode ser utilizado de maneira conservadora ou crítica, pois ainda que se possa escolher o melhor instrumental, se não forem feitas as mediações necessárias e ter clareza do objetivo, o instrumental pode ser usado de maneira conservadora, desta forma, reduzindo-se a uma ação tecnicista. Como aponta Guerra (2018, p. 63) no excerto abaixo:

Dentre as diversas expressões dessa racionalidade podemos identificar a tendência de classificar e categorizar a condição social dos sujeitos, para serem inseridos em uma das políticas/ programas sociais fragmentados, que demandará a utilização de instrumentos específicos (no “eterno retorno” as práticas de caso, grupo, comunidade). Essa racionalidade também se reflete, muitas vezes, na utilização do instrumental tradicional, especialmente nas entrevistas e nas visitas domiciliares, na medida em que, ao utilizar esses instrumentos, o profissional adota um perfil fiscalizador.

Infere-se que a dimensão técnico-operativa é como o Serviço Social aparece aos sujeitos usuários da política social e, por isso, deve ser indissociável das outras duas dimensões. Este é o movimento dialético da profissão, não sendo possível observar sem a relação teoria-prática.

Observa-se que alguns profissionais atuam de maneira aleatória e espontânea, sem, muitas vezes, refletir sobre a sua prática, tendo em vista a lógica capitalista que impõe ao profissional agir, sem ter tempo para a reflexão, não por desconhecimento, mas porque as demandas são inúmeras, aliada a falta de condições adequadas para a realização do trabalho, entre outros fatores.

Considerações finais

O assistente social está sujeito a incorporação de racionalidades conservadoras na sua intervenção profissional, influenciando tanto nas suas escolhas, quanto nos instrumentais técnico-operativos a serem utilizados, por vezes, passando a adotar um viés controlador, manipulador, imediatista, o qual fortalece a ordem do capital.

Contudo, ainda que estas racionalidades conservadoras sejam inerentes a sociabilidade do capital, percebe-se ser possível e necessário, tendo em vista que o projeto ético-político aponta e orienta os assistentes sociais adotarem uma racionalidade crítica na sua prática profissional.

Observar que os profissionais que atuam na execução das diversas políticas, especialmente na Política de Assistência Estudantil das IFES, muitos profissionais, por vezes, pautam sua intervenção seguindo, exclusivamente, os critérios descritos no decreto do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, seguindo a lógica do burocratismo e do imediatismo. Buscando na sua intervenção retirar discentes beneficiários dos programas de assistência, ao invés de trabalhar na perspectiva de garantir direitos, por meio da adoção posturas policialesca, fiscalizadoras e critérios meritocráticos, alinhados apenas ao que está previsto nas normativas institucionais. Essa mesma lógica (racionalidade conservadora) é impressa no uso dos instrumentais como as entrevistas sociais e/ou visitas domiciliares por eles utilizados, representando o abandono ou distanciando-se do projeto ético-político da profissão.

Nesse sentido, torna-se ainda mais desafiador não se deixar seduzir pela racionalidade burguesa, ainda que esta se apresente de maneira sedutora e multifacetada. Especialmente no contexto da lógica capitalista, do fazer sem tempo para refletir sobre a prática de maneira qualificada em tempos de trabalho altamente precarizado, amplia-se este desafio para profissionais, de imprimir uma racionalidade crítica no seu exercício profissional.

O cotidiano do trabalho dos assistentes sociais tem-se apresentado de maneira cada vez mais sufocante para estes profissionais, não possibilitando dispor de tempo para a reflexão sobre o seu fazer, uma vez que os atendimentos diários tem cada vez mais se avolumado dada a conjuntura de desmonte dos direitos sociais e a agudização das expressões da questão social tem contribuído para a intensificação deste trabalho e, conseqüentemente, a adoção de prática e uso dos instrumentais de maneira conservadora, contrariando a direção social da profissão.

Referências

- CBCISS, Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais. **Teorização do Serviço Social**. Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais. Rio de Janeiro: Agir, 1986.
- GUERRA, Yolanda. Racionalidades e Serviço Social: o acervo técnico-instrumental em questão. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2018.
- IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2008.
- NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabeth et al. (org.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.
- PRATES, Jane Cruz. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de Inspiração Marxiana. In: **Revista Textos & Contextos**, nº 2, ano II, dez. 2003.
- SANTOS, Cláudia M. dos. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. In: **Revista Conexão Geraes**, nº 3, 2º semestre de 2013.
- SANTOS, Cláudia M. dos; FILHO, Rodrigo de S.; BACKX, Sheila. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2018.
- TRINDADE, Rosa L. Prêdes. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2018.

Enviado em 30/04/2022

Avaliado em 15/06/2022

O ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA AO CUIDADO DA SAÚDE DOS PACIENTES EM ALTA SOCIAL

Bruna Maria Eduardo de Paula⁴

Resumo

O Assistente Social permeia as diversas dimensões sociais da vida e subjetividade dos sujeitos. Desenvolver cuidado em saúde requer adentrar as relações sociais e compreender seu processo dialético, para tanto, promover ações de cuidado em saúde empreende refletir acerca dos processos de cuidado enquanto necessidade ontológica do ser social, devendo este ser dimensionada para além do processo saúde - doença. É desenvolver na prática profissional a ação teleológica de captar as necessidades reais e aplicar o saber teórico no estabelecimento de cuidado integral e humanizado, no sentido de abarcar questões da doença, por meio de uma postura acolhedora, ética, considerando as particularidades dos sujeitos e sua família para que sejam compreendidos como parte do processo de atenção e não apenas como responsáveis pelo estabelecimento do cuidado e culpabilizados por sua condição. Desta forma, o estabelecimento do cuidado holístico requer uma prática estabelecida sem preceitos morais, de forma interdisciplinar para que se torne possível promover ações de promoção, prevenção e recuperação em saúde por meio da relação entre os diversos atores responsáveis pelo processo do cuidado. Desvelar a situação social do usuário e sua rede de suporte familiar no processo da hospitalização possibilita a garantia do cuidado continuado e a sua reabilitação no processo do pós-alta através de ações pautadas na humanização e respeito à vida, tornando o Assistente Social um produtor do cuidado.

Palavras-chave: Assistência à Saúde. Alta do Paciente. Fatores Socioeconômicos.

Abstract

The Social Worker permeates the different social dimensions of the subjects' lives and subjectivity. Developing health care requires permeating social relationships and understanding its dialectical process. Therefore, promoting health care actions involves reflecting on the care processes as an ontological need of the social being, which must be dimensioned beyond the health-disease process. It is to develop in professional practice the teleological action of capturing real needs and applying theoretical knowledge in the establishment of comprehensive and humanized care, in the sense of covering issues of the disease, through a welcoming, ethical posture, considering the particularities of the subjects and their family so that they are understood as part of the care process and not just as responsible for the establishment of care and blamed for their condition. Thus, the establishment of holistic care requires an established practice without moral precepts, in an interdisciplinary way so that it becomes possible to promote actions of health promotion, prevention and recovery through the relationship between the various actors responsible for the care process. Unveiling the user's social situation and their family support network in the hospitalization process enables the guarantee of continued care and their rehabilitation in the post-discharge process through actions based on humanization and respect for life, making the Social Worker a producer of Caution.

Keywords: Health Care. Patient Discharge. Socioeconomic Factors.

⁴ Escola Municipal de Saúde de São Paulo

Introdução

O presente trabalho parte da problemática do processo da alta hospitalar tensionada pelas questões biológicas e sociais dos indivíduos, contextualizadas no processo da alta médica e alta social. Em contexto hospitalar há uma predominância do modelo biomédico na atenção ao cuidado à saúde dos usuários da unidade, apesar dos avanços conquistados, obstando o princípio da integralidade instituída no Sistema Único de Saúde.

Observou-se que os usuários acompanhados durante o processo de internação hospitalar que apresentavam fragilidade econômica, dificuldades quanto à nova adaptação de vida e cuidados eram denominados casos sociais, os quais os Assistentes Sociais são tensionados a promover respostas rápidas e hábeis à dissolução da desospitalização e disponibilidade dos leitos hospitalares.

Esses casos tornam-se altas pendentes, denominadas pela equipe como alta social. Portanto, a alta médica não concebe a saída momentânea do paciente do ambiente hospitalar. É evidente que a questão do prolongamento da alta hospitalar dos pacientes é uma questão complexa seja entre os profissionais do cuidado, bem como, com as questões de saúde, uma vez, que o prolongamento da internação hospitalar pode desencadear em complicações de saúde evitáveis.

Portanto, podemos definir a alta social como o processo de saída do paciente do ambiente hospitalar, a alta clínica é médica, a desospitalização não ocorre devido a fatores sociais que o impede em retornar em seu local de origem. Sendo assim, a alta social do paciente não deve ser propriamente do Assistente Social, mas de toda a equipe de assistência ao cuidado.

Os pacientes que se encontram com fragilidade social denominados casos sociais tendem a ter um grande período de internação, a administração hospitalar tende a responsabilizar o profissional pela condição do paciente, os pressionando a desenvolver respostas hábeis e imediatas. Esse tensionamento tende a fragilizar as relações de equipe multiprofissional, desta forma, pretende se contribuir com o debate e discutir uma questão recorrente no cotidiano profissional do Assistente Social.

O presente estudo parte da necessidade de compreender a atuação profissional no processo da alta social, uma vez que o lócus de pesquisa abrange território de grande vulnerabilidade e risco social. Visto que o ambiente hospitalar acolhe usuários em situação de grande fragilidade e risco eminente, que necessitam de uma intervenção imediata. Para tanto se torna necessário originar a discussão acerca do papel do assistente social na área da saúde e contexto hospitalar, assim como a relevância do trabalho multiprofissional, interdisciplinar, ancorado no princípio da integralidade e conceito ampliado em saúde.

Para realização da pesquisa foi utilizada a abordagem de pesquisa de campo de caráter exploratório qualitativa, empregando a análise do discurso do sujeito coletivo – DSC, a fim de compreender a percepção dos profissionais Assistentes Sociais acerca do cuidado estabelecido na alta social. Para a coleta dos dados, foi realizada a entrevista semi-estruturada com perguntas abertas com 08 (oito) Assistentes Sociais da unidade hospitalar. A pesquisa partiu da indagação sobre quais os motivos que levam o Assistente Social a não promover o cuidado integral ao paciente na efetivação da alta social.

Protoformas do serviço social na saúde

O Assistente Social na área da saúde atenta-se as questões de saúde em seu conceito ampliado e as condições de vida dos sujeitos. Enquanto profissão sócio-histórica é legitimada enquanto categoria da área da saúde por meio da Resolução n.218/1997, do Conselho Nacional da Saúde e Resolução CFESS n.383/1999, ao qual reafirma e caracteriza o Assistente Social como profissional da saúde, não sendo exclusivamente desta área.

O Assistente Social enquanto profissional especializado desponta como um meio para encobrir ou controlar os efeitos dessa contradição. Inicialmente a profissão centralizou as intervenções nos problemas sociais e emocionais dos indivíduos que interferiam no processo de recuperação, sobretudo as questões socioeconômicas. Portanto, o Serviço Social nasce como uma profissão essencial para a reintegração humana com o desenvolvimento de uma prática calçada no trinômio higiene, educação e saúde os quais deixou marcas significativas na identidade da profissão até os dias atuais, implicando em uma profissão baseada no exercício profissional a partir do modelo médico clínico. (MARTINELLI, 2014)

O Assistente Social na área da saúde passa então a incorporar uma prática voltada para a constituição da relação entre instituição, família e usuário, buscando assegurar a continuidade do cuidado após a alta, no entanto, desenvolviam uma prática profissional direcionada na culpabilidade dos indivíduos pelos problemas vivenciados, focando a intervenção profissional na mudança de comportamento. Essas influências cooperavam para agilização dos atendimentos, maior rotatividade dos usuários nas instituições, o profissional desenvolvia um papel impositivo, uma vez, que buscava implicar a aceitação das normas que permeiam o contexto hospitalar até os dias atuais.

Na atualidade percebe-se a tentativa de resgate do cerceamento da prática profissional do Assistente Social em uma atuação dissociada aos princípios fundamentais da profissão, as estes são atribuídas demandas meramente administrativas, tensionadas de valores morais e impositivos, transferindo demandas como comunicação de alta e óbito, agendamento de consultas, queixas devido ao tempo de espera a atendimento dentre outras demandas a categoria profissional.

Implicações da alta social no contexto hospitalar

Frequentemente as intervenções que requerem suporte do Serviço Social são denominadas como caso social, podendo implicar em significados discrepantes. Para os Assistentes Sociais o termo esta relacionado à complexidade das situações de vulnerabilidade e risco social que não se limitam apenas ao contexto hospitalar, para as demais categorias o termo esta associado à carência de condições. (JESUS, 2017).

Há muitas lacunas quanto à compreensão do trabalho dos assistentes sociais no contexto hospitalar, seja pelos usuários do serviço, profissionais de saúde e até mesmo pela categoria profissional. Cabe salientar que nem todas as demandas acompanhadas pelo Serviço Social são casos sociais, têm-se acompanhamentos de situações sociais, e situações sociais que podem configurar-se em casos sociais.

As demandas caracterizadas como casos sociais são direcionados ao setor do Serviço Social através de encaminhamento da equipe recorrentemente pelos profissionais da área médica e de enfermagem, assim como no desenvolvimento do acolhimento social ao usuário, encaminhamentos de serviços e instituições externas.

Os casos que apresentam questões de vulnerabilidade ou risco social, por questões socioeconômicas ou fragilidade da rede social em estabelecer o cuidado posterior à alta são denominados de casos sociais pela equipe de assistência ao cuidado. E ao apresentarem condições clínicas de alta hospitalar passam a ser intitulados como alta social - que é o processo do qual a liberação e a saída do paciente dependem da avaliação das necessidades biopsicossociais. Essa ação vem sendo realizada pelos Assistentes Sociais e expressa a responsabilização da equipe multiprofissional responsável pela assistência do cuidado dentro e fora do ambiente hospitalar. (SEIBERT; et., al. , 2019).

Percebe-se que na vivência hospitalar as relações profissionais são tencionadas devido à superlotação e liberação dos leitos, a alta hospitalar é realizada pela equipe médica, centrada nas questões biológicas do sujeito, ou seja, em função do quadro clínico, no alívio dos sintomas e tratamento das doenças, uma vez, que as interações ocorrem com o leito e não com o sujeito, perdendo-se a horizontalidade do cuidado.

Portanto, frequentemente desconsideram as ausências dos indivíduos e suas realidades de vida, que são permeadas por múltiplas determinações sociais, econômicas e políticas que implicam na saúde desses sujeitos. Atentando se apenas “na preparação para a alta, a preocupação fundamental é como o retorno do trabalhador à sua função produtiva e com a vaga do leito hospitalar, pois os serviços de saúde são insuficientes para as necessidades das classes trabalhadoras.” (BRAVO 2014, p.100). E segundo o Conselho Federal de Serviço Social:

A alta médica e a alta social devem acontecer concomitantemente. Em situações em que o usuário já tiver recebido a alta médica hospitalar sem condições de alta social, cabe ao profissional de Serviço Social notificar à equipe, registrando em prontuário a sua intervenção, de forma a ratificar o caráter do atendimento em equipe, com o objetivo de estabelecer interface do usuário/familiar com a equipe. (CFESS, 2010, p.48)

A ausência de serviços e políticas públicas efetivas corrobora para fragilidade da assistência ofertada, passa a emergir um questionamento quanto à atuação do Assistente Social frente aos demais profissionais, tornando-se um constrangimento e pressão por parte da equipe médica e gestora da unidade para com os profissionais. Solicitam a desocupação do leito em um período ínfimo, desconsideram as ausências dos sujeitos e a necessidade da realização de uma alta segura e efetiva de modo atender os indivíduos em sua integralidade.

No desenvolvimento de um trabalho calçado em ações multidisciplinar o profissional Assistente Social torna-se um componente essencial na oferta dos cuidados em saúde, uma vez que o trabalho em equipe possibilita uma atenção e oferta qualificada aos usuários do serviço. Para tanto, torna-se necessária à reafirmação diária do profissional com o Projeto Ético Político da profissão para com as demais categorias profissionais para que busque direcionar a atenção do cuidado no sentido de garantir e efetivar direitos, bem como o atendimento integral a saúde.

O assistente social no cuidado em saúde

O cuidado é construído cotidianamente nos cenários em que se constroem as relações de poder, no qual este não deve ser sobressaído, ao contrário, é preciso que se complementem. Esse cuidado se estabelece através de uma relação de corresponsabilidade, construído estrategicamente considerando as determinações que circundam a vida cotidiana, na direção de obter um cuidado humanizado e integral.

Segundo o Conselho Federal de Serviço Social “o profissional de Serviço Social pode ser um interlocutor entre os usuários e a equipe de saúde com relação aos determinantes sociais”. (CFESS, 2010, p. 49). Em contextos hospitalares esse profissional realiza além de atendimentos concretos, mas se estabelece pontes, desenvolve laços entre família e instituição de saúde.

Dessa forma, o Assistente Social se insere como parte integrante do processo de cuidado, que está incessantemente firmado em sua prevalência genérica de culpabilização, sobre carga de responsabilidade do seio familiar e a longitude da saúde concebida enquanto direito social. Apesar de estabelecida enquanto política pública, direito do cidadão e dever do Estado, universal e igualitária, observa-se grande fragmentação ao que diz respeito à falta de compreensão, oferta de acolhimento de forma integral e igualitária desses indivíduos nos equipamentos públicos.

Enquanto componente da equipe multiprofissional o Assistente Social possui espaço singular na equipe de assistência ao cuidado à saúde por ser a categoria profissional que unicamente centraliza sua intervenção no indivíduo e em seu problema, realizam uma leitura global através da contextualização social e estrutural de sua situação seja ela clínica ou social. Essas intervenções são norteadas pelo Código de Ética Profissional, Lei de Regulamentação da Profissão e propriamente na área da saúde pelos Parâmetros para a atuação do Assistente Social na Saúde desenvolvido pelo Conselho Federal de Serviço Social.

Portanto, assume função específica na equipe multiprofissional, a exemplo quando identificado casos sociais, pois não ocorrem intervenções das demais categorias quanto à situação e o Assistente Social passa a ser reconhecido em suas competências profissionais como unicamente capaz de intervir e solucionar essas questões. Por apresentar caráter interventivo de modo tende a materializar o acesso a direitos sociais e políticas públicas, no sentido de promover coesão social.

Desta forma, esse profissional se propõe ofertar respostas teórico-prática, para que suas ações se direcionem a emancipação humana. Para tanto é preciso que se apreendam as determinações que permeiam a realidade social, contemplando as alternativas existentes por meio do atendimento qualificado e reflexivo que é ofertado durante o processo do cuidado, seja lançando os instrumentais e técnicas específicas da profissão, como a escuta qualificada, o acolhimento e demais ações.

Resultados da pesquisa e análise dos dados

A aproximação com a temática analisada em torno do processo da alta social ocorreu por meio da vivência da problemática no contexto hospitalar durante o período de residência multiprofissional. Dessa forma vieram várias indagações sobre a temática ao qual se materializou através da pesquisa e entrevista realizada com os profissionais Assistentes Sociais da unidade hospitalar. Trata-se de Pesquisa qualitativa cujo projeto foi aprovado pelos dois Comitês científicos denominados como Grupo Assessor em Pesquisa Institucional (GAPI) e Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição onde a pesquisa foi realizada tendo recebido o Protocolo nº CAAE. 45766821.8.0000.0086.

Deste modo, ao indagarmos na pesquisa se o Assistente Social promove atendimento integral ao cuidado do paciente verificamos um ponto em comum entre as falas de 05 entrevistados (as) aos quais apontaram que:

Promover atendimento integral eu acredito que não consiga aqui dentro do hospital, eu acho que falta apoio da diretoria médica e principalmente da coordenação do Serviço Social [...].

Eu considero que o Assistente Social ele não consegue promover o atendimento integral, porque envolve uma equipe multidisciplinar, outras áreas do saber, que deveriam todos em prol do paciente ter esse olhar na totalidade da situação [...].

Bom aqui nessa instituição eu entendo que integral não! Primeiramente porque a gente não consegue fazer um trabalho multiprofissional aqui. Não existe essa dinâmica dentro dessa instituição, a gente trabalha uno aqui, muitas das vezes atendemos pacientes com questões psiquiátricas, questões psicológicas importantíssimas, mais psicológicas e a gente não conseguem nem solicitar o suporte da psicologia porque neste momento o setor não tem! Fica muito difícil a gente dar um atendimento integral se a gente não consegue ter a equipe multi para nos dar uma assistência.

Eu penso que muitas vezes o atendimento integral ele fica complicado, nem sempre o profissional consegue promover, atingir na totalidade, o cuidado que o paciente no caso teria que ter muitas vezes entra na questão na parte do SUS em relação às necessidades que o paciente necessita, só que barra na limitação que o SUS oferece.

Bom em minha opinião não! Integral totalmente não, porque depende também de outros profissionais envolvidos, depende de uma rede toda, então só unicamente o Assistente Social não, ele não consegue.

Percebe-se nas questões apresentadas que o atendimento integral não se materializa devido a barreiras institucionais dentre elas esta a ausência de recursos humanos, a inexistência de um trabalho articulado entre os profissionais, realizado em uma perspectiva multidisciplinar, integrado com os equipamentos que compõe a rede socioassistencial.

Na indagação sobre as dificuldades em realizar a alta social, as depoentes alegaram que:

A questão da alta eu acho que é que não é visto além, para fora, o paciente aqui ele é cuidado e ai quando vai de alta ele precisa de cuidados na alta, então muitas vezes não está preparado lá fora para isso e a gente corre atrás, entramos em contato com serviços que existe só que tem aquela pressão, muitas vezes vai de alta sem ter apoio nenhum, acompanhamento nenhum da unidade básica de saúde ou de qualquer outro serviço, eu acho que essa é a grande dificuldade em realizar a alta.

Bom é a dificuldade que pelo menos eu encontrei foi no sentindo de pacientes que por conta de vulnerabilidade, não encontra na família uma possibilidade de recebê-lo, e barra também nas suas necessidades caso precise de um serviço público, então a dificuldade maior que eu encontrei foi isso, é sem apoio familiar e serviços públicos escassos.

Em relação à alta social eu acho que o maior impacto aqui é ter o respeito dos demais profissionais, dos demais técnicos e colegas de trabalho, com tempo do trabalho do Serviço Social, o profissional Assistente Social ele é o pressionado, sendo que esse recurso não depende dele, ele precisa articular com uma rede, a tirar o paciente do hospital.

Então a dificuldade em minha opinião em realizar a alta social no ambiente de trabalho é quando eles, a equipe médica, ou a enfermagem colocam como se fosse só o Serviço Social, o Assistente Social responsável pela aquela alta, e na verdade não é. A alta muita das vezes esta alta social, mas envolve os outros profissionais também, não é só o Serviço Social, embora esta seja alta social, mas ai tem outros profissionais que podem e que também estão cuidado do paciente, prestando assistência, mas fica como se fosse só o Assistente Social.

As dificuldades que eu vejo aqui no hospital é que a alta social ela esta dissociada da alta médica, da alta clínica que aquela visão é antiga, que perpetua no hospital da visão biomédica onde todo o cuidado ta centralizado na doença, aqui não tem um trabalho de equipe multidisciplinar e outra porque esta centrado na doença, a equipe não vê o paciente na sua integralidade considerando os determinantes sociais desse paciente então eles deixam e, isso frustra a equipe e frustra a gente também, porque a alta social também depende das relações intersetoriais, as vezes vai até para fins judiciários, vai para outras instituições, então a gente fica a mercê dessas respostas que também frustra a gente e a equipe.

a gente tem bastante dificuldade nessa parte porque não tem serviço também para acolher, o que tem público é pouco, e a família quando é particular também não tem condições de estar pagando porque geralmente todas são acima de um salário mínimo.

Eu entendo o seguinte: as instituições no Brasil funcionam de forma muito precária e até o usuário conseguir aquele benefício que ele está pleiteando, até mesmo a gente que está tentando conseguir para ele seja um hospital de retaguarda, seja uma casa de acolhida ou alguma coisa nesse sentido demora demais.

A grande dificuldade em todos os hospitais de urgência é a pressão entre aspas que tem para estar fazendo esse rodízio de leito e termina aí deixando o profissional às vezes exausto, irritado, tendo mesmo que de uma forma ou de outra bater de frente com a equipe que assiste, se a pressão vier da equipe ou da diretoria para estar garantindo essa etapa de trabalhar, de entender, de buscar, de intervir, de fazer contato com a rede para estar procurando a melhor forma possível de uma alta social.

Percebe-se que as maiores implicações para realização da alta social estão nas questões institucionais, a concepção de saúde e cuidado são centrados na ausência de doenças, os profissionais são pressionados a ofertarem respostas rápidas o que pode desenrolar em ações pragmáticas, a categoria acabando sendo responsabilizada e denominada como unicamente responsável pelo cuidado do paciente, a partir da alta médica, estes esbarram em equipamentos públicos escassos, e a pressão pela rotatividade do leito implicam diretamente nas relações entre os profissionais do cuidado gerando sentimento de frustração e exaustividade.

Diante dessa questão indagamos sobre os sentimentos da categoria profissional diante das demais profissões que atuam na assistência ao cuidado do paciente, cujas narrativas demonstram as seguintes questões:

Eu acho que é bem na questão de desvalorizar o Serviço Social por causa dessa questão de que tudo é do Serviço Social e cobrar essa questão de promover alta sem ter um acompanhamento lá fora, a cobrança é muito grande do Assistente Social e aí eu acho que fica faltando atendimento do paciente, que são muitos pacientes que vão sem o atendimento nenhum do Assistente Social, que muito vai embora sem nenhum atendimento.

Bom muitas vezes eu me sinto um profissional que no caso as demais profissões não conhecem o nosso trabalho, então às vezes a gente precisa explicar, às vezes a gente é mal interpretado, mal compreendido e todo mundo também às vezes se acha um pouco Assistente Social então isso é um desafio que nós como Assistentes Sociais temos que ter no dia a dia.

Eu me sinto nadando sozinha numa correnteza, contra a correnteza, é assim que me sinto! Muita das vezes não tem nem troca e nem a escuta com os demais profissionais, eu acho que é a maior dificuldade deste hospital é a questão da troca mesmo, a questão da escuta, da comunicação, a falha na comunicação, eu acho que é aí. E o respeito também com o outro colega, eu acho que é isso.

A gente se sente bem limitada em relação às outras profissões, as outras profissões não entendem que ele veio aqui por uma demanda, já resolveu aquela situação clínica e não tem mais o porquê de estar ficando aqui, o Serviço Social vai atrás da família, vai atrás de um local público porque não tem condições de acolher, tudo isso demanda tempo, só que as outras profissões não entendem isso, acha que deu alta tem que ir embora seja do jeito que for.

O Serviço Social carece de muita informação, porque o nosso trabalho acaba sendo dificultado por coisas que um administrativo poderia fazer e não faz porque não tem pessoal para isso, então acaba sobrando para o Assistente Social, os demais profissionais não entendem muito bem o que a gente faz. Porque a diretoria vê o Assistente Social na minha interpretação como um auxiliar, quase que um auxiliar

administrativo, mas com ensino superior. E essa é a questão por não ter um trabalho desenvolvido aqui dentro de equipe multiprofissional, fica apenas para o Serviço Social e as outras profissões não participam, precisa ter uma equipe e isso não acontece aqui dentro, infelizmente. A cultura desse local aqui é olha o paciente esta de alta, é caso social, é o Serviço Social, é problema de vocês, sendo que isso impede a visão de que é uma equipe, aqui nesse hospital a gente percebe que fica só com o Serviço Social quando é uma alta social pendente, eles entendem que os outros têm que ficar de fora e isso na minha interpretação dificulta muito a visão que eles têm da gente, a gente acaba virando um auxiliar administrativo.

Eu penso assim que enquanto a nossa categoria ficasse responsável ali naquele cuidado, naquela assistência e não é só a gente, eu vejo que tem a equipe de enfermagem, a equipe médica, mas muitas vezes fica como se fosse só a gente, não tem aquela coisa de equipe, parece que só o Assistente Social, por exemplo, aqui no hospital no hospital tem nutricionista, tem médico, tem enfermeiro, tem fono, mas muitas vezes parece que é só a gente que atua no cuidado então as vezes me da essa impressão, parece que é só a gente, mas não tem a equipe multi e parece que é só o Serviço Social.

Percebe-se nas colocações dos entrevistados o sentimento de desvalorização, falta de compreensão de suas atribuições profissionais, a estes são continuamente conferidas atividades administrativas à categoria e atribuído tudo aquilo que não tem um responsável em desenvolver. Outro fator é a ausência de um trabalho multiprofissional, pois ações não são desenvolvidas em equipe, mas de forma categorizada. Quando questionamos sobre a concepção profissional sobre o significado da alta social obtivemos as seguintes colocações:

Alta social é seria as questões sociais do paciente, entender que o paciente ele não é só o corpo, tem questões como quem vai cuidar desse paciente, qual o suporte dele, questão do cuidado físico, financeiro, então seria essa a questão social.

Alta social é no meu entendimento quando a pessoa recebeu já a alta médica e só necessita de estar “ok” em relação ao local onde ela vai ficar, é se ela necessita de cuidados, quem vai ser a pessoa responsável, enfim, é isso, quando a alta esbarra com a necessidade do paciente, nas questões sociais e o paciente acaba não saindo.

Pra mim alta social é quando a pessoa esta em condições de voltar para casa ou para qualquer outro local, que seja abrigo, centro de acolhida ou ILPI, vai estar dependendo dessa alta social porque não tem local para eles assim, teve alta e já opa, já tem um centro de acolhida, já tem uma instituição de longa permanência, ou tem já um hospital de retaguarda também assim que já teve alta, então fica com a alta clínica, mas a alta social fica dependendo, pendente, porque fica aguardando local adequado para estar recebendo, seja a família ou outro serviço, para mim alta social é isso.

Alta social para mim é aquilo que esta além das questões médicas, questões de doenças, apesar de que a Organização Mundial da Saúde ela prevê que a saúde não é só a ausência de doenças, é bem-estar físico, mental e social do paciente. Então a alta social para mim é quando as questões das expressões sociais vão influenciar no processo de saúde-doença do paciente, então ela tem que ser concomitante com a alta médica, eu vejo dessa forma.

É tudo que visa o bem-estar do paciente, uma alta segura, assistência quando ele não pode ter o alto cuidado você ter e referenciar esse paciente para alguém que possa ajudar ele no dia-a-dia nas demandas dele, nas dificuldades dele, é garantir na alta ele tenha esse respaldo que ele precisa até ele ter autonomia, voltar a ter autonomia dele e quando não volta da autonomia é você trabalhar incansavelmente para estar deixando alguém como respaldo para garantir o que ele precisa as demandas dele.

Alta social, digamos o paciente teve a alta clínica, entretanto, ele necessita, por exemplo, de uma casa de acolhida ou ele precisa de um local mais específico um hospital de retaguarda, onde isso acaba passando pela análise e avaliação do profissional junto com

os demais, que deveria acontecer, mas no foco do Assistente Social justamente pleitear isso junto as instituições, eu entendo que essa é a nossa função, mas juntos aos demais profissionais, não sozinhos e isolados, então para mim a alta social é paciente saiu a vaga, estou pleiteando a vaga do paciente da clínica médica numa casa de acolhida, saiu a vaga para ele aquela casa de acolhida a alta é social, não mais pendente, ele vai para aquele local que foi pleiteado.

Os profissionais compreendem a saúde em seu conceito ampliado, para que a alta seja ofertada de forma segura é necessário que todas as questões, sejam elas clínicas ou sociais, estejam adequadas para efetivação da alta hospitalar. As questões sociais quando apresentadas durante o processo de hospitalização passa a ser trabalhada como caso social e a alta social é realizada na saída do usuário do ambiente hospitalar, quando o direito é assegurado.

Contudo, dois profissionais entrevistados apontaram discordar com a significação do termo por expressar responsabilidade técnica a uma categoria profissional e o cuidado estaria fragmentado:

Eu discordo, eu acho que a alta é alta no todo, a gente não pode pensar, nem fragilizar a assistência e o cuidado e a alta segura para o paciente para uma categoria, e quando você coloca o nome social já implica que a situação do paciente passa a ser só do Serviço Social e ele é um todo, mesmo que as questões clínicas dele estejam estabilizadas naquele momento ele não é só médico ou só social ou só da psicologia, ele é um todo, então o todo precisa estar completo, enquanto isso não estiver articulado. Por isso eu discordo da palavra social, a gente tem que falar de alta segura.

“- Embora tenha essa expressão à alta social eu não consigo entender só como uma responsabilidade do Serviço Social, porque o paciente está internado, tudo bem, ele pode estar dependendo da gente para alguns serviços centro de acolhida, retaguarda, mas ele ainda tá dentro do hospital e está dependendo de outros cuidados, para mim é uma coisa muito difícil esse negócio de alta social, porque se o paciente passa mal ele vai precisar de uma medicação, de um cuidado da enfermagem, então ele tá aqui no hospital, o cuidado é de uma forma geral, é da enfermagem, é de fisio, é de médico, eu vejo dessa forma.

A alta social para estes profissionais representa a fragmentação do cuidado e responsabilização da categoria profissional unicamente pela oferta da assistência e cuidado, portanto, a alta não pode ser compreendida apenas como social, mas multiprofissional, pois o cuidado até que a transferência institucional ou efetivação da alta ocorra depende da assistência e cuidado de toda equipe.

Os instrumentais técnicos representam para os Assistentes Sociais o estabelecimento técnico da relação profissional e a intencionalidade do fazer profissional, portanto, questionamos quanto aos instrumentais de trabalho utilizados pelo Assistente Social para operacionalização da alta social aos quais apontaram:

Os instrumentais seriam os relatórios, que a gente envia para alguns serviços e entrar em contato com a rede de apoio aqui da região ou da região do paciente, eu acho que são isso.

Bom, entrevista com o paciente, tanto com o paciente, como com os familiares dependendo da necessidade é isso o que eu utilizo mais.

Os instrumentais é visita ao leito, entrevista com o paciente quando tem condições, entrevista com a família, quando não tem família vai para família mais próxima, família extensa, e geralmente a gente usa muito mais o instrumental de entrevista mesmo, seja com o paciente ou com família extensa.

Os instrumentais a gente pode se utilizar da entrevista social, da visita domiciliar, das reuniões de equipe multidisciplinar para discussão de casos, de contatar outras instituições, outros equipamentos de saúde, de assistência e eu considero também importante a presença da família nesse processo de trazer a família para participar desse processo de alta, para dar uma alta qualificada para o paciente, para uma alta segura. Primeiro procurar conhecer o contexto desse paciente, com ele na entrevista, buscar conhecer todo o contexto de relações desse paciente e aí fazer os encaminhamentos possíveis para garantir e para ele ter essa retaguarda das demandas dele na alta, e esses instrumentais podem ser inúmeros: entrevistas, relatórios, -emails, os encaminhamentos para conseguir documentação quando eles não têm, então existe um vasto instrumentais que o Serviço Social utiliza para estar garantindo esse respaldo.

A entrevista é um deles, depois a avaliação social, baseada no estudo socioeconômico, outro também é o relatório, relatórios para CREAS, CRAS, Ministério Público e quanto mais detalhado for melhor, laudo social e parecer envolve você entender que aquela instituição não está conseguindo dar condição para o paciente que este aqui internado e esses são instrumentais que mais utilizo.

Para o Serviço Social são os relatórios, os encaminhamentos de suporte para esse paciente, os encaminhamentos de recursos sociais ou até recursos de moradia e de rede. Dentro do hospital os relatórios internos e as mediações com as equipes.

Entrevista com família eu acho que é uma coisa importante, contato com a rede, entender o que o paciente está precisando, entrevista, contatos telefônicos, contato com a rede, evoluções, relatórios.

O instrumental para a categoria profissional representa a associação do uso dos instrumentos e técnicas que dimensionam a capacidade e propriedade profissional em desenvolver suas intervenções. Portanto, dizem respeito à instrumentalidade que implica nas modificações da realidade e ações realizadas por meio de uma intencionalidade associadas às dimensões teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, na alta social, os profissionais apontaram como os principais instrumentos a entrevista, relatórios, reunião de equipe, visita, articulação e encaminhamento com serviços externos socioassistenciais.

Considerações finais

Enquanto profissionais que atuam no processo de garantia e efetivação de direitos, a participação da categoria profissional no processo da alta hospitalar é tensionada pela postura da concepção do cuidado biológico e a desocupação de leitos, perdendo-se o referencial ampliado em saúde e torna o processo em algo compartimentado. O desconhecimento acerca do trabalho realizado pelos Assistentes Sociais e seus encaminhamentos, a escassez de recursos e políticas sociais mostram-se como um dos principais entraves profissional na efetividade da resolução do caso social.

Cabe ressaltar que o processo saúde-doença perpassa não apenas ao indivíduo adoecido, mas em toda a sua rede social. Torna-se um desafio permanente da categoria profissional o compromisso com a efetivação e garantia dos direitos sociais no ambiente hospitalar. Percebe-se que o papel social da profissão não é compreendido, assim como as práticas interventivas realizadas pela categoria o que remete a desvalorização e incompatibilidade com ações.

A alta social está estritamente relacionada à lei 8080 e ao que discorre a Política Nacional de Humanização, em que descreve em seu artigo 16 sobre a alta hospitalar responsável e a transferência do cuidado. Portanto, a alta social deve ser caracterizada como uma responsabilidade da equipe técnica e o Assistente Social o interlocutor entre a instituição de saúde, família e a rede dos serviços a fim de efetivar a continuidade do cuidado, expressando a responsabilidade técnica dos profissionais do cuidado enquanto componentes da equipe multiprofissional em saúde.

Diante do contexto analisado podemos concluir que o Assistente Social não consegue ofertar atendimento integral ao paciente, assim como não há um respeito institucional quanto à prática cotidiana estabelecida pela categoria no ambiente hospitalar ao que diz respeito ao acompanhamento dos casos sociais e alta social. As demais categorias não compreendem o papel social da profissão, as relações tornam-se fragilizadas, pois a concepção biomédica e fragmentada ainda perpetua o contexto institucional e hospitalar.

Referências bibliográficas

BRAVO, Maria Inês Souza. Saúde e Serviço Social no Capitalismo: fundamentos sócio-históricos. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Brasília: 2010.

JESUS, Ana Catarina Carreiras. Alta Hospitalar, Serviço Social e Direitos Humanos. Departamento de Sociologia e Políticas Públicas. Orientador: Jorge Ferreira, Professor Auxiliar. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017. Acesso em: <

<https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/15045/1/Alta%20Hospitalar%20Servi%C3%A7o%20Social%20e%20Direitos%20Humanos.pdf>>

MARTINELLI, Maria Lucia. Serviço Social na área da saúde: uma relação histórica. Rev. Intervenção Social, 05-2014, 28: 09-18. Acesso em: <
<http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/is/article/view/1060>>.

SEIBERT, Deise. MANGINI, Fernanda da Rosa Nunes. KOCOUREK, Sheila. Alta social como dispositivo de proteção integral na saúde: contribuições do Serviço Social. Rev. Barbarói, Santa Cruz do Sul, 2019 jan- jun; 53: 272 – 290. Acesso em: <
<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/13716>>.

Enviado em 30/04/2022

Avaliado em 15/06/2022

BOURDIEU NA ESCOLA: VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E A PROMOÇÃO DA INTOLERÂNCIA E O BULLYING

Caroline Helena Lacerda Bretas⁵
Telma Oliveira Soares Velloso⁶

Resumo

A pesquisa aborda como temática a intolerância e o bullying como degradadores do setor educacional, sendo assim utilizaremos a violência simbólica de Bourdieu. O objetivo principal dessa análise foi a violência simbólica como prática de coerção e imposição de determinados agentes reguladores do sistema educacional, a qual notou-se uma prática legalizada dentro dos ambientes escolares a partir dessa dominação e que há uma desvalorização do outro e discriminação da diversidade. Assim, percebeu-se que a intolerância e o bullying no âmbito educacional, constituem esse indivíduo moldado aos parâmetros da dominação, ignorando as culturas e tradições individuais.

Palavras-chave: Discriminação. Escola. Violência Simbólica

Abstract

The research addresses intolerance and bullying as degraders of the educational sector as a theme, for this, we will use Bourdieu's symbolic violence. The main objective of this analysis was the symbolic violence as a practice of coercion and imposition of certain regulatory agents of the educational system, which it was noticed a legalized practice within the school environments from this domination and that there is a devaluation of the other and discrimination of diversity. Thus, it was noticed that intolerance and bullying in the educational scope, constitute this individual molded to the parameters of domination, ignoring individual cultures and traditions.

Keywords: Discrimination. School. Symbolic Violence.

Introdução

Pierre Bourdieu ao longo das suas práticas e estudos científicos, reconheceu um dos seus aprendizados sobre as interações sociais, a violência simbólica. A partir dessa descoberta essa violência foi caracterizada como prática de dominação determinadas por classes dominantes para reforçar ou impor um princípio ou crença, baseado nisso Bourdieu categoriza divisões hierárquicas como dominados, que são aqueles que irão reproduzir as tradições e legitimá-las para manter uma posição de subordinado, mesmo que seja inconscientemente para leva-los a naturalizar essa dominação.

Partindo dessa análise feita por Bourdieu, podemos considerar essa prática também viável ao campo da educação, donde a violência simbólica firma-se também as legitimações de certas tradições e ignorando ou até mesmo demonizando culturas distintas. Para Bourdieu a estrutura pedagógica de qual pertence essa classe dominante, sendo assentada por tal estrutura que a própria defende.

Ao analisar esse mecanismo, ele se vê diretamente aplicado no campo escolar para impor algo como legítimo e fazer ignorar toda multiculturalidade em meio a escola e suas multidisciplinares, ou seja, essa prática faz com que essas diversidades sejam vistas e respeitadas e a valorização do aluno como indivíduo único se desfaz com essa atuação. Bourdieu caracteriza a

⁵ Mestranda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e Docente da rede pública e privada de educação básica.

⁶ Doutoranda em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

violência simbólica como parâmetros de cultura inferior e superior adquirindo caráter hierárquico de cultura.

Violência suave que ocorre onde se apresentam encobertas as relações de poder que regem os agentes e a ordem da sociedade global. Nesse sentido, o reconhecimento da legitimidade dos valores produzidos e administrados pela classe dominante implica o ‘desconhecimento’ social do espaço, onde se trava, simbolicamente, a luta de classes. (BORDIEU, 1989, p. 15)

Partindo desse pressuposto, o objetivo dessa produção textual vem como análise e aplicar a violência simbólica e de como ela atua de diversas maneiras no âmbito escolar, na qual a escola devia ser um ambiente dotado de pluralidade e respeito ao indivíduo, quando isso não ocorre ao se praticar a violência simbólica.

Portanto Bourdieu dialoga com a Hannah Arendt sobre o papel da violência que ao longo da História ela transpassava a política e a guerra, já que para os autores essa violência era explícita, mesmo que não a deixe menos desumano. Por fim a violência simbólica abriu espaços para que se torne implícitas, e assim expõe-se a partir dela uma discriminação em meio ao social (NEURA e PASSOS, 2008).

Visto que essa violência assume de forma implícita, ela apropria-se do meio social e que desse meio gera-se a violência e por ela se legitima o comportamento das classes. Evidencia-se que,

Para que a dominação simbólica funcione, é necessário que os dominados tenham incorporado as estruturas segundo as quais os dominantes os apreendem; que a submissão não seja um acto de consciência susceptível de ser compreendido na lógica do constrangimento ou na lógica do conhecimento. (BOURDIEU, 2002, p. 231)

Bourdieu também aplica a violência simbólica para perpetuar comportamentos como padrão único de ensino que pode resultar e reforçar a intolerância e bullying escolar, legitimando assim como conservador de tradições. Para Bourdieu, “não é suficiente enunciar o fato da desigualdade diante da escola, é necessário descrever os mecanismos objetivos que determinam a eliminação contínua das crianças desfavorecidas.” (BOURDIEU, 1998, p. 41).

Nesse contexto está claro que a violência é um impulsionador de discriminação dentre elas de raça, cor, sexo ou gênero. Portanto para Bourdieu a escola que era para ser um constituidor de igualdade formal, acaba por fim ser respaldada de um sistema injusto, que para o autor esse sistema é um perpetuador de manutenção de privilégio em detrimento a transmissão aberta dos mesmos.

Os dominados contribuem, com freqüência à sua revelia, outras vezes contra sua vontade, para sua própria dominação, aceitando tacitamente, como que por antecipação, os limites impostos; tal reconhecimento prático assume, muitas vezes, a forma da emoção corporal (vergonha, timidez, ansiedade, culpabilidade), em geral associada à impressão de uma regressão a relações arcaicas, aquelas características da infância e do universo familiar. Tal emoção se revela por meio de manifestações visíveis, como enrubescer, o embaraço verbal, o desajeitamento, o tremor, diversas maneiras de se submeter, mesmo contra a vontade e a contragosto, ao juízo dominante, ou de sentir, por vezes em pleno conflito interior e na "fratura do eu", a cumplicidade subterrânea mantida entre um corpo capaz de desguiar das diretrizes da consciência e da vontade e a violência das censuras inerentes às estruturas sociais. (BOURDIEU, 1997, p. 206)

Reflexões sobre *bullying*, intolerância e violência: desafios e possibilidades na educação básica

O bullying e a intolerância tem sido bastante discutido no âmbito escolar, e que nesses espaços que elas vêm se proliferando e nos despertando preocupações. Essas atuações de bullying e intolerância nada mais são que reprodução de uma violência que se é assistida por esse discente e que por sua vez acaba tornando uma prática naturalizada e se é reproduzido nas escolas. A intenção dessa reflexão sobre esses aspectos é discutir a violência simbólica que parte de várias ações como: moral, física, social e de dominação como retrata Bourdieu.

De acordo com essa definição de violência e seus aspectos as autoras Zaluar e Leal (2001) determinam que a violência tem práticas de atuação de poder, e desde então esse exercício de violência destrói psicologicamente o outro seja ele pela negação ou opressão, sendo assim uma violação desse indivíduo simbolicamente. Já para Bourdieu e Passeron (2008) que a utilização desse poder assumi posturas legítimas, forjando situações de relações na base da imposição e que por fim isso pode-se ser considerado a violência simbólica que se aplica ao meio escolar

Diante dessa definição de violência simbólica, ela é definitivamente aplicável ao meio escolar, já que apresentado pelos autores a escola se torna agente dessa violência e ela é reproduzida por seus membros, pois “toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário” (BOURDIEU e PASSERON, 2008, p. 26), ignora-se sua autonomia e sua consciência que o permite reproduzir esses atos estabelecidos pela classe dominante.

Diante de todos esses conceitos, notamos que vem sido exercido e vivenciado com avidez no cenário escolar, partindo dessa construção a violência é acarretada por uma formação de hierarquias que através dessa classificação há uma imposição para atribuir respeito ao indivíduo e a naturaliza assim. Para Castro (1998), existem hierarquias que devem ser respeitadas, tarefas e regras a serem cumpridas, como várias burocracias, assim sendo, apontando e definindo estatutos e regimentos, que vão basear em ações e interações dentro do ambiente escolar. Ou seja, essa hierarquia que são arranjos para criar normas estabelecidas que a partir dela se monte um processo educativo a base do poder simbólico que é tão criticado, visto que é decisão convenientes arbitrarias.

Bourdieu e Passeron (2008) ao analisar a ação pedagógica como formalidade de autoridade afirma-se que há uma legitimidade dessa atuação, a qual é “automaticamente conferida a todo emissor pedagógico pela posição, garantida tradicionalmente ou institucionalmente, que ele ocupa numa relação de comunicação pedagógica” (BOURDIEU, PASSERON, 2008, p.12). Posto isto, os alunos identificam a legitimidade produzida por essa violência afirmada pelo professor que é visto como detentor do conhecimento e sendo assim dispostos a se inferiorizar por conta dessa prática.

Como o conhecimento é exposto de formato arbitrário consequência das práticas de autoridade e prática de violência, ao forçar o entendimento desse conhecimento, para o discente isso gera-se um desinteresse, causando assim uma afronta a autoridade desse professor. Para não haver afrontas a posição de autoridade desse professor, cria-se normas e regras para aplique-se sanções para que enfatize que esse aluno aprenda. Em medida esses sanções da ação pedagógica é para dispor que a autoridade pedagógica seja exercida e por isso ela emana legitimidade.

Ao afirmar a legitimidade dessa ação, invoca no mesmo ponto a violência simbólica tão enfatizada por Bourdieu, que para o autor nada mais que uma ação exercida na base de poder e submissão do outro indivíduo, por exemplo “distribuir os alunos segundo suas aptidões e seu comportamento, portanto segundo o uso que se poderá fazer dele quando saírem da escola; exercer uma pressão constante para que se submetam todos ao mesmo modelo” (FOUCAULT, 2010 p. 175), sendo assim faz-se a separação das habilidades desse indivíduo e leva em consideração a capacidade

de cada um, e que tenha de fato exigido um comportamento padrão para esses discentes, para que pela ótica de regras escolares sejam válidas e respeitadas.

De acordo com Foucault (2010), a construção do indivíduo deveria conter o aprendizado como objeto de poder, e ao dado momento que ele detém esse poder ele é visto como um indivíduo, assim sendo, a lógica se inverteria quando a visibilidade desse poder, se manifesta e de maneira paradoxal, é partir dessa força que ele se exibe e entra na cadeira hierárquica. No entanto o poder disciplinar ofusca esse indivíduo e torna esse conhecimento uma prática obrigatória, portanto, “no espaço que domina o poder disciplinar manifesta, para o essencial, seu poderio organizando os objetos. O exame vale como cerimônia dessa objetivação.” (FOUCAULT, 2010, p. 179).

Já Gisi (2011), aponta que essa prática da violência é antiga, no entanto vêm crescendo exponencialmente devido a vários fatores, que dentre eles estão a mídia que vem propagando. Assim sendo, “o fenômeno de violências nas escolas, o que intensifica o problema e colabora com a opinião pública que defende a necessidade do uso da força no espaço escolar” (GISI, 2011, p. 43). Dessa forma, como a prática dessa violência sendo reproduzida onde os jovens possuem mais acesso, determinam que essas violências se perpetuem ocasionando mais intolerância e bullying, que no caso das mídias sociais, vem sido feita a prática do cyberbullying, que seria a aplicação dessas violências através das plataformas e redes sociais na rede de internet.

Considerações finais

A violência nos ambientes escolares é reforçada e não se trata de nenhuma novidade, por isso é de suma importância que seja tratado com mais afinco e seriedade. A principal discussão é que a violência simbólica é reconhecida e legitimada de acordo com Bourdieu e Passeron (2008), através do poder e de imposições geradas pela força, que estão estritamente hierarquizadas devido a uma categorização de dominação e submissão, destinada para ser reproduzida para manter essa hierarquização, negando a esse indivíduo a sua autonomia e capacidade de consciência própria.

Identifica-se ainda o poder simbólico impregnados em Foucault (2010) dado a organização, hierarquização escolar, imposições de poder sobre como agir corretamente como um padrão de comportamento, arranjo dos espaços da sala de aula, imposição do conhecimento como forma de dominação e autoridade do professor, tornando assim a escola uma ferramenta para vigiar, ensinar e punir.

Conclui-se que o principal problema associado a violência simbólica é a forma que ela vem sendo aplicado e se perpetuando dentro dos espaços escolares, a qual a padronização e autoridade são usados para reproduzir a violência simbólica a partir da postura e comportamento do professor e que dele se parte das regras e normas criadas para apresentar a violência nesses espaços escolares, ignorando e sem estimular assim, sua individualidade e autonomia.

Referências

- BOURDIEU, P. **Poder simbólico**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil LTDA, 1989.
- BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. 2ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- BOURDIEU, P. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. São Paulo: Zouk, 2002
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Trad. Reynaldo Bairão. Petrópolis: Vozes, 2008
- CASTRO, M. **Um estudo das relações de poder na escola pública de ensino fundamental à luz de Weber e Bourdieu: do poder formal, impessoal e simbólico ao poder explícito**. Revista da Faculdade de Educação. vol.24, n.1, São Paulo, Jan./Jun., 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-25551998000100002&script=sci_arttext> Acesso: 02/05/2021

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. 38ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

GISI, M. L. Políticas de formação de professores e a ocorrência do bullying nas escolas de educação básica. In: GISI, M. L.; ENS, R. T. (Org.). **Bullying nas escolas: estratégias de intervenção e formação de professores**. Ijuí: Ed. Ijuí, 2011. p. 97-133.

NEURA, C. PASSOS, L. A. Violência simbólica nos rituais legitimadores dos processos escolares – Fenômeno bullying no ambiente escolar. In: **Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, 2008, Curitiba – PR (PUCPR). Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/255_754.pdf> Acesso em: 02/05/2021.

ZALUAR, A., LEAL, M. C. Violência Extra e Intramuros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 16, n. 45, p. 145-164, São Paulo, Fev/2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/LcB3j3vkRWGw9YtcbFxrTWC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 02/05/2021.

Enviado em 30/04/2022

Avaliado em 15/06/2022

NAS FALAS DAS HISTÓRIAS ECOA-SE MEMÓRIAS: ANÁLISE EMPÍRICA DA COTONICULTURA IMATERIAL DO SERIDÓ DO RIO GRANDE DO NORTE

Edna Maria de Melo⁷
Lindele da Silva Bessa⁸
Alan Jones Lira de Melo⁹
Ítalo José de Medeiros Dantas¹⁰

Resumo

A memória é um dos pilares da humanidade. Revisita-se constantemente o passado, com uma visão afetiva e nostálgica, lembrando os momentos e os atributos que trazem lembranças. Na região Seridó no Rio Grande do Norte, um dos marcos econômicos foi o algodão, sendo o período áureo denominado de cotonicultura, gerando emprego e renda para famílias e ganhando espaço na linguagem local. Assim, este trabalho tem por objetivo investigar quais as memórias associadas ao período da cotonicultura por indivíduos que atuaram nesse momento. Observou-se que o algodão é um importante elemento local, representando um momento cercado por alegrias, dificuldades e saudades.

Palavras-chaves: território; memória; algodão

Abstract

Memory is one of the pillars of humanity. The past is constantly revisited, with a compelling and nostalgic vision, remembering the moments and attributes that bring back memories. In the Seridó region in Rio Grande do Norte, one of the economic milestones was cotton, the golden period being called cotton culture, generating employment and income for families and gaining space in the local language. This work aims to investigate which memories are associated with the period of cotton farming by individuals who worked at that time. We observed that cotton is an essential local element, representing a moment surrounded by joys, difficulties, and homesickness.

Keywords: territory; memory; cotton

Introdução

Esta pesquisa se desenvolve com foco em analisar um objeto pertencente à cultura imaterial local, portanto, trata-se das memórias afetivas de pessoas que vivenciaram o período áureo da cultura do algodão na região Seridó do Rio Grande do Norte (RN), aqui denominado como período da cotonicultura. Essas fontes de pesquisa estão alimentadas dentro do processo de construção imagética produzida e disseminada pela luz aurífera da cotonicultura, que adentra espacialmente no imaginário popular, seja este através de simbologias, nos brasões das bandeiras e vestimentas (DANTAS *et al.*, 2021), nos hinos, em poemas, canções, nas festividades locais, ou nas narrativas e memórias dos atores sociais que conduzem até o presente o momento, tais representações.

⁷ Graduada em História pela UFRN e Graduada em Design de Moda pelo IFRN – *Campus* Caicó

⁸ Graduada em Design de Moda pelo IFRN – *Campus* Caicó

⁹ Professor do IFRN – *Campus* Caicó nos cursos Design de Moda, Vestuário e Têxtil. Doutorando em Engenharia de Materiais, Mestre em Engenharia Mecânica e Graduado em Engenharia Têxtil pela UFRN

¹⁰ Professor do IFRN – *Campus* Caicó nos cursos Design de Moda, Vestuário e Têxtil. Mestre em Design pela UFCG, Especialista em Comunicação, Semiótica e Linguagens Visuais pela UBC e Graduado em Design de Moda pelo IFRN – *Campus* Caicó

No trajeto inicial, é necessário abordar alguns pilares que dão sustentabilidade à pesquisa. É quando se abre a porteira para pensar a importância da análise social e cultural enquanto patrimônio intangível. Usando como retomada para tal reflexão, cita-se o Decreto Nº 5.753, de 12 de Abril de 2006, que considera “(...) a necessidade de conscientização, especialmente entre as novas gerações, da importância do patrimônio cultural imaterial e de sua salvaguarda...” (BRASIL, 2006). E mantendo tal fonte, define-se no artigo 2, com mais objetividade, o patrimônio cultural imaterial como sendo:

(...) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (BRASIL, 2006)

Dando mais um passo nesse percurso, crava-se o elo entre patrimônio imaterial e memória, elemento esse que está intrinsecamente ligado às narrativas dos sujeitos, atores que compõem a tessitura espacial, identitária dos lugares e das histórias invisíveis, abordadas nessas linhas e entrelinhas acerca dos protetores da memória do sertão do Seridó do RN. Trata-se do uso da memória como fonte histórica, que não deixa esquecer o passado, compõem o presente e se ressignifica no futuro, como mostra Ecléa Bosi (2003, p.36), “Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, "desloca" estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência”, em seguida, complementa “A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora”.

Nesse percurso de busca e apreensão, que se estreita no labor desta pesquisa, encontra-se o espaço focal, rutilante do sertão do Seridó no estado do Rio Grande do Norte. E, para compor essa tessitura, se apropria da bagagem construída por Moraes (2005) acerca da cartografia de resistência presente no sertão seridoense, “A identidade seridoense está referenciada nas coisas, nas falas, nos saberes, nas representações e nas vivências da terra; é compartilhada pela sociedade intra e extra regional” (p. 340). A autora aborda esse espaço enraizado com base rural, entre pecuária e cotonicultura, que se embrenha nas matrizes simbólicas, de manifestações culturais presentes no imaginário social, de discursos geradores do sentimento de pertença, nas narrativas de afetividade latente, enquanto lugar de resistência e ressignificação de elementos antigos.

Todo esse itinerário que levou ao espaço da pesquisa, alinhava-se ao recorte temporal em meados do século anterior; período áureo da cotonicultura no Seridó do RN e que teve seu declive no final do século estudado. Mas, que se encontra contemporâneo e se mantém enquanto força simbólica da região, como mostra um dos grandes pesquisadores e historiadores do Seridó, Muirakytan K. de Macêdo.

O algodão é muito frequentemente lembrado nos períodos em que são discutidas propostas de soerguimento econômico da região. Nesses momentos as falas que pensam a crise, reencenam um Seridó orgulhoso de si, exportador de um produto cuja excelência foi reconhecida no Brasil e no exterior. Neste sentido, mesmo ausente, o algodão ocupa um lugar no espaço como persona imagética na formação da paisagem regionalista (MACÊDO, 2002, p. 97).

Falar, escrever, pensar e pesquisar sobre o Seridó Potiguar, é sempre encontrar a presença marcante do algodão como símbolo de identidade, é rememorar uma história que passou, mas que se encontra no presente e no futuro da historiografia regional, como bem fala Medeiros Neta (2017, p.75) quando “(...) anuncia o Seridó como uma paisagem, naturalizada e marcada pelo algodão.”. Toda a gama de pesquisas e literaturas que enovelam a importância do algodão para as cidades seridoenses faz refletir e questionar como um elemento da natureza se imbrica dentro da configuração discursiva e identitária entre o homem e o lugar? Como esse elemento se transforma do natural e passa a exercer um poder econômico, cultural e social, projetando um sentimento de pertencimento e de identidade? Como esse imaginário é produzido e perpetuado?

Essas indagações levam a perceber os discursos e práticas produzidos no imaginário da população, que viveu o período áureo do algodão, como também o seu declive, mas que mantém uma identidade e representação, que se projeta através do sentimento de pertencimento e transforma-se em um elemento emblemático da região. Portanto, este trabalho tem por objetivo entender como é o relembrado o período da cotonicultura a partir das memórias dos atores que a viveram.

Metodologia

O presente trabalho se constrói, metodologicamente, dentro de uma pesquisa básica, com foco no desenvolvimento teórico das discussões da área estudada, onde Gerhardt e Silveira (2009) norteiam como sendo de natureza qualitativa, com o intuito de entender os aspectos subjetivos e os enlaces sociais das memórias do período da cotonicultura.

Com relação aos procedimentos técnicos, este se configura inicialmente por entrevistas semiestruturadas (GIL, 2008). Terá um quantitativo de voluntários iniciais com um recorte diminuto de pessoas, com eixo voltado à pertinência das falas dos entrevistados e no lado qualitativo dos dados, isto é, compreendido por um tipo de amostragem não-probabilística intencional. Marconi e Lakatos (2006, p. 52) trata essa não intencionalidade como sendo o momento onde “O pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção etc.) de determinados elementos da população”. Assim, o quadro de entrevistados da presente pesquisa é conformado por indivíduos que participaram ativamente do período da cotonicultura, como também do momento posterior ao seu declive, deixando o foco no aprofundamento quantitativo para futuras pesquisas.

Buscando desenvolver as temáticas com foco teórico, Gil (2008) subsidia esse trabalho como sendo uma pesquisa de construção exploratória, em busca de investigar o conteúdo regional e cultural, entrelaçando as vozes que compõem esse cenário de resistência com os signos que a comportam. Os caminhos percorridos para a construção metodológica partem das leituras bibliográficas, que dão aporte para o vínculo dos pilares fundamentais da pesquisa, como a cotonicultura no Seridó do RN, a cultura material e imaterial, moda, identidade, semiótica, fotografia e memória.

Outro vértice trabalhado como fonte informativa foi o registro oral, através da coleta de relatos; onde foi dividido em duas temporalidades, da década de 1960 à 1970, no período áureo do algodão, foi entrevistado pessoas que vivenciaram a cotonicultura; e o outro período que abrange desde os momentos pós declive até a atualidade. Através dos relatos buscou-se entender como a permanência dos aspectos simbólicos projetam-se e mantém-se como matrizes de resistência, atrelada às tradições regionais e no imaginário produzido, como no caso da festa da colheita, que ainda está presente nas cidades de Ouro Branco e Cruzeta.

Busca-se através da História Oral dar voz aos discursos imagéticos dos objetos imateriais e das pessoas, que existem camuflados dentro deste espaço singular, que outrora não é percebido pelos seus indivíduos. Como discorre Bosi (1994), é necessário olharmos para as lembranças e reminiscências para podermos entender e reconstruir o passado, as histórias de vidas dos sujeitos, a cultura e os aspectos sociais.

Como revela Le Goff (1990, p.426), é importante pensarmos a memória como fonte de pesquisa para a história, pois “O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história (...)”. Seguindo esse trajeto, a pesquisa propõe uma análise desenvolvida com o olhar transversal para as falas dos entrevistados, enveredando pelos caminhos da memória e sua reconstrução, enquanto lugar de história, de vida, de espaços, que cruzam e falam de uma identidade, que ultrapassa o sentido individual e conecta-se como uma memória coletiva.

Toda essa dinâmica metodológica, busca desvendar como dá-se a preservação e reinvenção dos aspectos identitários, na configuração de discursos simbólicos com foco especial à imaterialidade do espaço estudado, que reverberam uma afetividade latente, imbuída de representação e símbolos do passado, que estão resguardados na trama regional, espacial e desdobram-se na permanência do sentimento de pertença cultural.

Discussões e resultados

Partindo para a pesquisa de campo dentro do âmbito dos objetos intangíveis, que envolve um objeto imaterial local que são as memórias afetivas de personagens que vivenciaram a cotonicultura na região do Seridó do RN.

Buscou-se contactar pessoas para discursarem sobre as narrativas coletivas envolvidas no contexto; para isso foi feito uso de vários meios de comunicação e mídias sociais, como entrevistas abertas, gravação na plataforma *Google Meet*, mensagens via Whatsapp e fotografias. Esse contato mediado pela tecnologia ocorreu principalmente pelo distanciamento social previsto pela pandemia do Covid-19, medida essencial ao se pensar que, dado o período histórico estudado ser bem antigo, todos os entrevistados se encontram na terceira idade. Assim, foi possível coletar depoimentos de 12 trabalhadores do período da cotonicultura.

O Quadro 1, a seguir, apresenta na primeira coluna uma referência aos participantes (estes foram identificadas pela abreviação “Ent”, que corresponde à inicial da palavra “entrevistado”), seguido de uma sequência numérica para distinguir cada participantes, de modo a preservar suas identidades; na segunda coluna o município que trabalhou no período da cotonicultura, e as cidades que realizam a festa da colheita e, na última coluna, a relação com o algodão e/ou com a festa da colheita:

Quadro 1 – Entrevistados, cidades envolvidas e ligação com o período da cotonicultura

Entrevistado	Cidade (RN)	Relação com a cotonicultura
Ent. (1)	Acari	trabalhou na lavoura do algodão
Ent. (2)	Caicó	trabalhou na usina
Ent. (3)	Caicó	trabalhou na lavoura do algodão
Ent. (4)	Caicó	trabalhou na lavoura do algodão
Ent. (5)	Caicó	trabalhou na lavoura do algodão

Ent. (6)	Caicó	trabalhou na lavoura do algodão
Ent. (7)	Caicó	trabalhou na lavoura do algodão
Ent. (8)	Caicó	trabalhou na lavoura do algodão
Ent. (9)	Cruzeta	participa da festa da colheita
Ent. (10)	Ouro Branco	participa da festa da colheita
Ent. (11)	Ouro Branco	participa da festa da colheita
Ent. (12)	Cruzeta	motorista (transportava algodão)

Fonte: elaborado pelos autores de acordo com os dados da pesquisa

Nesse processo de busca para a reconstrução do passado, a participação da história oral é elemento fundamental para entender a trajetória da cotonicultura como referência de identidade da região do Seridó do RN, pois “Os processos de construção da memória social e do patrimônio cultural criam – ambos – marcos afetivos e cognitivos compartilhados que balizam a continuidade e a mudança sociais, a formação de representações de si e projetos de futuro” (ARANTES, p. 52). Através das falas desses “atores”, buscou-se construir as amarrações discursivas da pesquisa e principalmente dos objetos imateriais acerca da cotonicultura e sua simbologia imagética existente até a atualidade.

Utilizou-se uma interligação entre os textos dos pesquisadores abordados no referencial teórico e as falas dos “atores”, principais fontes dessa cena, que deram seus depoimentos, numa miscelânea entre o conhecimento científico e a memória social. Unindo trabalhos individuais de vários autores, que resguardam as histórias do nosso povo, pois é “pela lembrança, pelo culto ao passado que, o sertanejo se reserva do novo, se fixa a uma tradição que prende a memória.” (MEDEIROS NETA, 2017, p. 41).

Através das leituras das pesquisas já desenvolvidas acerca do Sertão Potiguar, como os textos de Macêdo (2002), Moraes (2005), Helder Macedo (2013), Medeiros Neta (2017) pôde-se solidificar o espaço abordado na escolha espacial do presente trabalho. É perceptível que as delimitações cartográficas desse lugar estão firmadas como Seridó, como sendo constituído em sua dinâmica da natureza no ambiente rural agrário, dominado pela agropecuária e que viu a produção algodoeira despontar com altivez lucrativa, que criou raízes como força simbólica representativa da região.

O algodão é um elemento que ultrapassa os limites geográficos e adentra ao universo simbólico, que se projeta através de discursos que resguardam o sentimento de pertença, como na fala de Ent. (7), “(...) *a gente plantava o algodão mocó na época, que era esse algodão tradicional do Seridó (...)*”, produto que se firma em um cenário de resistência, permanência e que se perpetua desde as últimas décadas do século passado. Como mostra Macêdo (2002, p. 97), através da sensibilidade histórica e poética de sua escrita:

(...) A paisagem hoje do Seridó não mais é pontilhada pelas plumas de algodão que branqueavam a perder de vista os campos sertanejos. Sua economia não mais produz o ouro branco e principalmente a sua mais nobre variedade, o mocó. Todavia, a persistência do algodão no regionalismo seridoense é tal que, nos dias atuais, embora sendo a cotonicultura apenas um residual traço estatístico no Seridó, esse produto continua a gerar valores simbólicos (MACÊDO, 2002, p. 97).

Para entender um pouco mais sobre o espaço escolhido da pesquisa, reafirmar a sua importância identitária e ligação da cotonicultura com as pessoas desse lugar, é primordial conectar outras vozes, como da pesquisadora Olívia Medeiros Neta (2017), que dá visibilidade a história do Seridó. Segundo a autora,

(..) Quando na historiografia aparece identificações como a seca, o gado, o algodão, não é apenas para dar conteúdo ao espaço, mas para torná-lo visível, parte de um tecido que envolve o físico e o sentimental, por isso o homem e o espaço estarem sempre associados na leitura e tessitura do espaço. (MEDEIROS NETA, 2017, p. 40)

Esse sentimento é também legitimado na fala de Ent. (4), quando perguntado sobre a importância do algodão para sua família, o mesmo expressa que:

“eu não esqueço nunca... era com quê (sic) papai comprava as coisa de necessidade para casa, era com quê (sic) comprava roupa (sic) para nós (sic), ficava com um dinberim (sic) pra comprar um remédio se precisasse e assim por diante, só tinha o algodão mesmo”.

Na congruência entre memória e passado do homem sertanejo, Ent. (4) relata que o período áureo do algodão *“(...) era muito atrasado aquele tempo, mas era um tempo bom porque o povo era feliz, ninguém reclamava não, e tinha coragem de “trabaiar” (sic)”.*

Percebe-se nas falas que o trabalho foi uma constante desde a infância; no processo de vivências, a labuta diária está muito ligada a uma resistência intrínseca ao homem sertanejo, que adquire desde cedo o encorajamento do corpo fortificado por uma fé latente e a solidez da força. Muitos dos entrevistados começaram a trabalhar na cotonicultura desde criança, que se estendia até a vida adulta, ajudavam aos pais, plantavam, cultivavam e colhiam o algodão junto com toda família, como fala o Ent. (1):

“(...) com sete ano de idade eu já comecei a trabaiar na agricultura, (...) com idade de 7 e 8 anos já ia trabaiar na roça, limpar mato, aí quando chegava na época do algodão ia apanhar algodão, aí quando passava a época do algodão já ia cortar o algodão para o próximo ano, pra safra do outro ano (...)”

A importância que a cotonicultura trouxe para a vida e sobrevivência de toda a região pode ser percebida nas falas desses sujeitos, que reverberam uma memória afetiva. Por ser um espaço carente de rendimentos, onde a pecuária sempre foi a base econômica, o plantio da cultura algodoeira despontou como nova oportunidade de crescimento, perspectivas e rentabilidade para a população, que ressoa nas falas dos trabalhadores entrevistados, como por exemplo na narrativa de Ent. (5),

“(...) o algodão foi uma coisa muito boa que passou e ali naquele algodão saia tudo, a roupa pra gente se vestir, calçados, só fazia compra quando vendesse o algodão, ficava esperando pelo outro ano para fazer novas compra, porque era muito difícil, não tinha trabalho (...) papai criava gado, criava ovelha, mas o forte mesmo era o algodão.”

A agricultura familiar encontrou apoio para ter nova possibilidade; o algodão cresceu, expandiu-se nacionalmente e a espécie do algodão mocó se difundiu como uma riqueza que extrapolou o espaço econômico e natural, tornando-se primordial para a cultura local. Como pode ser sentido no fragmento do relato de Ent. (4):

“(...) o algodão era o ouro do campo, do “Siridó” (...) era uma coisa que era mesmo que “minero”, porque a gente sabia que quando havia inverno era de quê (sic) pegava dinheiro, era na safra do algodão; todo mundo guardava um “algodozim” para vender para sobreviver com aquela renda (...) era um ganhe bom, porque o algodão era

valorizado, acho que até importado para outros canto. Porque aqui mesmo não acabava, era pra fazer “tecido” pra fora, só ficava aqui o produto do caroço pá fazer pasta pro gado. Mas tudo do algodão era aproveitado, era uma coisa muito boa, até mesmo os pés de algodão o gado comia.”

Em cada fala encontrou-se particularidades de uma vida própria e individual, mas todos comungam de um sentimento coletivo, o quanto o algodão exerceu um papel fundamental de subsistência e valor para as famílias do Seridó, como descreve Ent. (4) ao relatar que “(...) o algodão todo mundo queria tinha os Medeiros em Jardim e Manoel Torres em Caicó (...) fazia pasta pro gado, fazia tecido, era muito vendável, os agricultor pegava dinheiro no final do ano, dessa renda do algodão, era muito bom”.

Ao mesmo tempo, observou-se um saudosismo na lembrança da construção do passado da cotonicultura, são marcas visibilizadas na voz e no olhar desses sujeitos que protagonizaram um período de tanta relevância para a história regional. Sentimento esse apreendido na fala de Ent. (2), “Eu trabaiei na usina, as máquina tá guardada, agora o vapor que hoje é uns edifício, quando eu vou pra catedral dá vontade de chorar, porque eu trabaiei lá e hoje é uns edifício, dá vontade... aquilo mexe com a mente, entendeu?”, são marcas da memória, que represam a sensibilidade de evocar lembranças.

Em detrimento ao vestuário utilizado no trabalho das lavouras de algodão, foi observado que não havia muita distinção entre as roupas, seja para os homens ou para as mulheres, uma configuração em uniforme, com tão pouco apelo estético e simbólico, mas com uma função técnica extremamente demarcada. Assim, as figuras desse espaço vestiam camisas de manga longa, calça e chapéu, pois como trabalhavam no sol ardente da região, precisavam de proteção, como exposto por Ent. (2) “(...) as roupa que a gente usava na roça era cutango, uma coisa difícil, minha mãe fazia umas camisinha de saco, tinturava (...)” e, reafirmado na narração de Ent. (5), “(...) de chapéu de palha grande, camisa de manga cumprida e calça cumprida (...)”.

Nas narrativas coletadas também se encontram as dificuldades vivenciadas na cotonicultura, todos os entrevistados citaram o fim dos plantios do algodão devido a chegada de uma praga chamada de “bicudo”, como constatado por Ent. (8) “(...) o bicudo dava no algodão, um bichim preto, a gente coçava que só, quando batia na gente. O bicudo foi quem acabou com o algodão”.

Ao falarem dessa fase de declínio das lavouras algodoeiras, todos os trabalhadores entrevistados informaram o quanto foi difícil, pois ocasionou a falta de renda advinda dos plantios e consequentemente acarretou no déficit econômico para toda a cadeia produtiva, como pode ser captado na fala de Ent. (5), apresentada abaixo.

“Nos últimos ano deu uma doença no algodão chamada bicudo na hora que fazia a cachotinha o bicudo vinha e não ficava nada, foi por isso que acabou o algodão, uma praga que veio e acabou com tudo. Ah todo mundo ficou triste, não tinha mais a renda do algodão.”

Mas também se encontra falas que emergem com um sentimento de retorno ao tempo já vivido, palco de memórias afetivas e de um pertencimento simbólico, despontando até mesmo em uma esperança que o algodão volte a florescer nos campos do sertão do Seridó do RN, por terem no algodão a simbologia de um período que trouxe sustentabilidade para as famílias, perceptível na fala rutilante de Ent. (12):

“Era um tempo muito bom (...) tem muitos agricultor que tá falando no algodão do Siridó (...) se Deus quiser vai voltar as antigas safras de algodão. (...) Eu sou aposentado da CAERN e mesmo trabalhando lá eu plantei dois pé de algodão no meu setor só pra eu me lembrar das coisas do algodão no nosso Siridó”.

Essa simbologia do algodão é tão forte e presente, que outros participantes das entrevistas também expuseram esse sentimento de permanência; de ter plantado algodão em suas casas, para manter vívida a lembrança de um produto gerador de riquezas, que transcende a estética da natureza/consumo e adentra ao sentimento de identidade e pertença. Como diz o Ent. (3) *“Esse pé de algodão, tanto o povo tira a folha, como tira o algodão pra levar, o algodão pra plantar a semente, porque ele é algodão mocó. Esse pé de algodão mocó serve de remédio, aí eu plantei em casa”*.

Toda essa apreensão oral reafirma o quanto tal espaço geográfico do sertão Seridó ainda é palco de novos olhares, o quão importante é o algodão nesse cenário elementar já desbravado por grandes pesquisadores e gerador de novas percepções acerca dos silêncios implícitos. Em uma dinâmica de pensar a memória do esquecimento, sair do presente, para reviver o passado, que se mantém em um futuro reconstruído através de bens simbólicos, identidades, cotidiano de uma história viva que são as narrativas dos depositários da memória social e revela-se como patrimônio cultural, rico de vivências e necessário de ser resgatado.

Considerações finais

Estudar, pesquisar, entender, escutar e escrever sobre a cotonicultura no Seridó Norte Riograndense, é encher a alma de aprendizados, através das memórias dos sujeitos que compõem a tessitura social desse espaço. É querer sempre mais, ao sentir a importância viva da cultura material e imaterial, que aflora o desejo pungente de resguardar nossa história.

As linhas tecidas nesta pesquisa, falam e reverberam o sentimento de pertença que existe no povo seridoense, que mesmo em meio às dificuldades intrínsecas a sua composição climática, revivem e ressignificam o antigo dentro do novo, como metaforicamente fossem um ‘caibreira’ que perde toda suas folhas, mas ao receber as primeiras gotas de chuvas, resplandecem, renascem e embelezam nosso lugar. Assim é o fazer pesquisa, é dar voz a atores que foram silenciados, é encontrar respostas para o que foi dito e ninguém ouviu, é entender que o conhecimento estar em nós, é valorizar a nossa cultura, nosso patrimônio.

Foram diálogos, letras, livros, dias, noites, horas, folhas, lápis para escrever as vivências identitárias, individuais e ao mesmo tempo coletivas, presentes nos enredos de vidas, que se interligam e constroem esse lugar de memória. São falas e narrativas que representam relações simbólicas, resgatam o sentimento de pertença, permanência e transformações ocorridas no âmbito da cotonicultura. Nos é imbuído enquanto construtores do conhecimento, a importância de resgatar e “(...) inventariar as tradições, as narrativas orais, as diversas formas de musicalidade e da inventiva poética popular” (ABREU, 2003, p. 37).

Ainda temos muito a construir e resguardar, na perspectiva de futuras pesquisas, novos olhares para o saber cultural, das matrizes simbólicas, que se projetam através do sentimento de pertença produzido no imaginário social.

Referências

- ARANTES, A. A. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. **Inovação cultural, patrimônio e educação**. Recife: Massangana, p. 52-63, 2011.
- BRASIL. Decreto nº 5.753, de 12 de Abril de 2006. **Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003. Brasília. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5753.htm. Acesso em: 18 de dezembro de 2020.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê, 2003.

DANTAS, Í. J. M.; MELO, A. J. L.; MELO, E. M.; BESSA, M. L. S. Os atributos estético-simbólicos da cultura material da cotonicultura da região do Seridó/RN. **Revista Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas**, v. 11, n. 31, p. 46-63, 2021. Disponível em: ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/2288. Acesso em 16 mar. 2022.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5.ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

MACEDO, H. A. M. **Outras famílias do Seridó**: genealogias mestiças no Sertão do Rio Grande do Norte (Séculos XIII-XIX). 360 f. 2013. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.

MACÊDO, M. K. Tudo que brilha é ouro-branco – as estratégias das elites algodoeiro pecuaristas para a construção discursiva do Seridó norte-rio-grandense. **Mneme**, v. 03. n. 06, p. 96-117, out./nov. de 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/159>. Acesso em 16 mar. 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006b.

MEDEIROS NETA, O. M. **SER (TÃO) SERIDÓ**. EM SUAS CARTOGRAFIAS ESPACIAIS. 2017.

MORAIS, I. R. D. **Seridó Norte-Rio-Grandense**: reestruturação e planejamento regional. *In*: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 11., 2009, Bahia. **Anais...** XI ANPUR, Bahia, 2005.

Enviado em 30/04/2022

Avaliado em 15/06/2022

MAPA CONCEITUAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: REVISÃO SISTEMÁTICA NO PERÍODO 2009-2020

Elane Dias da Silva e Santos¹¹

Naira Santos Gomes¹²

Benedito Eugenio¹³

Resumo

Este artigo apresenta uma revisão sistemática da literatura sobre o Mapa Conceitual, com foco no ensino de Geografia. O objetivo foi identificar e descrever os resultados indicados pela pesquisa realizada no período entre 2009 e 2020. O levantamento das produções foi realizado no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para localizar os trabalhos foram utilizados os descritores “mapas conceituais”, “mapa conceitual”; “mapas conceituais” AND “geografia”, “mapa conceitual” AND “geografia”, “mapa conceitual” AND “educação de jovens e adultos”. Os resultados apontam para a carência de produções sobre mapas conceituais no ensino de Geografia.

Palavras-chave: Mapa conceitual. Aprendizagem significativa. Ensino de Geografia.

Abstract

This article presents a systematic review of the literature on the Conceptual Map, focusing on the teaching of Geography. The objective was to identify and describe the results indicated by the research carried out in the period between 2009 and 2020. The survey of productions was carried out in the database of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). To locate the works, the descriptors “conceptual maps”, “conceptual map” were used; “conceptual maps” AND “geography”, “conceptual map” AND “geography”, “conceptual map” AND “youth and adult education”. The results point to the lack of productions on conceptual maps in the teaching of Geography.

Keywords: Conceptual map. Meaningful learning. geography teaching.

Introdução

Transformar o cotidiano das aulas de Geografia, em especial na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em um espaço mais acolhedor para os educandos, rompendo como tradicional modelo de ensino, ainda tão presente, baseado na memorização de conteúdos que não produzam significado, é uma busca constante do professor comprometido com o processo de ensino e aprendizagem de seus discentes. Sobre essa questão, Cavalcanti (2012) acrescenta que esse modelo de ensino ainda adota como critério para avaliar a aprendizagem apenas o potencial que os educandos têm de reproduzir os conteúdos trabalhados, sem preocupação com questionamentos ou com a autonomia para pensar geograficamente.

Nesse sentido, discutir ferramentas e estratégias que auxiliem na construção de

¹¹ Licenciada em Geografia (UESB) e mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Ensino (UESB). Professora de Geografia da Rede Estadual de Ensino da Bahia

¹² Licenciada em Pedagogia (UESB) e mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Ensino (UESB); Coordenadora Pedagógica na Rede Municipal de Ensino de Itambé-BA

¹³ Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2009). Professor Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, atuando na graduação, no Programa de Pós-Graduação-Mestrado Acadêmico em Relações Étnicas e Contemporaneidade e Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN- 2018).

uma aprendizagem significativa e que possibilite romper com práticas avaliativas excludentes e se faz urgente e necessária. Aprendizagem Significativa, nesse estudo, se refere à teoria criada pelo norte americano David Ausubel, na década de 1960, para explicar como funciona o processo de construção do conhecimento. Caracteriza-se pela interação entre conhecimentos prévios, também denominados por Ausubel de subsunçores, e conhecimentos novos de forma não literal e não arbitrária (MOREIRA, 2012).

Portanto, o “mapa conceitual” pode ser uma dessas estratégias, pois conforme afirma Carabetta (2013), os mapas conceituais, como estratégia pedagógica, podem ajudar os alunos a construir conceitos científicos, atribuindo significado aos conteúdos estudados.

Desenvolvida nos anos 1970 por Joseph Novak, um dos colaboradores de David Ausubel em sua teoria da Aprendizagem Significativa, o mapeamento conceitual consiste em uma técnica que põe em evidência conceitos e a relação entre conceitos (MOREIRA, 1997). É uma ferramenta gráfica usada para representar e organizar de forma hierárquica a estrutura de conceitos construídos que se relacionam ligados por palavras (NOVAK; CANÃS, 2010).

Segundo Moreira (2013), o mapa conceitual pode ser utilizado na avaliação como recurso instrucional, na análise de conceitos e de conteúdos disciplinares onde quem constrói realiza representações externas de representações internas e a partir do momento em que o aluno explica, justifica o que descreveu no mapa a aprendizagem significativa poderá ser de fato concretizada.

Com esse entendimento, este artigo de revisão sistemática da literatura (RSL) faz um apanhado de teses e dissertações produzidas no período de 2009 a 2020, com o objetivo de identificar e descrever estudos que abordam o uso da ferramenta mapa conceitual na avaliação da aprendizagem no ensino de Geografia com educandos da EJA. A questão a ser respondida com a revisão foi: Quais resultados as dissertações e teses sobre mapa conceitual apontam acerca dessa ferramenta para o ensino de Geografia na Educação de jovens e adultos?

Percurso metodológico

A pesquisa científica exerce um papel importante ao contribuir para os avanços na educação e para conhecer o que está sendo produzido e o que falta ser pensado nas diversas áreas do conhecimento faz-se necessário o estudo de revisão da literatura. Para Sampaio e Mancini (2006), as revisões sistemáticas da literatura (RSL), além de servirem como orientação para o desenvolvimento de projetos, devem seguir um rigor metodológico que se apresente de forma clara e passível de ser reproduzidas.

A pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo exploratória e descritiva. Procuramos obter uma visão mais ampla do que já foi pesquisado sobre a temática. A revisão da literatura sobre o uso de mapas conceituais, com foco na disciplina geografia, foi realizada na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Para realização do levantamento, após a escolha da base de dados que seria consultada, utilizamos os descritores: “mapas conceituais”; “mapa conceitual”; “mapas conceituais AND geografia”; “mapa conceitual” AND “geografia”; “mapa conceitual” AND “educação de jovens e adultos”.

Sobre os critérios de inclusão, os estudos deveriam apresentar relação com a disciplina Geografia e/ou EJA. O quadro 1 traz os critérios de inclusão e exclusão delineados. Inicialmente, a intenção era incluir apenas trabalhos voltados para a EJA, mas desde as primeiras buscas percebia dificuldade que encontraria caso não ampliasse o campo de busca. Então houve a

inclusão dos anos finais do ensino fundamental, além de trabalhos no ensino médio. Não foram considerados trabalhos relacionados a matemática, física, biologia, química, ciências, educação infantil, área da saúde, educação prisional, formação de professores, educação especial, indígena, ensino superior, agronomia, engenharia.

O passo a passo para a localização dos estudos foi o descrito a seguir: a busca foi iniciada usando os descritores “mapas conceituais” no plural. Obtivemos um total de 380 trabalhos. Dessa primeira busca fiz uma leitura superficial dos títulos e subtítulos e, logo em seguida, utilizei novos descritores fazendo as exclusões necessárias: “mapas conceituais” AND “geografia” 16 resultados foram localizados. Feita a leitura dos títulos, subtítulos e alguns resumos, ficamos com 4 trabalhos que constituem o *corpus*, 2 dissertações e 2 teses que foram lidos na íntegra. Os trabalhos selecionados estão organizados no quadro 2.

Quadro 1–Critérios para seleção dos trabalhos.

Critérios de seleção	
Critérios de inclusão:	Critérios de Exclusão:
I1-Trabalhos que tenham sido publicados no período de 2009 a 2020;	E1-Trabalhos relacionados às áreas do conhecimento: Ciências da Natureza e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias;
I2-Trabalhos que traga matemática geografia e/ou educação de jovens e adultos.	Linguagens, códigos e suas tecnologias; Ciências da computação; Agronomia.
I3-Trabalhos que tenham sido experienciados com estudantes da educação básica.	E2- Trabalhos relacionados à Educação Inclusiva e educação indígena;
	E3-Trabalhos voltados à formação de professores.

Fonte:Elaboradapelos autores,2022.

Resultados e discussão

O levantamento realizado sobre a temática resultou em duas dissertações e duas teses. Os dados obtidos com a análise desses trabalhos serão apresentados em seis tabelas a saber: títulos e autores, instituição de defesa das dissertações e teses, ano e Estado, área do conhecimento, palavras-chave, questão de pesquisa e resultados das pesquisas. As letras em maiúsculo “D” para dissertação e “T” para tese foram utilizadas para facilitar a identificação dos trabalhos.

Títulos e autores das pesquisas

Dos quatro trabalhos selecionados para o estudo, foi possível identificar a presença do descritor “mapas conceituais” em apenas um título, T1. A pesquisa T2 traz a expressão “mapeamento conceitual”, que não foi usado com o descritor, mas apareceu na busca. O descritor “geografia” aparece em D1, T1 e T2. Apenas o trabalho D2 não possui identificação de nenhum dos descritores, foi preciso a leitura do resumo e introdução para ser inserido na pesquisa. Por conta da temática, o termo “aprendizagem significativa” surge associado no título de três trabalhos, à exceção da pesquisa D2. Todos os trabalhos identificaram no resumo o público alvo pesquisado: D1 trabalhou com alunos

do 1º ano do curso técnico em nível médio; D2 com alunos do 6º ano do ensino fundamental; T1 alunos do 7º ano do ensino fundamental e T2 alunos do 1º ano do ensino médio.

Quadro 2-Teses, dissertações e artigos selecionados no período de 2009 a 2020.

Ordem	Título	Autor(a)
D1	Aprendizagem de climatologia em Geografia no ensino médio fundamentada na teoria de Ausubel	MELO, M. D.
D2	O estudo do relevo: operacionalização de processos, conceitos e interpretações do vivido	FERREIRA, L. R.
T1	Ensino de geografia: aprendizagem significativa por meio de mapas conceituais	TOMITA, L. M. S.
T2	Cartografia de aprendizagem significativa e o ensino de Geografia: técnica de mapeamento conceitual e contribuições para as práticas avaliativas	CAMPELO, L. F.

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Instituição de defesa, ano e estado

A tabela 2 apresenta as instituições que vem desenvolvendo trabalhos com a temática proposta, os locais e o ano de defesa. São Paulo foi o Estado que apresentou o maior número de produções T1 e T2, com dois trabalhos apresentados na mesma instituição.

Tabela 2–Instituição de defesa das dissertações e teses, ano e Estado.

Ordem	Instituição	Ano	Estado
D1	Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC	2015	Santa Catarina
D2	Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG	2016	Belo Horizonte
T1	Universidade de São Paulo- USP	2009	São Paulo
T2	Universidade de São Paulo- USP	2019	São Paulo

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Abordagem metodológica das pesquisas

Nos trabalhos que constituem o corpus, a maioria dos autores procurou identificar o tipo de pesquisa, mas não descreveram a natureza da abordagem metodológica (qualitativa, quantitativa ou qualitativa-quantitativa), à exceção da pesquisa T2, que identificou tanto a natureza quanto o tipo. A tabela 3 apresenta essa distribuição.

Tabela 3–Abordagem metodológica utilizada nas pesquisas.

Ordem	Tipologia utilizada e instrumentos
D1	Pesquisa-ação
D2	Pesquisa-ação

T1	Pesquisa exploratória realizada em duas escolas (uma municipal e uma estadual), com aplicação de questionário, realização de atividade prévia para identificar as representações sociais dos estudantes e elaboração de mapa conceitual.
T2	Descritiva-explicativa em uma escola técnica de nível médio empregando questionário, grupo focal, entrevista e elaboração de mapa conceitual.

Fonte: Elaborada pelos autores, 2022.

Palavras-chave

As palavras-chave ou descritores assumem um papel de destaque na busca por trabalhos científicos em uma revisão da literatura. A partir delas o pesquisador fará seleções, exclusões e inclusões de materiais de seu interesse de investigação. Assim, para esse estudo, utilizamos palavras-chave que estivessem relacionadas ao uso de mapa conceitual na Geografia, algumas palavras foram colocadas ora no singular, ora no plural, são elas: mapa conceitual, mapas conceituais, geografia, EJA, educação de jovens e adultos.

Do total de pesquisas selecionadas para esse estudo de RSL, a palavra-chave principal da pesquisa “mapa conceitual” aparece na pesquisa D1 com a expressão no plural e a pesquisa T1 a expressão mapeamento conceitual. Todas as dissertações e teses trazem a palavra Geografia como palavra-chave, conforme Tabela 4. Em relação à quantidade de descritores, 02 pesquisas utilizaram 05 descritores como referência, foram as pesquisas D2 e T2. A pesquisa D1 utilizou 03 descritores e a pesquisa T1 utilizou 04 descritores. Conforme tabela 4 é possível visualizar forma como os autores apresentaram os descritores em suas pesquisas, em alguns casos separados por ponto e vírgula (T1 e T2), por vírgula (D2) e por ponto (D1).

Tabela 4 – Palavras-chave utilizadas nas pesquisas.

Ordem	Palavras-chave utilizadas
D1	Aprendizagem significativa de Ausubel. Ensino de climatologia. Geografia escolar.
D2	Ensino de geografia, Relevo, Vivido, Movimentos intelectuais, Conceitos.
T1	Ensino de Geografia; Paisagem; Aprendizagem significativa; Mapas conceituais.
T2	Aprendizagem significativa; Mapeamento conceitual; Avaliação; Ensino de Geografia; Ensino médio.

Fonte: Elaborada pelos autores, 2022.

Questão de pesquisa

A tabela apresenta a questão de pesquisa de cada trabalho. Na pesquisa D1 o autor busca compreender as contribuições da aprendizagem significativa para a aprendizagem do tema climatologia. Já na pesquisa D2 a preocupação esteve voltada a entenderem que medida os alunos conseguem fazer associação com o cotidiano estudando o relevo a partir de operacionalização de conceitos e processos. Os autores das pesquisas T1 e T2 buscaram explorar as potencialidades pedagógicas do mapa conceitual com vistas a aprendizagem significativa.

Tabela5– Questão de pesquisa.

Ordem	Questão de Pesquisa
D1	Quais as contribuições da aprendizagem significativa de Ausubel para a aprendizagem do tema climatologia em geografia, com os alunos do Ensino Médio?
D2	Em que medida a operacionalização de processos e conceitos favorece ao educando a compreensão do relevo como um componente espacial dinâmico, presente no cotidiano?
T1	Alternativas práticas para uma aprendizagem significativa para o ensino de paisagem empregando os mapas conceituais no ensino de Geografia.
T2	Dentre as estratégias utilizadas no ensino de Geografia, a de mapeamento conceitual pode ser considerada importante para auxiliar o professor a acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens de seus alunos?

Fonte:Elaboradapelosautores,2022.

Resultados da pesquisa

Os resultados da pesquisa que apresentados a seguir se referem às observações feitas pelos autores em relação ao uso da ferramenta mapa conceitual. A intenção não é abordar o resultado geral da pesquisa, pois algumas delas não trazem explícito na conclusão como foi a utilização e experiência. A pesquisa D1, para inserir o projeto sobre “Desastre naturais”, faz uso do mapa conceitual como atividade inicial. Estes foram elaborados sobre temas selecionados aos desastres climáticos e o autor esclarece que para essa atividade não foi preciso orientar os alunos, pois já tinham domínio dessa ferramenta adquirido no componente curricular anterior. Os mapas foram apresentados em forma de seminários e os demais alunos e o professor puderam opinar e incorporar novos conceitos e fazer alterações necessárias. A construção de mapas conceituais serviu de ferramenta pedagógica para a produção de vídeos sobre desastres ambientais.

A pesquisa D2 apontou que o mapa conceitual serviu de instrumento de sistematização e interpretação das ideias produzidas pelos alunos e professora acerca do conteúdo relevo. Ao analisar os mapas conceituais produzidos a professora-pesquisadora pôde identificar as associações feitas entre eles. O trabalho realizado por T1 apontou um resultado significativo em relação ao uso dessa ferramenta. A autora explorou os conhecimentos prévios dos alunos por meio de diversas atividades com destaque para a produção de mapas conceituais e posterior escrita de textos que explicassem o entendimento sobre eles.

Enquanto na pesquisa D1 o professor não teve a necessidade de instruir os alunos quanto à produção dos mapas conceituais porque eles já conheciam a ferramenta, na pesquisa T2 o professor apresentou aos alunos os elementos básicos e fundamentais para o uso da técnica, além dos objetivos e a importância para o alcance da aprendizagem significativa. O autor salienta que através da técnica de mapeamento conceitual os alunos sentiram-se mais motivados, passaram a ter mais autonomia, houve uma mudança na rotina da sala de aula, inclusive, por iniciativa própria passaram a utilizar a técnica em outras disciplinas.

Tabela6– Resultados da pesquisa referente ao uso do mapa conceitual.

Ordem	Resultados da Pesquisa
D1	Nesse estudo, a Aprendizagem Significativa de Ausubel apresentou-se como uma alternativa à realidade da Geografia escolar. O mapa conceitual foi utilizado como primeiro momento da atividade de sequência didática sobre o tema e se mostrou eficaz na construção e organização de Conceitos sobre a temática desastres naturais.
D2	Os mapas conceituais utilizados pela autora se constituíram em instrumentos de análise que se caracterizaram como recursos para sistematizar e interpretar as ideias produzidas pelos alunos e pela professora pesquisadora acerca das atividades propostas sobre o conteúdo relevo. Afirma, que ao analisar esse recurso, identificar os tipos de associações que foram estabelecidas tornou-se mais fácil.
T1	O mapa conceitual expressou-se como um rico instrumento revelador de potencial e conhecimento dos alunos, também da habilidade em sistematizar o raciocínio supostamente pré-existente.
T2	Demonstra que a ação docente pode ser alterada significativamente pela técnica do mapeamento conceitual. Ela contribui para investigar os detalhes por entre os quais os alunos evoluem na apropriação do saber.

Fonte:Elaboradapelosautores,2022.

Considerações finais

O trabalho de revisão sistemática da literatura foi um passo importante de descoberta a respeito do quem vem sendo produzido cientificamente sobre o uso do mapa conceitual com foco na disciplina geografia. Destacamos o reduzido quantitativo de pesquisa sobre a utilização dos mapas conceituais para o aprendizado de Geografia na EJA. Além disso, os trabalhos que constituem o corpus apresentado neste artigo evidenciam diferentes empregos dos mapas conceituais na sala de aula.

Por meio do levantamento das dissertações e teses aqui apresentadas, foi possível ter uma visão mais abrangente e situar melhor a pesquisa e perceber que há um campo a ser estudado pensando o recurso metodológico mapa conceitual na sala de aula de geografia com os educandos da EJA. Experimentar outras estratégias de trabalho com os conteúdos geográficos no cotidiano das aulas dessa modalidade são necessárias para possibilitar a aprendizagem significativa da Geografia.

Referências

- BAHIA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. **Política de EJA na rede estadual. EJA, Educação de Jovens e Adultos - Aprendizagem ao longo da vida. 2009.**http://www.sec.ba.gov.br/jp2011/documentos/Proposta_da_EJA.pdf. Acesso 23 out.2021.
- CAMPÊLO, L. F. **Cartografia de aprendizagem significativa e o ensino de geografia: técnica de mapeamento conceitual e contribuições para as práticas avaliativas.** 199f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, SãoPaulo, 2019.
- CARABETTA, V. A Utilização de Mapas Conceituais como Recurso Didático para a Construção e Inter-Relação de Conceitos. **Revista Brasileira de Educação Médica**, vol. 37, n.3, p.441-447,2013.Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbem/v37n3/17.pdf> . Acesso em 24ago. 2021.
- CAVALCANTI, L. S. **A Geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana.** Campinas, SP: Papirus,2012.

FERREIRA, L. R. **O estudo do relevo: operacionalização de processos, conceitos e interpretações do vivido.** 130f. Dissertação (Mestrado em Análise Ambiental). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 17ª. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MACHADO, M. M. Formação de professores para EJA: uma perspectiva de mudança. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 161-174, jan./dez. 2008.

MELLO, M. D. **Aprendizagem de climatologia em geografia no ensino médio fundamentada na teoria de Ausubel.** 118f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2015.

MOREIRA, M. A. “Aprendizagem significativa: um conceito subjacente”. **Actas Encontro Internacional sobre Aprendizagem Significativa.** Burgos:ENAS,1997.

MOREIRA, M. A. O que é afinal aprendizagem significativa? **Revista cultural La Laguna Espanha**, 2012. Disponível em: <<http://moreira.if.ufrgs.br/oqueeafinal.pdf>>.

MOREIRA, M. A. Aprendizagem significativa em mapas conceituais. I Workshop sobre Mapeamento Conceitual. Textos de Apoio ao Professor de Física, PPGEnFis/IFUFRGS, vol. 24, nº6, 2013.

NOVAK, J. D.; CAÑAS, A. J. A teoria subjacente aos mapas conceituais e como elaborá-los e usá-los. **Práxis Educativa**, v. 5, n. 1, p. 9-29, 2010.

SAMPAIO, R. F; MANCINI, M.C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. bras. Fisioter**, vol. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

TOMITA, L. M. S. **Ensino de Geografia: aprendizagem significativa por meio de mapas conceituais.** 182f. Tese (Doutorado em Geografia Física). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Enviado em 30/04/2022

Avaliado em 15/06/2022

ARAGUAÍNA: A URBANIZAÇÃO DE UMA CIDADE MÉDIA DO CANSAÇO

Gustavo Henrique Andrade de Araújo¹⁴
Thelma Pontes Borges¹⁵

Resumo

Este artigo busca estudar a urbanização de Araguaína e a influência do neoliberalismo no atrativo que a cidade média oferece para o empresário e o trabalhador. Por meio de uma revisão bibliográfica buscou-se compreender o processo de urbanização e a sua influência em Araguaína, com ênfase no seu desenvolvimento após a construção da BR-153. O status de cidade média, Araguaína atrai empresários e trabalhadores que em especial sofrem pelo ritmo neoliberal os tornando empreendedores de si mesmo. Por fim, o trabalhador iludido pelo imperativo de ser o seu próprio patrão, não contrapõe o sistema, trabalhando exaustivamente pelo bem do capital.

Palavras chave: Urbanização, Cidade média, Sociedade do cansaço.

Abstract

This paper seeks to study how the urbanization of Araguaína took place and the influence of neoliberalism in boosting the attraction that the average city offers to the businessman and the worker. Through a literature review that sought to understand the urbanization process its influence on Araguaína, with emphasis on its development after the construction of BR-153. The relevance of the status of a medium city, Araguaína attracts businessmen and workers who especially suffer from the pace given by neoliberalism, making them entrepreneurs of their own. Finally, the worker, deluded by the imperative of being his own boss, does not oppose the system, working exhaustively to produce as much as he can for the good of capital.

Key words: Urbanization, Middle city, Society of fatigue.

Introdução

A urbanização precisa ser compreendida por aspectos que ultrapassem a barreira quantitativa, passando a ser observada também em seu processo social, que reverbera na esfera espacial. Encontrada em outras localidades do orbe, a urbanização está relacionada a industrialização ou a outros processos de expansão do capitalismo, que tem características únicas em cada país ou região (ANTERO, 2016).

A urbanização de Araguaína tem como principal fator o fluxo migratório de outros estados brasileiros, conforme apresentado pelos estudos de Antero (2016), os imigrantes em sua maioria são originários dos estados do Maranhão, Goiás, Piauí, Minas Gerais e Bahia. O fluxo migratório, somado pela construção da BR-153 que favorece a sua relevância regional, associado ao seu quantitativo populacional a torna uma cidade média, como defendido por Corrêa (2007, p.25), que caracteriza cidade média por uma associação em “tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intra-urbano”

¹⁴Mestrando do Programa de pós-graduação de Dinâmicas Públicas e Regionais (PPGDire) pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

¹⁵ Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo/USP (2015). Pós-doutorado pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Trópicos Úmidos pela Universidade Federal do Pará/UFPA (2020). Professora adjunta III (campus de Araguaína) da Fundação Universidade Federal do Tocantins. Membro do Colegiado do curso de Letras e do curso de Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

A cidade média tem um papel importante na malha urbana, cumprindo como ferramenta de equilíbrio, interrompendo o fluxo migratório para as grandes cidades, a expansão de postos de trabalho e, por fim, a eficácia da produção de alguns setores da economia (AMORIM FILHO e SERRA, 2001), como pode ser observado em Araguaína assumindo a posição de intermediária entre os grandes centros e as cidades pequenas e a zona rural. Conta ainda como atrativo para o empresariado incentivos fiscais estaduais e municipais (FIETO, 2020). O que a torna uma cidade atrativa para o empresariado por conta de seu grande fluxo de pessoas e, também, para os trabalhadores ambos talvez com o desejo de uma melhor qualidade de vida, mas localizados em extremo opostos na cadeia produtiva, no qual o empresariado movido pelo ganho capital busca o trabalhador que deseja sua mobilidade social.

Por meio dessa dinâmica, em que o plano de fundo é o neoliberalismo, o empresariado encantado pelas possibilidades, pelos benefícios dos incentivos fiscais e pela mão de obra disponível, ao se instalar, busca uma forma de convencer o trabalhador a se autorregular se tornando um sujeito de desempenho (HAN, 2015), pronto para produzir sem que necessariamente o empregador o cobre, mas se mantém motivado pela ideia de ser o seu próprio chefe, alcançando a exaustão do trabalho.

A metodologia utilizada segue a revisão bibliográfica sobre: a urbanização e o seu processo de formação de uma cidade média; a sociedade do cansaço de Byung-Chul Han como esqueleto para discussão da dinâmica de trabalho; utiliza-se de dados secundários do IBGE, DATASeabrae e DATASUS, para discutir o movimento do capitalismo que tem como figura de fundo o neoliberalismo.

O objetivo é discutir como a urbanização de Araguaína sofre a influência do neoliberalismo no impulsionamento do atrativo que a cidade média pode oferecer para o empresário e o trabalhador. Para melhor abordar a temática proposta, foi feita uma divisão em duas seções a primeira com o título de “Araguaína sua urbanização migrada”, onde será discutido alguns conceitos da urbanização em Araguaína. Na segunda seção intitulada “O cansaço de Araguaína”, discutirá o movimento neoliberal que influencia a cidade de Araguaína.

Araguaína sua urbanização migrada

Santos (1993) afirma que a urbanização é notada com maior intensidade após o fim da segunda guerra mundial, como resultado de elevada taxa de natalidade e baixo índice de mortalidade, como melhoria da qualidade de vida.

No Brasil a partir de 1940, a urbanização é marcada pelo aumento das taxas de êxodo rural que alcança índices elevados, ressalta-se que durante esse período a maioria da população permanecia vivendo no ambiente rural (SOUSA e BRITO, 2016).

O êxodo rural provocado pela busca de trabalho na cidade, motivada pela sua industrialização e, também pelas condições precárias de vida no campo, impulsiona a busca do ambiente urbano da cidade, culminando não apenas um aumento da população urbana, mas também mudanças significativas na forma da urbanização. Todavia, foi estimulado o desenvolvimento técnico e científico que pudesse dar conta do planejamento considerando técnicas mais avançadas e por conseguinte, mais rápidas para atender a necessidade produtiva do capital. (PEREIRA e DIAS, 2020)

A cidade de Araguaína, localizada no norte do estado do Tocantins, tem em sua história o impacto do movimento migratório que ecoa em seu desenvolvimento urbano. Por fazer parte da Amazonia Legal¹⁶ recebeu incentivos governamentais para a construção da BR-153 em 1950, conhecida como Belém-Brasília, estabeleceu o fim do transporte fluvial iniciando o transporte rodoviário que é uma alternativa mais rápida, deixando de ser um povoado isolado titulado Livrenos-Deus (ANTERO, 2016). Foi considerada município, em 14 de novembro de 1958 pela Lei Estadual 2.125/58 ainda pertencente ao estado de Goiás.

Antero (2016) afirma que a urbanização de Araguaína é compreendida pelo processo econômico de significativa chegada de mão-de-obra para ocupação das frentes de trabalho e, também para a acumulação de capital.

Os fluxos migratórios para Araguaína combinam o clássico movimento rural-urbano e as migrações inter-regional e intra-regional. Entre as décadas de 1950 a 1970 ocorreu duas tendências de migração simultâneas – a inter-regional e rural-urbano – uma iniciada por agricultores nordestinos, que na condição de posseiros beneficiaram terras no vale do rio Lontra, em seguida expropriados, em forçoso movimento rural-urbano; e após 1980 movimentos migratórios interestaduais, mantendo-se fluxos de maioria nordestinos, mas com origens espalhadas por todas as grandes regiões brasileiras. (ANTERO, 2016, p.2)

A construção da BR-153 contribuiu para que houvesse em Araguaína tráfego de pessoas e mercadorias, que levou a cidade a ser considerada a quarta maior cidade do estado de Goiás na década de 80, nesta década a primeira maior cidade era Goiânia, segunda era Anápolis e a terceira era Luziânia. Esse aspecto a possibilitou ser rotulada como a “capital econômica do Norte Goiano” com destaque especial para a “agropecuária e prestação de serviços em saúde e educação (SOUSA e BRITO, 2016, p.47)

Após a criação do estado do Tocantins em 5 de outubro 1988, Araguaína passa a ser a maior e mais desenvolvida cidade do recém-criado estado, chegando a ser cogitada como a capital do estado. Após reveses políticos e econômicos, foi criada a cidade de Palmas, a atual capital do estado, em uma região central do novo estado (SOUSA e BRITO, 2016), em 20 de maio de 1989, que atualmente é a maior cidade do estado com 228.332 habitantes segundo o censo de 2010, com população estimada de 306.296 em 2020. (IBGE).

Para Sodré e Ramires (2017, p. 117), o crescimento de Araguaína tem clara relação entre “cidade-campo” e “urbano rural”, afirmam ainda que em

Araguaína, a pecuária teve importante papel na ocupação do município e no estímulo à prestação de serviços ao campo, bem como ao processamento de carne bovina advinda de seu município, de sua microrregião geográfica (maior produtora de bovinos do estado) e região de influência na rede urbana. (Sodré e Ramires, 2017, p. 117)

Antero (2016) afirma que Araguaína é um modelo quando se trata de atrair a população trabalhadora, sua velocidade de seu crescimento populacional é impressionante, alcançando o status de cidade média em 50 anos, com uma população de 113.143 habitantes em 2000, ostentando aspectos de relevância socioeconômica-regional. Araguaína, segundo o último censo em 2010 tem 150.484 habitantes, estima-se que em 2021 possuía 186.245 habitantes (IBGE).

¹⁶ A Amazonia Legal, corresponde a uma área de 59% do Brasil, localizada a no meridiano 44°W, com área de 5 milhões de km², que abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará Rondônia, Roraima, Tocantins e mais 8 países vizinhos (IPEA, 2008), que é gerida pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, criada pela lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966.

A cidade média, segundo Santos (1993, p. 50), surge para fortalecer “tanto do ponto de vista demográfico, quanto o ponto de vista econômico, enquanto divisão do trabalho entre cidades se torna complexo”.

Amorim Filho e Serra (2001) reforçam que a discussão que permearam o conceito sobre a cidade média parte da década de 70, em especial na Europa após a segunda guerra mundial (1939 – 1945), onde o Brasil segue a mesma tendência na sua urbanização. Os autores ainda destacam que a cidade média foi pensada como uma possibilidade de direcionar a população que buscava os grandes centros que se encontravam populosos, para em cidades que pudessem recebê-los, cumprindo com a função de ponte de ligação entre os grandes centros e as cidades pequenas ou o mundo rural.

A procura de maior equilíbrio interurbano e urbano-regional, a necessidade de se interromper o fluxo migratório na direção das grandes cidades e metrópoles, a busca de maior eficiência para alguns ramos produtivos e a necessidade de multiplicação de postos avançados de expansão do sistema socioeconômico nacional são, a nosso ver, os principais objetivos — explicitados ou não — das políticas urbanas que centralizavam esforços no apoio ao desenvolvimento das cidades médias brasileiras. (AMORIM FILHO e SERRA, 2001, p. 9)

As definições sobre a cidade média são variadas, Amorim Filho e Serra (2001) ressaltam que podem variar de acordo com os objetivos dos pesquisadores ou ainda dos que promovem as políticas públicas. França (2007) demonstra a diferença de três definições da cidade média considerando um olhar quantitativo em relação aos habitantes da cidade, conforme a Tabela 1.

Tabela 1: Quantidade de Habitantes Conforme Entidade

ENTIDADE	HABITANTES DA CIDADE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE	Entre 100.000 e 500.000
Organização das Nações Unidas - ONU	Entre 100.000 e 1.000.000
União dos Arquitetos Internacionais - UIA	Entre 20.000 a 2.000.000

Fonte: França (2007). Elaborado pelo autor.

França (2007) alerta sobre a importância de se ter uma atenção especial sobre a classificação da cidade média por quantidade de habitantes, onde ressalta em sua pesquisa que as diferenças podem variar dependendo do país e, também entre as entidades reguladoras e os pesquisadores. Afirma, ainda que, no Brasil mesmo em cidades com quantitativo populacional inferior de habitantes conforme a classificação do IBGE supracitada, pode exercer a função de cidade média.

Motta e Mata (2009) atribuem a importância da cidade média, por terem uma forma própria de atender as expectativas econômicas e demográficas, alcançando o empresariado como a população, representadas pela qualidade dos seus equipamentos urbanos e dos serviços públicos prestados. Nessa esteira, os autores ainda afirmam que a cidade média, pode apresentar custos de produção mais vantajosos em comparação com os grandes centros, constituindo um local privilegiado pelo bem-estar e a qualidade serviços ofertados.

A cidade média assume em sua localização geográfica, grande importância no tecido urbano¹⁷, nessa esteira Trindade Junior (2011, p. 137) aponta em suas considerações a relevância da cidade média, afirma que são:

aqueles que assumem um determinado papel na estrutura urbana regional como centro sub-regional, não sendo simplesmente centros locais, mas núcleos urbanos com capacidade de polarizar e influenciar um número significativo de cidades menores e articular relações de toda ordem.

Silva (2016) classifica Araguaína como uma cidade média, utilizando critérios que ultrapassam o quantitativo, pela

variável demográfica relativizada e geograficamente contextualizada, o grau de urbanização e a capacidade de fixar migrantes; classificação hierárquica entre as cidades, a posição e sua importância na rede urbana, centralidade, funções comerciais de distribuição de bens e serviços para população local e de cidades circunvizinhas, e de apoio às atividades agropecuárias e relações externas extraregionais e globalizadas. (SILVA, 2016, p. 42)

O autor ainda afirma que o Araguaína consegue alcançar outras cidades do entorno por conter um comércio terciário, ou seja, “uma rede de bens e serviços de educação superior, saúde e apoio à produção pecuarista” (SILVA, 2016, p. 15). O fascínio que pode existir pela cidade média tem uma perspectiva diferente, partindo do ponto de vista de um morador de grande centro e um interiorano, conforme aponta Amorim Filho e Serra (2001).

Para o primeiro, essas cidades apresentam “menores índices de criminalidade; reduzido tempo despendido para se ir ao trabalho; menores níveis de poluição atmosférica; aluguéis geralmente mais acessíveis; e maior e mais próxima oferta de áreas verdes” (AMORIM FILHO e SERRA, 2001, p. 1).

Já para o segundo, conforme continuam os autores, as cidades médias são idealizadas pela oportunidade de emprego ou até mesmo subempregos, o benefício de uma infraestrutura básica, pelo acesso a saúde e ensino, de melhor qualidade e a possibilidade de ascensão social pela possibilidade de obtenção de bens e serviços.

Em decorrência dos encantos por meio dos benefícios apresentados acima, a cidade média, sofreu e ainda sofre com seu o seu rápido desenvolvimento urbano, influenciando diretamente a sua paisagem urbana. É o caso de Araguaína que pela falta de acompanhamento por parte dos órgãos públicos reguladores que hora impulsionaram o seu crescimento, não fiscalizavam o seu desenvolvimento urbano, que sem planejamento a cidade tinha diversos problemas como esgoto a céu aberto e ruas estreitas e tortuosas, que na época de seu povoamento talvez não tenham sido pensadas para o seu uso por futuro automóveis (PEREIRA e DIAS, 2020).

Araguaína vivencia na contemporaneidade um aumento do setor de serviços, que exige melhor qualidade de mão-de-obra em comparação com a indústria clássica, que sofrem pressões demográficas e chegada de imigrantes de outras regiões do país. (NETO e SILVA, 2018). E apesar de se configurar como uma cidade que cresce e se desenvolve, ainda não conseguiu sanar problemas básicos como saneamento básicos, pobreza e violência (PACIFICO FILHO *et al*, 2020).

¹⁷ Segundo Lefebvre (2011, p. 19), “O tecido urbano pode ser descrito utilizando o conceito de ecossistema, unidade coerente constituída ao redor de uma ou de várias cidades antigas ou recentes.”

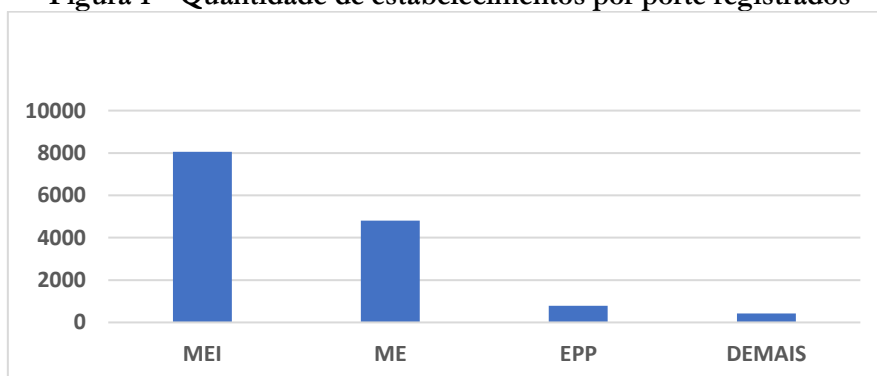
O cansaço de Araguaína

A busca por melhores condições de vida, já tratada anteriormente pelo movimento migratório para a cidade média, fruto do êxodo rural e da migração de pequenas ou grandes cidades, levam a mão-de-obra de Araguaína, se tornar “sujeitos de desempenho e produção”, assumindo os dois lados de uma relação de trabalho, tornando o seu empregador e seu empregado, relação estimulada pela forma neoliberal¹⁸ no qual os sujeitos não são mais chamados de “sujeitos de obediência”, mas sim “sujeitos de desempenho” (HAN, 2015, p. 23).

A sociedade disciplinar que gera os sujeitos de obediência, segundo a análise de Han (2015), que afirma a disciplinaridade como marcada pela negação da proibição, em que o sujeito inconformado busca uma saída enfrentando o que lhe é imposto, impedindo um maior crescimento da produção. Ainda para o autor a sujeito do desempenho são indivíduos que se autorregulam nessa dinâmica interna de empregado e empregador, dessa forma o crescimento da produção é intensificado, se mantendo disciplinado pelo imperativo do dever.

Pode-se inferir que influenciada pelo imperativo do desempenho, estimula o sujeito a busca da produção por uma mão-de-obra que se autorregula como aponta Han (2015). Bittencourt (2021) afirma o poder exercido pelos portadores de capital, que conquistam incentivos privilegiados, degradando a massa trabalhadora, que busca combater dos direitos dos trabalhadores. Araguaína, tem o seu comércio de bens e serviços aquecido, reflexo disso é a quantidade de estabelecimentos comerciais regulares registrados na cidade, conforme Figura 1, 14.932 estabelecimentos registrados, onde 793 são empresas de pequeno porte (EPP), 4.800 são microempresas (ME), 8.049 são microempresas individuais (MEI) e 418 são filiais. (DATASEBRAE, 2021)

Figura 1 – Quantidade de estabelecimentos por porte registrados



Fonte: DATASEBRAE. Elaborado pelo autor.

¹⁸ O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício. (Harvey, 2008, p. 12)

A quantidade de empresas na cidade fruto de um movimento para atender os anseios neoliberais, imprime no trabalhador o excesso de positividade na dinâmica do trabalho, este moldado a não mais combater, forjado sobre a pressão da produção se coloca em condição de produzir, “mas pela ilusão de que cada trabalhador é um colaborador, um empreendedor de si” (BITTENCOURT, 2021, p. 176).

Han (2015) afirma que a sociedade sai de um movimento bacteriológico ou viral, isto é, que pela semelhança com a ideia do movimento imunológico do corpo humano, onde se compreende o que é amistoso ou ofensivo, que pelo movimento de defesa enfrenta tudo que é estranho ou inadequado, não que seja compreendido como necessariamente hostil e represente algum tipo de perigo, ou seja, é a condição de compreender o outro, o distinto, o diferente. A sociedade ao migrar para a positividade, seguindo ainda o raciocínio do autor, gera a violência neural, pela necessidade de produtividade, torna-se o proprietário e o empregador, pelo imperativo da produção, gerando sujeitos que se cobram mais, e sobrecarregados pela autocoerção são acometidos por doenças como a depressão ou burnout.

A gestão municipal para o quadriênio de 2021-2024 de Araguaína ainda usa o *slogan* criado pela gestão anterior, que atribui a cidade o título de “Capital Econômica do Tocantins”, *slogan* utilizado em suas peças publicitárias da campanha eleitoral e ao longo de sua gestão, como forma de chamar a atenção para a cidade em especial o seu potencial econômico (ASCOM, 2021), que tem sua origem conforme afirma Antero (2016) na criação do estado do Tocantins, pois representava no recém criado estado a cidade de maior força econômica. Na Atualidade a cidade tem um PIB duas vezes menor que o da capital Palmas (IBGE).

A auto titulação de capital econômica, figura como atrativo investimento do empresariado, que aumenta as receitas municipais, mas buscando absorver toda a mão-de-obra disponível possui segundo o último censo 6,59% ou 4.737 pessoas acima de 16 anos e que estão economicamente ativas, mas desocupadas (DATASUS), esses dados tendem a serem maiores pelo impacto econômico em decorrência das ações governamentais nacionais diante da pandemia da COVID-19, declarada pela OMS em 11 de março de 2020 (ONU NEWS, 2020), que negligenciam a gravidade do vírus, onde lançou a campanha publicitária “O Brasil não pode parar” que defendia a flexibilização do isolamento social em prol de não parar a economia.

Nessa esteira Pereira e Dias (2020) afirma que ao sujeito é negado na sua essência para se colocar a serviço de dois extremos o primeiro é o trabalhador, a coisa, a força para o trabalho, do outro lado o capitalista, que estabelece uma relação com o primeiro que o vê como mercadoria, onde ele produz bem e serviços dos quais necessariamente ele não usufrui.

Kussler e Leeuwen (2021, p. 414) afirmam que os sujeitos que vivem diante “o panorama econômico do *slogan* da Nike, em que nada é impossível”, embebidos do empoderamento produtivo, somados as condições de aparato técnico e de tecnologias que promovem um alto rendimento, atendendo demanda do capital, nessa esteira da lógica do neoliberalismo atribui a não produção ou a baixa produtividade como falha do sujeito que é incapaz de empreender. Han (2015) aponta que a preocupação pela qualidade de vida, que faz relação com a sensação do ser bem-sucedido, perde espaço para a preocupação pela sobrevivência, que gera problema emocionais como a depressão e o burnout.

Ferreira (2020, p. 24) compreende que o neoliberalismo é uma doença “social na medida em que se torna intolerante aos desvios da norma imperativa da valorização do Capital”, validando as “condições e situações de danos ao valor fundamental da vida, ao qual todos os outros valores deveriam se subordinar”. A utopia da perfeição que está no imaginário do trabalhador, nega a “condição de humanidade”, não considerando “fraquezas, tristezas e cansaço”, para que se cumpra o imperativo do “desempenhar-para-ser”, (FACAS, 2020, p. 64).

Mas o neoliberalismo faz uso da subjetividade, das emoções do trabalhador para extrair a máxima produção, abandonando os modelos tayloristas e fordistas em que as emoções eram desconsideradas para o pós-fordistas e, eram utilizadas como instrumentos de controle, almejando que o trabalhar esteja inteiramente focado na produção, de forma cognitiva e emocional (FACAS, 2020).

Em nome da produção o trabalhador manipulado a servir o capital arbitrado pelo neoliberalismo percebe-se encantado pela possibilidade de ser o seu próprio patrão, medindo o seu bem-estar pela sua capacidade produtiva.

Considerações finais

Este artigo buscou abordar a urbanização, inevitável diante o êxodo rural faz com que a organização do tecido urbano se adapte as novas demandas trazidas pela busca de melhor oportunidades de ganho financeiro que levará a uma melhor qualidade de vida. Traz incluída no cerne do processo de urbanização da cidade média que possam fazer um intermédio entre os grandes centros e as pequenas cidades ou o ambiente rural, assim se estabelece de forma estratégica na região a cidade média.

A cidade média, com o seu crescimento impulsionado pelo movimento da grande cidade de conter a entrada de mais imigrantes assume um papel de mediador, onde o que vem de uma cidade grande percebe que terá uma condição melhor de vida evitando os grandes congestionamentos que contribuem para um ir e vir na cidade demorado, onde a violência e demais problemas pertinentes a grandes centros urbanos são menos evidentes em uma cidade média. Já para quem vem de pequenas cidades ou da zona rural ela encanta por terem acesso a recursos pouco presentes de onde vieram que é o caso do Araguaína.

Araguaína como cidade média, vive o movimento neoliberal de seu incentivo ao empreendedorismo, motivado por campanhas institucionais, pelo governo da cidade com o objetivo de chamar a atenção do empresário assim constituir sua empresa e disponibilizar vagas de emprego para ocupar parte de sua população desempregada, que apesar de representar benefício para quem está buscando alguma colocação no mercado de trabalho, pode experimentar uma condição de baixo valor na sua mão-de-obra beneficiando a empresa que se instala na cidade.

Concluo que o trabalhador vive um dilema, o encantamento da cidade média pela busca de uma mobilidade social, se vê contratado para dar o melhor de si e atender a demanda de acúmulo de capital do empregador. Dessensibilizado, não consegue se opor ao que poderia considerar inadequado, submete-se ao imperativo da produtividade, que pelo excesso de autorregulação de ser o seu próprio patrão, acaba adoecendo por não conseguir alcançar as suas expectativas de alto rendimento, fazendo uso de suas emoções a favor do ganho capital empresarial, pela falácia do empreendedor de si mesmo.

Referencias

- AMORIM FILHO, O., & SERRA, R. V. (2001). Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional, in Andrade, T. A., & Serra, R. V. (orgs). Cidades médias brasileiras. Repositório do Conhecimento do IPEA. Disponível: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3081>. Acesso: 14/08/2021.
- ANTERO, R. Centralidade urbana em cidades médias da Amazonia: a área de influencia compartilhada entre Araguaína (TO), Imperatriz (MA) e Marabá (PA). Revista Observatório de la Economía Latinoamericana. Enero 2019. Disponível: <https://www.eumed.net/rev/oel/2019/01/centralidade-urbana-cidades.html>. Acesso: 05/08/2021.

- _____. Urbanização pela migração em Araguaína (TO). *Caminhos da Geografia*. v. 17, n. 59, p. 228-246, set. 2016. Disponível: <https://doi.org/10.14393/RCG175913>. Acesso: 05/08/2021.
- ASCOM. Prefeitura de Araguaína apresenta nova identificação visual para gestão de Wagner Rodrigues. 2021. Disponível: <https://www.araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=not¬=noticias&id=4358>. Acesso em 16/08/2021.
- BITTENCOURT, R. N. Ideologia gerencial, sociedade do cansaço e esgotamento profissional. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 21, n. 229, p. 171-182, 26 jun. 2021.
- CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M E B. *Cidades médias: espaços em transição*. Expressão Popular: São Paulo, 2007. p. 23-34.
- DATASebrae. Indicadores. Disponível: <https://datasebraeindicadores.sebrae.com.br/resources/sites/data-sebrae/data-sebrae.html#/Empresas>. Acesso em 16/08/2021.
- DATASUS. Taxa de Desemprego – Tocantins. Disponível: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/desemprto.def>. Acesso: 18/08/2021.
- FACAS, E. P. Sociedade da Performance e a falácia da liberdade no discurso neoliberal. In Duarte, Fernanda Sousa-, Mendes, Ana Magnólia e Facas, Emílio Peres. (orgs) *Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho* [recurso eletrônico]. Porto Alegre. Editora Fi, 2020.
- FERREIRA, J. B. Vida e morte no mundo do trabalho: neoliberalismo como patologia bio e necropolítica. In Duarte, Fernanda Sousa-, Mendes, Ana Magnólia e Facas, Emílio Peres. (orgs) *Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho* [recurso eletrônico]. Porto Alegre. Editora Fi, 2020.
- FIETO – Federação das Indústrias do Estado do Tocantins. *Cartilha de Incentivos Fiscais.2020*. Disponível em: <http://www.fieto.com.br/DownloadArquivo.aspx?c=d414cb65-9992-40d9-a1b0-64ac69c75813>. Acesso em 12/01/2022.
- FRANÇA, I. S. de. *A cidade média e suas centralidades: O exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais*. 2007. 240f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- Harvey, D. *O neoliberalismo: História e Implicações*. Loyola. São Paulo. 2008.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- IBGE. *Cidades@*. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso: 17/08/2021.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Desafio do Desenvolvimento. O que é? Amazônia Legal*, 2008. Disponível: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28&Itemid=23. Acesso em 14/08/2021.
- KUSSLER, L. M.; VAN LEEUVEN, L. G. Da alienação em Marx à sociedade do cansaço em Han: fantasia e realidade dos trabalhadores precarizados. *Revista Cantareira*, n. 34, 25 jan. 2021.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. CENTAURO. 2011.
- MOTTA, Diana. MATA, Daniel da. *A importância da cidade média*. Ipea 2009. Ano 6. Edição 47. Disponível em https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1002:catid=28. Acesso em 15/08/2021
- NETO, M. A. P.; SILVA, E. DA. Um estudo socioespacial dos aglomerados subnormais de Araguaína - TO. *Revista Tocantinense de Geografia*, v. 7, n. 13, p. 159-170, 28 nov. 2018.
- ONU NEWS. Organização Mundial da Saúde declara novo Coronavírus uma pandemia. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706881>. Acessado em: 04 de junho de 2021.
- Pacífico Filho, M., Borges, T. P., Teles, M. P. L., & Cançado, A. C. (2020). Cidades Médias na Amazônia Legal: Araguaína/TO, Imperatriz/MA e Marabá/PA – indutoras de desenvolvimento e desigualdades. *Redes (St. Cruz Do Sul Online)*, 25(4), 1477-1503. <https://doi.org/10.17058/redes.v25i0.1513>
- PEREIRA, A. J. ; DIAS, J. B. A URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE ARAGUAÍNA – TO: O Setor Santa Helena como estudo de caso. *Revista Tocantinense de Geografia*, v. 9, n. 17, p. 134-154, 31 mar. 2020.

REDESIM. Estatísticas de estabelecimentos por situação cadastral. Disponível: <https://estatistica.redesim.gov.br/situacao-cnpj>, Acesso em 15/08/2021.

SANTOS, M., A Urbanização Brasileira. HUCITEC. São Paulo. 1993.

SODRÉ, R; RAMIRES, J. C. de L., Contribuições ao estudo de cidades médias: Araguaína, Gurupi e Palmas, no Tocantins. *Novos Cadernos NAEA*, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 169-188, jul. 2017. ISSN 2179-7536. Disponível: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v20i1.2301>. Acesso: 11/08/2021.

SILVA, R. A. DA. Desigualdades socioespaciais na cidade média de Araguaína–TO. 2016. 182 f. Tese (Doutorado em 2016) - Universidade Estadual do Ceará. 2016. Disponível: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=86868>> Acesso: 15/08/2021.

SOUSA, M. A. de; BRITO, E. P. de, A estrutura fundiária urbana de Araguaína: algumas considerações. *ENTRE-LUGAR*, [S.l.], v. 6, n. 12, p. 41-54, dez. 2015. ISSN 2177-7829. Disponível: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/1046>>. Acesso: 05/08/2021.

TRINDADE JUNIOR., S.-C. C. da. Cidades médias na Amazônia oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 13, n. 2, p. 135-151, nov. 2011. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/viewFile/399/375>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

Enviado em 30/04/2022

Avaliado em 15/06/2022

NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO DA GEOGRAFIA: OS DESAFIOS DO USO DO GOOGLE MAPAS PELOS PROFESSORES DA REDE DE ENSINO DE PEDREIRAS - MA

Hugo Leonardo da Silva Lesbão¹⁹
Jerry Wendell Rocha Salazar²⁰
João Batista Bottentuit Junior²¹

Resumo

Este artigo apresenta um estudo sobre o uso do Google Mapas, um serviço gratuito de mapas *online*, por docentes. Objetiva verificar no que se refere às novas tecnologias no ensino da Geografia, os desafios enfrentados com uso do Google Mapas pelos professores da rede pública municipal de ensino de Pedreiras – MA. Trata-se de uma pesquisa de campo, quantitativa, com dados coletados por questionário fechado. Como resultados, percebeu-se que os professores são familiarizados com as tecnologias; abertos ao seu uso em sala de aula; conhecem o Google Mapas; e reconhecem sua contribuição e relevância no processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Recursos Tecnológicos. Ensino de Geografia. Google Mapas.

Abstract

This article presents a study on the use of Google Maps, a free online map service, by teachers. It aims to verify, with regard to new technologies in the teaching of Geography, the challenges faced with the use of Google Maps by teachers of the municipal public education network of Pedreiras - MA. It is a field research, quantitative, with data collected by closed questionnaire. As a result, it was noticed that the teachers are familiar with the technologies; open to their use in the classroom; know Google Maps; and recognize their contribution and relevance in the teaching and learning process.

Keywords: Technological Resources. Teaching of Geography. Google Maps.

Introdução

A evolução tecnológica vem contribuindo em diversas áreas da vida das pessoas como em âmbito pessoal, profissional, nos relacionamentos, educacional. Nesse último houveram diversas transformações com as novas tecnologias. No entanto, ainda é possível encontrar professores resistentes a isso e consequentemente tornando-se defasados dentro desse contexto das tecnologias.

A adoção de meios tecnológicos na educação vem acontecendo de forma gradual. Passamos a ter como resultado, atualmente, uma escola ou processo mais motivador para os alunos. Estes meios tecnológicos podem ser tangíveis (como um computador, uma impressora ou outra máquina) ou intangíveis (um sistema, uma aplicação virtual). Um exemplo que pode-se destacar é o Google Mapas: um serviço gratuito de mapas *online* e imagens por satélite. Os profissionais da educação, em especial os professores, necessitam de atualizações frente a essa tendência de incorporar tecnologias no ensino.

¹⁹ Especialista em Informática na Educação (IFMA); Licenciado em Geografia (UEMA).

²⁰ Doutorando em Educação (PPGED-UFPA); Mestre em Educação (PPGE-UFMA). Professor Substituto na Universidade Estadual do Maranhão- UEMA.

²¹ Doutor em Ciências da Educação com área de especialização em Tecnologia Educativa pela Universidade do Minho. Professor Associado II do Departamento de Educação II da UFMA, Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Mestrado Acadêmico), Programa de Pós-Graduação em Gestão do Ensino na Educação Básica (Mestrado Profissional) e Avaliador de Cursos de Graduação do INEP-MEC.

Nesse sentido, esse estudo buscou entender como os professores de Geografia da rede pública da cidade de Pedreiras (MA) observam esse fenômeno de modificação do ensino frente às novas tecnologias.

Os professores têm um papel importante onde eles são agentes fundamentais no processo de transformação do ensino. Assim, além do questionamento principal da pesquisa, o estudo buscou identificar: quais os prós e contras do uso em sala de aula de meios tecnológicos; se fazem uso do aplicativo Google Maps em suas aulas; que impactos percebem do uso do Google Maps no processo de ensino-aprendizagem. O problema está em identificar os desafios enfrentados pelos professores de Geografia da rede municipal de ensino de Pedreiras - MA quanto ao uso de novas tecnologias em sala de aula.

Para coleta de dados, aplicou-se questionários para professores de Geografia em escolas da rede pública de ensino da cidade de Pedreiras – MA. Foram abordadas questões sobre o uso de tecnologias em sala de aula, onde procurou-se descrever tais aspectos. Sua análise se concretizou a partir do agrupamento dos questionários e sua organização em gráficos.

O trabalho está dividido em cinco seções da seguinte forma: a primeira seção descreve aspectos introdutórios; a segunda traz os procedimentos metodológicos; a terceira faz uma síntese das tecnologias digitais na educação, da utilização de recursos tecnológicos pelos professores, e apresenta o Google Maps, trazendo também seus principais recursos; na quarta são expostas as análises dos dados da pesquisa; na quinta seção são feitas as considerações finais do estudo.

Metodologia

O presente estudo buscou identificar os desafios enfrentados pelos professores de Geografia da rede municipal de ensino de Pedreiras - MA quanto ao uso de novas tecnologias em sala de aula.

A metodologia da pesquisa se deu inicialmente por meio de pesquisas bibliográficas - que consistem na pesquisa em livros, artigos, periódicos, entre outros. Segundo Gil (2019) a pesquisa bibliográfica é aquela elaborada com base em material já publicado. Andrade (2017) destaca que a pesquisa bibliográfica tanto pode ser um trabalho independente como constituir-se no passo inicial de outra pesquisa. Já que todo trabalho científico pressupõe uma pesquisa bibliográfica preliminar.

Após reunir as informações acerca do que a literatura trata frente ao tema, foi realizada também uma pesquisa de campo para coleta de dados/informações por meio de uma abordagem descritiva. O estudo de campo é um tipo de pesquisa que coleta os dados investigando o objeto de estudo no seu meio. As pesquisas de campo são mais adequadas para estudos descritivos. (LEÃO, 2017).

Foram aplicados questionários fechados entre profissionais da docência, mais especificamente professores de Geografia, no nível de ensino fundamental anos finais das escolas da rede pública na cidade de Pedreiras - MA, buscando respostas quantitativas pelo método survey. Segundo Freitas *et al.* (2000) a pesquisa survey pode ser descrita como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário. Ao todo responderam ao questionário 12 profissionais. Todos professores de Geografia das escolas públicas de Pedreiras – MA, que trabalham do 6º ao 9º do ensino fundamental.

A ferramenta utilizada para a coleta de dados foi o Google Forms por possibilitar o acesso em qualquer local e horário e proporcionar agilidade na coleta de dados e análise dos resultados, facilitando o processo de pesquisa.

A pesquisa foi realizada entre os dias 15/12/2021 e 30/12/2021. Para aplicação dos questionários foram selecionados professores de Geografia em escolas da rede pública de ensino da cidade de Pedreiras – MA. A escolha das escolas se deu através dos seguintes critérios: ser escolas de Pedreiras – MA; estar em ativo funcionamento; localização urbana; categoria administrativa pública; dependência administrativa municipal; etapa e modalidade de ensino ser ensino fundamental que atenda aos anos finais (6º ao 9º ano).

Tais critérios atende a classificação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sendo o banco de dados do INEP, através do Catálogo de Escolas disponível em seu site na internet, o local onde foi listada e filtrada as escolas que atendem aos critérios estabelecidos, sendo estas: UE Professor Ernildo de Oliveira Gomes; Colégio Dr Herschell Carvalho; UE Carlos Martins; UE Manoel Trindade; UE Professora Wilna Bezerra; UE Zeca Branco; e UE Janoca Maciel.

Foram selecionados 16 professores das 7 escolas listadas, os quais não serão identificados, conforme o estabelecido em regra no consentimento dos participantes.

Tecnologias digitais na educação

Cada época teve uma tecnologia predominante e atualmente elas estão relacionadas diretamente a equipamentos ligados à informática. As que existem hoje estão cada vez mais estabelecidas na vida das pessoas, as novas gerações já crescem conectadas a esse meio e com uma capacidade de criação e inovação bem mais desenvolvida.

Por já estar tão presente no cotidiano da sociedade, as tecnologias passam a entrar também no contexto educacional, onde vem para contribuir no processo de ensino e aprendizagem. Para Brito e Purificação (2008, p. 38) “quando falamos em tecnologia educacional, consideramos todos esses recursos tecnológicos, desde que em interação com o ambiente escolar no processo ensino-aprendizagem”. As novas ferramentas tecnológicas passam a exercer um papel fundamental no âmbito educacional. A partir do momento que estão em interação com o processo de ensino elas vem de forma a contribuir para um novo modelo de ensino com mais interatividade e difusão de informações.

Com base nisso Rocha (2008, p. 5) afirma que:

As ferramentas computacionais, especialmente a Internet, podem ser um recurso rico em possibilidades que contribuam com a melhoria do nível de aprendizagem, desde que haja uma reformulação no currículo, que se crie novos modelos metodológicos, que se repense qual o significado da aprendizagem. (ROCHA, 2008, p. 5).

Para que essas ferramentas tenham efetivo impacto elas necessitam estar aliadas a um modelo que as insira de forma adequada, e não nos moldes convencionais que não estão adequados. Novas metodologias com inclusão dessas ferramentas são necessárias, para que se extraia o máximo dos meios tecnológicos e consiga uma experiência mais vantajosa.

A sociedade tende a se moldar frente às novas mudanças, de início há um impacto e até uma resistência, no entanto logo se adapta e passa a ser parte da mudança. O que não é diferente no ambiente escolar frente às transições. Brito e Purificação (2008, p. 21) enfatizam que “o ser humano, ao longo do seu desenvolvimento, produz conhecimento e sistematiza-o, modificando-se e alterando aquilo que é necessário à sua sobrevivência”.

Segundo Campos (2015) no processo educacional para que possa atender as demandas da sociedade é preciso se adequar às novas oportunidades, caso não acompanhe o sistema passa a ficar defasado e desinteressante para o discente. A escola e os docentes precisam se posicionar frente às mudanças de metodologia e de ferramentas tecnológicas, onde a informação está mais disponível em todo lugar a qualquer hora.

A utilização de recursos tecnológicos pelos docentes

A integração eficaz da tecnologia muda a dinâmica da sala de aula, incentivando o aprendizado baseado em projetos centrado no aluno. Nascimento (2012, p. 44) fala que o educador é a peça fundamental para que haja a incorporação das TICs na escola e, apesar da conhecida precarização da profissão docente, é importante que o professor se aproprie do seu papel social.

Oliveira (2013) destaca que as novas tecnologias podem contribuir com os professores na sua tarefa de transmitir conhecimento e desenvolver uma nova forma de ensinar, cada vez mais criativa e dinâmica. Tais recursos permitem trabalhar os conteúdos da Geografia, a exemplo da informática, que com o uso de programas computacionais e da internet, auxiliam o professor em seu trabalho.

Diante do cenário atual, em que tanto alunos quanto professores em seu dia a dia já estão cercados por tais recursos tecnológicos, como celular, computador, internet, entre outros, a familiaridade de uso acaba se tornando natural. O desafio é integrar isso dentro de um ambiente de aprendizado, voltado para a formação do aluno. Este é um ponto fundamental em que o papel do professor ganha novas dimensões.

Para utilizar essas tecnologias, é necessário que pensemos em metodologias que as integrem ao processo de aprendizagem. Esse é um desafio colocado aos professores que são motivados a levantar muitas informações e a pensar em atividades relacionadas com os objetivos educacionais. (ARCHELA, 2008 p.15).

As tecnologias digitais são muito importantes para auxiliar os alunos e também o professor com seu trabalho pedagógico em sala de aula. Entretanto, o educador necessita de formação adequada para poder aplicá-las com seus alunos.

O Google Mapas

Um dos recursos tecnológicos de fácil acesso, gratuitamente, através da internet é o Google Mapas, uma ferramenta de pesquisa e visualização de mapas, desenvolvida pela empresa Google. O Google Mapas pode ser definido como um navegador interativo, uma ferramenta geográfica que permite viajar para horizontes geográficos diretamente do seu PC, *tablet* ou *smartphone* com a ajuda de satélite. Os operadores podem ver mapas, terrenos, edifícios em três dimensões, explorar planetas e profundezas do oceano com a ajuda deste.

Assim, imagens de todo o mundo estão disponíveis para quem possui um dispositivo com conexão à internet. O programa oferece uma variedade de funções disponíveis, como visualização de localizações, indicações de tráfego, medição de distância, entre outras. Com ele é possível ainda visualizar imagens de satélite da superfície da Terra, exibe funções de pesquisa, dicas de orientação, visualização 3D e uma função “Street View”, que permite visitas ao nível do solo de locais específicos.

Para Oliveira (2013) “o Google Maps não foi desenvolvido para fins educacionais, mas é uma ferramenta de grande potencial para ajudar no processo ensino-aprendizagem da Geografia”. Vale salientar que as possibilidades que esta ferramenta apresenta para o ensino da Geografia são diversas.

Resultados e discussões

Com a aplicação dos questionários aos professores das escolas selecionadas foi possível traçar um perfil deles, em que se verificou suas faixas etárias. A maioria – cerca de 42% deles – têm idades entre 36 e 40 anos. Outros 33,3% têm 40 anos ou mais e os 25% restantes têm entre 31 a 35 anos. Outro aspecto destacado no perfil dos entrevistados refere-se ao sexo. Os dados mostram que 91,7%, portanto a maioria, são do sexo feminino, enquanto 8,3% são do sexo masculino.

Tecnologias e dispositivos eletrônicos são uma realidade no contexto em que vivemos. Está presente e cercado a vida das pessoas de forma cada vez mais natural e necessária, e muitas vezes nem nos damos conta de como nossos hábitos incorporaram tais ferramentas. “Um grande aparato tecnológico (computadores, projetores, televisores, *tablets*, *smartphones*, videogames e câmeras fotográficas) está incorporado ao cotidiano das pessoas de todas as classes sociais e faixas etárias” (MIRANDA, 2017).

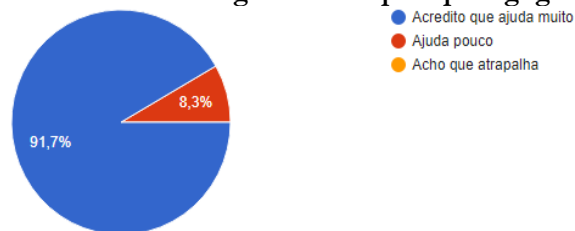
A fim de compreender melhor como os professores se relacionam com a tecnologia em um ambiente externo a sala de aula e, portanto, entender a familiaridade deles com as TICs, foi questionado se eles possuem equipamentos eletrônicos que permitam acesso à internet. Os dados revelam que todos os professores – portanto 100% -- possuem pelo menos algum dos aparelhos.

Outro ponto que foi levado em conta é a questão do acesso à internet de casa. Apesar de muito popular, a rede mundial de computadores não é uma realidade para todos os brasileiros. Segundo o portal Agência Brasil, em pesquisa realizada em 2019 pelo Centro Regional para o Desenvolvimento de Estudos sobre a Sociedade da Informação, três em cada quatro brasileiros acessam a internet, o que equivale a 134 milhões de pessoas. A pesquisa revela, ainda, que 26% dos brasileiros continuam desconectados. Isso, contudo, não se reflete entre os entrevistados, uma vez que 100% deles ao serem questionados se possuem acesso à internet em casa responderam que sim.

O uso de tecnologias em sala de aula não é um tema novo. Já vem sendo discutido há muito tempo. Porém, mais recentemente, com o uso de tecnologias cada vez mais presentes e necessárias na vida das pessoas é uma questão inevitável. Pereira (2010) destaca que a cada dia que passa percebe-se que o avanço tecnológico é notório e em todas as formas de comunicação as mídias estão presentes.

Ao serem questionados como se sentem com o uso das tecnologias como apoio pedagógico às atividades em sala de aula 91,7% responderam que esses recursos ajudam muito, como pode ser observado no gráfico 1. Os dados também revelam que uma minoria de 8,3% considera que ajudam pouco.

Gráfico 1 - Tecnologias como apoio pedagógico



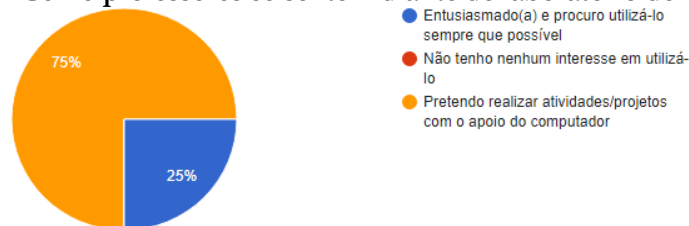
Fonte: Pesquisa de campo, 2021

Para que o trabalho seja desenvolvido com qualidade, na integração dos recursos como apoio pedagógico, às instituições de ensino precisam oferecer condições para o docente. Para Valente (1993) citado por Löbler (2012), criar ambientes diferenciados dentro das nossas escolas precisa ser visto como uma forma de nos adequar às novas aprendizagens ao momento em que vivemos. O autor ainda afirma que o objetivo da introdução do computador na educação não deve ser o modismo ou estar atualizado com relação às inovações tecnológicas.

Nesse contexto, verificou-se junto aos professores a existência ou não de laboratórios de informática com acesso à internet nas escolas. Ao serem questionados, 58,3% deles responderam que sim, há em suas respectivas escolas laboratórios de informática. Contudo, para 41,7% não há disponível tal recurso. Podemos inferir então que para essa grande parcela torna-se um trabalho ainda mais desafiador o uso de tecnologias. Isso representa uma barreira que o professor encara dentro deste processo.

Cabe além de verificar a questão anteriormente mencionada levar o olhar para o professor e investigar complementarmente como ele se sente diante desse recurso. Os dados coletados (gráfico 2) nos mostram que 25% dos professores se sentem entusiasmados e procuram utilizar os laboratórios de informática de suas escolas sempre que possível. Outros 75% declararam que pretendem realizar atividades/projetos com o apoio do computador. Diante desses números se verifica um grau de interesse elevado por parte dos professores de aplicar efetivamente o uso dos laboratórios em suas aulas.

Gráfico 2 – Como professores se sentem diante de laboratório de informática



Fonte: Pesquisa de campo, 2021

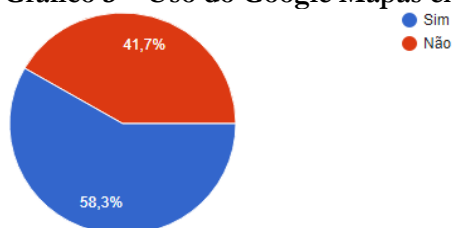
Agora, a pesquisa chega ao momento em que trata especificamente da ferramenta Google Maps. Foi questionado aos professores se conhecem a ferramenta Google Maps e para 91,7% dos entrevistados a resposta foi sim, conhecem o recurso. Esse número nos revela que não é algo novo para os professores, pois já tiveram contato com a plataforma, diferente dos outros 8,3%, que informaram não a conhecer.

Diante dos recursos do Google Maps anteriormente mencionados, vale ressaltar que, assim como outros recursos tecnológicos, esse se mostra potencialmente viável como instrumento para enriquecer o processo de ensino e aprendizagem. Oliveira (2013), fala que o uso de recursos tecnológicos pode favorecer o aprofundamento de diversas disciplinas, em particular a Geografia,

pois o estudo do espaço geográfico como hoje é entendido requer a apropriação de métodos diversos para o seu entendimento.

No intuito de revelar o uso ou não da ferramenta em práticas pedagógicas, foi perguntado aos professores se já utilizaram o Google Maps em alguma aula. Os dados nos mostram (gráfico 3) que, apesar de ser já conhecido da maior parte dos professores, 41,7% deles nunca o utilizaram em suas aulas. A maioria – 58,3% –, entretanto, afirmou que já usou o recurso.

Gráfico 3 – Uso do Google Maps em sala de aula



Fonte: Pesquisa de campo, 2021

O uso do Google Maps, segundo Correia (2019), pode ser encaixado no dia a dia de todos, e é ótimo para se trabalhar a geografia. A autora destaca que além do uso tradicional, pode também trazer um aprendizado muito rico para o professor e para o aluno, adaptando o Google Maps para inúmeras áreas da Geografia. Sendo também um ótimo recurso educativo.

Agregar ferramentas às aulas é um desafio. Não se trata apenas de um mero uso enquanto ministra um conteúdo, mas vai além disso. A efetividade, isto é, os impactos gerados, é algo que precisa ser avaliado. Portanto, ao aplicar o uso de algum recurso, como no caso do Google Maps, o discente tem o papel de perceber os efeitos disso.

Visando perceber como os professores encaram a efetividade do uso de tal ferramenta, foi questionado se o Google Maps contribui na aprendizagem do conteúdo de Geografia. Poderiam responder que contribui muito, pouco ou não contribui. Neste ponto a visão dos professores foi unânime (100%) ao responderem que contribui muito.

Considerações finais

Investigar na cidade de Pedreiras - MA como esses novos hábitos se refletem no âmbito escolar se mostra necessário. A pesquisa permitiu identificar que os professores de Geografia da rede municipal de ensino já são familiarizados com as tecnologias, tendo pelo menos algum dispositivo que se conecta à internet e fazem isso de suas próprias residências. Se mostram bastante abertos ao uso de tecnologias em sala de aula, mas muitos deles encontram barreiras nas próprias escolas por não haver infraestrutura necessária em muitos casos.

A pesquisa revelou ainda que o Google Maps é uma plataforma já conhecida entre os profissionais de educação do município que reconhecem a sua contribuição no processo de ensino-aprendizagem e a relevância de se trabalhar em sala de aula com tal ferramenta. Entretanto, há muitos deles que não a trouxe para sua prática pedagógica.

Dessa forma ficou entendido que o objetivo do estudo foi alcançado, pois os resultados ao descreverem a realidade enfrentada pelos professores mostraram que há muitos desafios, tal qual a implantação de laboratórios de informática nas escolas, mas por outro lado não impedem que avanços sejam percebidos na forma de executar a prática pedagógica com o apoio das novas tecnologias. Secundariamente, os objetivos específicos também refletiram nos resultados, sendo, portanto,

atendidos na medida em que revelaram o uso do Google Maps em sala de aula e a percepção dos professores sobre os impactos que causam.

Referências

- AGÊNCIA BRASIL. **Brasil tem 134 milhões de usuários de internet.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/brasil-tem-134-milhoes-de-usuarios-de-internet-aponta-pesquisa>>. Acesso em: 5 jan. 2022.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- ARCHELA, Rosely Sampaio; CALVENTE, Maria del Carmen Matilde Huertas. **Ensino de Geografia: tecnologias digitais e outras técnicas passo a passo.** Londrina: Eduel, 2008.
- ARRABAL, Marcia Cristina Biazon. **Repensar sobre o Trabalho do Professor de Geografia.** 2009. Artigo Científico – PDE – Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1966-8.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2022.
- BRITO, Glauca da Silva. PURIFICAÇÃO, Ivonélia da. **Educação e novas tecnologias: um repensar.** 2.ed.rev., atual. ampl. – Curitiba: Ibplex, 2008.
- CAMPOS, Louise Rodrigues. **O professor frente ao uso de tecnologias no âmbito escolar: dentre experiências e concepções docentes.** EDUCERE. XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17726_7724.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2022.
- CANTARELLI, Tiago Pasqualin. **Análise da utilização da internet como recurso pedagógico nas escolas municipais de Restinga Seca/RS.** Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1424/Cantarelli_Tiago_Pasqualin.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2022.
- CORREIA, Camila Nagy; SILVA, Gabriel Felipe Carneiro da. **O uso do Google Maps na sala de aula.** 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia Políticas, Linguagens e Trajetórias. Universidade Estadual de Campinas, 2019.
- FREITAS (H.), OLIVEIRA (M.), SACCOL (A. Z.) e MOSCAROLA (J.). O método de pesquisa survey. São Paulo – SP: **Revista de Administração da USP, RAUSP**, v. 35, nr. 3, jul-set. 2000, p. 105-112.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- LEÃO, Lourdes Meireles. **Metodologia do estudo e pesquisa: facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores.** Petrópolis – RJ: Vozes, 2017.
- LÖBLER, Mauri Leodir; LÖBLER, Laurenita Maria Bulegon; NISHI, Juliana Mayumi. Os Laboratórios de Informática em Escolas Públicas e sua Relação com o Desempenho Escolar. *Novas Tecnologias na Educação.* CINTED-UFRGS. V. 10 Nº 3, dezembro, 2012. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/renote/article/view/36433/23528>>. Acesso em: 05 jan. 2022.
- MIRANDA, Jean Carlos. **Uso de novas tecnologias no ensino.** Departamento de Ciências Exatas, Biológicas e da Terra (PPGE/UFF). 2017. Disponível em: <Revista Educação Pública - Uso de novas tecnologias no ensino (cecierj.edu.br)>. Acesso em: 4 jan. 2022.
- NASCIMENTO, Michelle Ribeiro Lessa do. **A inserção das tecnologias nas escolas e a cultura escolar.** 2012. Monografia – Curso de Pedagogia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo – RJ, 2012.
- OLIVEIRA, Ivan Nascimento de. **O uso das novas tecnologias no ensino da Geografia: Google Maps, flightrader24 e marine traffic Abordando os meios de transporte aéreo e marítimo.** In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2013. Curitiba: SEED/PR., 2016. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uepg_geo_artigo_ivan_nascimento_de_oliveira.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.

PEREIRA, Daniele Goulart. **O uso pedagógico das novas tecnologias na sala de aula.** 2010. Curso de Especialização em Mídias na Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Alegrete – RS, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/141528/000988459.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2022.

ROCHA, Sinara Socorro Duarte. **O uso do Computador na Educação: a Informática Educativa.** Revista Espaço Acadêmico. vol. 85. 2008

Enviado em 30/04/2022

Avaliado em 15/06/2022

A PERCEPÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR SOBRE O ATENDIMENTO EM SITUAÇÕES DE ÓBITO NEONATAL

Juliane Vitória da Cruz Gomes²²

Marlene Almeida de Ataíde²³

Fernanda Avelino Beneti²⁴

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar a percepção da equipe multidisciplinar de uma maternidade de São Paulo nas situações de óbitos neonatais, bem como gerar reflexões a respeito da importância do acolhimento deles diante destas perdas, que eventualmente estão presentes na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN). O procedimento metodológico foi fundamentado na pesquisa qualitativa, a partir de entrevistas individuais, semiestruturadas, com perguntas abertas, formuladas previamente para melhor compreensão e análise das respostas em torno do tema proposto. A análise de conteúdo foi fundamentada na teoria de Laurence Bardin e se apresentará em eixos temáticos. Observou-se que apesar de culturalmente o tema ser tratado com certo distanciamento, ele está presente em nosso cotidiano profissional, de que modo que há um consenso sobre a necessidade de maior treinamento e revisão de fluxos e diretrizes norteadoras para apoiar os profissionais nesta área, afim de gerar cada vez mais reflexões e mudanças de condutas, que resultem no foco principal da discussão, que é melhorar cada vez mais o acolhimento, assistência e humanização aos familiares enlutados.

Palavras-chave: Óbito Neonatal. Equipe multidisciplinar. Atuação profissional. Acolhimento Familiar.

Abstract

This article aims to present the perception of the multidisciplinary team of a maternity hospital in São Paulo in situations of neonatal death, as well as to generate reflections on the importance of welcoming them in the face of these losses, which are eventually present in the Neonatal Intensive Care Unit (NICU). The methodological procedure was based on qualitative research, based on individual, semi-structured interviews, with open questions, previously formulated for a better understanding and analysis of the answers around the proposed theme. Content analysis was based on Laurence Bardin's theory and will be presented in thematic axes. It was observed that although culturally the topic is treated with a certain distance, it is present in our professional daily life, so that there is a consensus on the need for greater training and review of flows and guiding guidelines to support professionals in this area, in order to generate more and more reflections and changes in behavior, which result in the main focus of the discussion, which is to increasingly improve the reception, assistance and humanization of bereaved family members.

Keywords: Neonatal death. Multidisciplinary team. Professional performance. Family Reception.

²² Assistente Social. Artigo apresentado a Universidade Santo Amaro-Unisa/SP, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Neonatologia, sob orientação da professora Dra. Marlene Almeida de Ataíde.

²³ Orientadora do Trabalho de Conclusão do Curso. Doutora em Serviço Social pela Universidade Católica de São - Paulo-PUC/SP. Docente do curso de Graduação em Medicina e dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em Residência Multiprofissional e da Psicologia Social pela Universidade Santo Amaro – Unisa/SP.

²⁴ Co-orientadora Trabalho de Conclusão do Curso. Assistente social no Hospital Municipal Maternidade Dr. Mário de Moraes Altenfelder Silva. Especialista em Gestão de políticas públicas pelas Faculdades Metropolitanas Unidas.

Introdução

Apesar de ouvirmos diversas vezes ao longo de nossas vidas que a única certeza de que temos, é a de que algum dia iremos morrer, o desejo em si da morte, não é algo comum para o ser humano. Nem mesmo a familiaridade com o tema, uma vez que, em geral as pessoas evitam falar sobre ele ou, quando o fazem, trazem o tema: morte, como algo ainda muito afastado delas próprias.

Quando ocorre um óbito neonatal, diferentes profissionais atuam diretamente no atendimento às famílias, essa equipe multiprofissional geralmente é composta por médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, assistentes sociais e psicólogos. Por isso abordar a percepção deles neste contexto, é fundamental para refletirmos não só sobre suas potencialidades, como as fragilidades encontradas também (SIMÃO et al, 2010).

A morte em si, apesar de ser um processo natural na vida do ser humano e acompanhá-lo direta ou indiretamente desde o início ao estágio final do seu desenvolvimento, é um momento muito delicado e um assunto tratado muitas vezes como tabu em nossa sociedade, uma vez que a percepção sobre a morte é muito diversificada por todos os cantos do mundo (JUNIOR,2010).

O nascimento de um bebê geralmente desperta em grande maioria de nós seres humanos, sentimentos positivos como alegria, gratidão, esperança e também responsabilidades sociais (PEDROSA; SARINHO; ORDONHA, 2005).

Dessa forma, contrariando a evolução natural deste provável percurso, que denominamos “vida”, as situações de óbitos neonatais também nos impactam significativamente com sentimentos mais variados ainda, como culpa, frustração e tristeza.

Segundo dados do Ministério da Saúde, 2012, presente em um de seus guias para profissionais de saúde, os óbitos neonatais constituem o componente mais importante de mortalidade infantil, “A mortalidade neonatal (entre zero e 27 dias de vida) representa cerca de 60% a 70% da mortalidade infantil e, portanto, maiores avanços na saúde da criança brasileira requerem maior atenção à saúde do RN.”

Conforme apontam Pedrosa, Sarinho e Ordonha (2005, p. 02) “No Brasil, as principais causas de óbitos neonatais são a asfixia intrauterina e a intraparto, o baixo peso ao nascer, as afecções respiratórias do recém-nascido, as infecções e a prematuridade”.

Trazer o debate a respeito das situações de óbito para a reflexão da equipe na unidade neonatal é com certeza, extremamente necessário para identificar a importância do trabalho multidisciplinar e suas atribuições, uma vez que como profissionais da saúde, integram, intervêm e participam junto às famílias nesse processo (BRAZ; BRAGA; MORSCH, 2003), preconizando ainda, como aponta a Política Nacional de Humanização do Sistema Único de Saúde (PNH), (2013, p.11) “[...] visibilidade à experiência dos trabalhadores e incluí-los na tomada de decisão, apostando na sua capacidade de analisar, definir e qualificar os processos de trabalho”.

O hospital onde o projeto será realizado é reconhecido pelo Ministério da Saúde e também pelo Ministério da Educação como uma instituição de ensino. É localizado na região Norte da Capital do Estado de São Paulo, sendo referência nas áreas da saúde da mulher, com especializações em Ginecologia, Obstetrícia e Neonatologia.

Diariamente, profissionais de saúde acompanham a unidade Neonatal, que na maternidade referenciada possuem duas salas de Cuidados Intermediários Neonatais Convencionais (UCINCO) e dez salas de Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN). Os profissionais trabalham em regime diário, com revezamento de plantão aos finais de semana e feriados. Também fazem parte do quadro profissionais residentes do programa de Residência Multiprofissional em Saúde e Residência médica

A Política Nacional de Humanização do Sistema Único de Saúde (PNH), (2013, p. 7-8) aponta que acolher significa:

[...] reconhecer o que o outro traz como legítima e singular necessidade de saúde. O acolhimento deve comparecer e sustentar a relação entre equipes/serviços e usuários/populações. Como valor das práticas de saúde, o acolhimento é construído de forma coletiva, a partir da análise dos processos de trabalho e tem como objetivo a construção de relações de confiança, compromisso e vínculo entre as equipes/serviços, trabalhador/equipes e usuário com sua rede sócio-afetiva.

Embasados ainda pela PNH, (2013, p.11-12) verificamos que “os usuários de saúde possuem direitos garantidos por lei e os serviços de saúde devem incentivar o conhecimento desses direitos e assegurar que eles sejam cumpridos em todas as fases do cuidado”, devendo ser previsto e garantido assim, em todas as esferas possíveis, a ferramenta mais importante da vida em sociedade, que é a comunicação.

Vale destacar aqui, que conforme orientação Normativa n. 3/2020 do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), as famílias têm o direito de serem devidamente informadas sobre o óbito de seus entes, bem como sobre as causas que ocasionaram seu falecimento, porém a comunicação de óbito não se constitui atribuição ou competência de alguns profissionais, a exemplo da categoria do Serviço Social e Psicologia.

Dessa forma, após a pesquisa e leitura sobre o tema, chegamos ao seguinte problema de pesquisa: Por que apesar do óbito neonatal ser algo tão presente no cotidiano da maternidade e os profissionais da equipe multiprofissional estarem na linha de frente deste atendimento, pouco se evidencia o fluxo de assistência prestada em situações de mortes neonatais?

Para responder a indagação vamos traçar a hipótese de que esse pouco arcabouço teórico produzido pela área, se dá pela maneira como a sociedade em si trata o tema, como um todo, dificultando assim a abordagem acerca do assunto, que traz a questão da morte como algo precoce neste cenário, que “supostamente” deveria ser apenas um lugar de nascimento, onde a vida em sociedade se iniciaria e não se findaria, como é o que estamos abordando.

Portanto, o presente estudo visa identificar a percepção desta equipe multidisciplinar nesta demanda tão presente na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN), verificando a percepção da equipe multidisciplinar sobre o momento da comunicação do óbito à família e à assistência prestada ao familiar enlutado, compreender como os profissionais da equipe multidisciplinar lidam com a experiência da morte; verificar as intervenções e limitações da prática profissional das categorias envolvidas e identificar se a comunicação da notícia do óbito aos familiares garante o sigilo/privacidade e clareza das informações sobre a causa da morte do bebê.

Método

Utilizamos a metodologia qualitativa de análise de conteúdo de Laurence Bardin. A pesquisa foi realizada em uma parceria entre a instituição de ensino privada e um hospital maternidade-escola. O referido hospital é uma unidade de saúde pública e é o cenário de prática do Programa de Residência Multiprofissional em Neonatologia vinculado à Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo.

Trata-se de um hospital que atende majoritariamente pacientes da região norte de São Paulo e o atendimento é voltado para a saúde da mulher, sendo referência nacional por ser um hospital de ensino junto ao Ministério da Educação.

Participaram da pesquisa dez profissionais, com tempo de atuação entre 2,5 e 15 anos, especificamente na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN). Eles eram compostos por dois profissionais de cada categoria (médico, assistente social, psicólogo, enfermeiro e técnico de enfermagem) que participam diretamente no atendimento em situações de óbito neonatal.

Eles responderam à uma entrevista semiestruturadas, composta por 3 questões abertas relacionadas aos objetivos da pesquisa. 1. A partir da sua trajetória profissional, como você lida com a morte? 2. Após a ocorrência de um óbito neonatal, você consegue identificar as intervenções e limitações de sua prática profissional? 3. O fluxo de atendimento ao óbito neonatal garante aos familiares enlutados uma experiência acolhedora em que a dor da perda seja o único evento adverso?

O projeto foi aprovado pelos dois comitês científicos, denominados como Grupo Assessor em Pesquisa Institucional (GAPI) e Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Instituição onde a pesquisa foi realizada. Protocolo nº CAAE: 50669921.5.0000.5454. Após a aprovação, iniciamos a busca e convite aos participantes, que foram entrevistados em salas da própria unidade de terapia intensiva neonatal.

Todos os profissionais foram convidados a colaborar com a pesquisa, após explicações dos objetivos, garantia de sigilo, privacidade, anonimato e direito de desistir ou não responder à quaisquer item desta pesquisa, sem qualquer possibilidade de prejuízo a sua situação funcional nesta instituição, antes, durante ou após o período deste estudo, tendo assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram gravadas e após a transcrição delas, foi feita uma leitura minuciosa de cada uma e posteriormente, analisados os temas que nortearam as entrevistas.

Análise dos resultados da pesquisa

A análise dos temas, serão apresentados em três categorias: a primeira discutirá como os profissionais da equipe multidisciplinar lidam com a experiência da morte, a segunda apresentará a perspectiva dos integrantes sobre as potencialidades e fragilidades aos atendimentos em situações de óbito neonatal e a terceira, sobre a assistência prestada ao familiar enlutado acerca do fluxo de atendimento na unidade neonatal.

Experiência profissional e morte neonatal

Nessa categoria, foram trabalhados os pontos destacados pelos profissionais à cerca do tempo de sua trajetória profissional, atrelado à perspectiva e formas de lidar a morte.

De acordo com Parkes, 2013 *Apud* Salgado, Andreucci, Gomes, 2021 “Para a maioria das pessoas no mundo ocidental, a morte de uma criança é a fonte mais atormentante e dolorosa de luto”.

“...todos lutam pela vida, tem uma expectativa e aí um óbito causa uma comoção, uma tristeza, às vezes uma sensação de fracasso em todo mundo...”. Borboleta Asa de pássaro – Psicóloga.

Se o profissional não está bem com seus próprios lutos, ele não vai conseguir prestar assistência e acolher o luto do outro. Dessa forma, se faz necessário a compreensão e reflexão frequente, de que os profissionais de saúde não estão acima de todos os outros seres humanos, de modo que, submetidos a situações de morte e luto, tanto em suas vidas profissionais, quanto privadas, necessitam de atenção, escuta e cuidado constantes. SALGADO, ANDREUCCI, GOMES, 2021.

A maioria dos profissionais entrevistados, apontaram que foi o tempo de atuação profissional que lhe deram bagagem técnica para lidar com os atendimentos de situações de óbitos neonatais, destacados na fala de Borboleta Tigre Laranja - Assistente Social: “*Vai ficando mais tranquilo, né? Acho que no começo a gente fica mais abalada, né? Nas primeiras vezes que você atende, mexe mais, vê um bebezinho, né? Morto*”.

E também por Borboleta Danaus - Médica: “*Ãn, eu acho que assim, agora de uma forma mais tranquila, mais natural. É. Tipo, eu acho que eu amadureci em relação a orientação dos pais, né? Uma palavra de conforto porque ela precisa ficar mais apreensiva, né? Pra dar essa notícia. Mas agora eu acho que, eu acho que agora é nessa questão de maturidade mesmo com o decorrer dos anos aí, entendeu?*”.

Dados estes, também afirmados por Cavaleiro, Moreira Junior & Lopes, 2008; Shimizu, 2007 *Apud* Lemos; Cunha, 2015: “pode facilitar aos profissionais de saúde a lidarem melhor com questões críticas de sua prática assistencial seria o tempo de experiência profissional, já que quanto maior o tempo de experiência, maior o preparo para lidar com situações de morte”.

Embora, seja importante destacar que, maior preparo não significa necessariamente, tornar a situação mais fácil ou que deixe de trazer inquietações e os sentimentos mais variados possíveis a estes profissionais.

“Lidar com a morte é sempre difícil, nenhum óbito é igual. Cada caso desperta sentimentos diferentes”. - Borboleta Aurora – Médica.

“...eu acho que não necessariamente você vai se acostumar, né? Porque são coisas que faz parte do humano, né? Essa questão da perda de, de mexer com a pele, de lidar com isso também, né?” Borboleta Rosa comum – Assistente Social.

Podemos destacar que os profissionais de saúde são diretamente afetados pela situação de óbito neonatal, ainda que de maneira singular, colocando-os muitas vezes em confronto com as limitações da sua prática profissional.

“Vamos até o limite máximo. Sempre que ocorre um óbito, fico repassando os passos feitos, é algo automático. Acho que independente da, do tempo de trabalho, a morte nunca vai ser algo banal, fácil e sem questionamentos”. Borboleta Aurora – Médica.

Os fazendo relembrar constantemente que existem limites reais para a sua intervenção, que por sua vez, podem gerar frustrações perante o evento de morte, de modo que culturalmente e simbolicamente, o hospital é compreendido como um local que salva vidas. KOVÁCS, 2010 *Apud* SALGADO, ANDREUCCI, GOMES, 2021.

Dentro da minha categoria a gente pensa muito que a gente pode resolver tudo, né? Assim como médico, a gente acha que pode resolver tudo e quando não tem, é quando a gente chega no ponto de falar que não tem mais nada o que fazer, é um pouco frustrante. Borboleta Imperador Roxo – Enfermeiro.

A grande maioria de nós, profissionais de saúde recebeu pouco, ou quase nenhum treinamento para lidar com a morte, especialmente a morte neonatal, por isso a constante formação e instrumentalização são ferramentas essenciais e de extrema necessidade para nós, profissionais, que diante do evento adverso, somos os responsáveis por garantir uma assistência empática e respeitosa aos familiares enlutados. SALGADO; POLIDO, 2018. Dando visibilidade à experiência desses trabalhadores e os incluindo na tomada de decisão. PNH, 2013.

“É, eu acho que a, eu fui evoluindo, né? com isso... Era bem chocante assim pra família não ter um espaço, um momento de despedida, né? Então era muito diferente o que eu estudava da realidade que eu vivenciava, né? Aí quando eu cheguei aqui, a gente fazia algumas adaptações, a gente não tinha o espaço, né? Então, essas adaptações que a gente fazia aqui pra tentar chegar ao momento mais próximo, mais acolhedor pra família. Acho que foi me instrumentalizando a lidar com esse momento da morte no caminho. Borboleta Monarca – Enfermeira.

Potencialidades e fragilidades aos atendimentos em situações de óbito neonatal

É possível evidenciar aqui, os apontamentos realizados pelos profissionais da equipe multidisciplinar sobre suas percepções quanto à identificação das intervenções possíveis e limitações de sua prática profissional.

Após a ocorrência de um óbito neonatal, ao prestamos assistência, direta ou indireta como profissionais, temos grandes chances de estarmos participando do pior dia da vida de alguém, por isso, mais do que necessário, é um dever viabilizáramos aos familiares, usuários do sistema único de saúde, que possuem direitos garantidos por lei, o conhecimento e a seguridade, para que eles sejam cumpridos em todas as fases do cuidado, da recepção até a saída do hospital, de forma humanizada. PNH, 2013, e conforme explicita a Carta dos direitos dos usuários da saúde, 2011: *“Todo cidadão tem direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação”*.

Os trechos a seguir, demonstram que uma das estratégias observadas como positivas, é a inserção do profissional que fez parte da assistência anterior e possivelmente tem algum vínculo com a família.

“...o que eu percebo é que após a ocorrência do óbito quando o profissional que tá no momento da ocorrência do óbito, ele se envolveu durante a internação, é muito mais fácil o acolhimento, né? Pela equipe né. Eu acho que a mãe, o pai, os familiares se sentem muito mais acolhidos, né? Naquele momento”. -Borboleta Monarca – Enfermeira.

“...quanto mais cê tiver vinculada naquela família, quanto mais você tiver conhecido ela antes, mais, melhor será esse momento, né? De poder tá junto com eles nesse momento da a perda”. Borboleta Rosa comum – Assistente Social.

“... você só pode se mostrar acolhedor, você pode oferecer o apoio da situação, que é uma coisa que não é exclusiva da psicologia, qualquer funcionário inclusive, né? Faria até mais sentido se fosse um funcionário que tivesse mais vínculo com aquela pessoa, que tivesse acompanhado mais de perto a história do bebê e dessa mãe”. Borboleta Morfo Azul – Psicóloga.

Não tem como falar de acolhimento e humanização, sem pontuar também questões estruturais que trazem fragilidades reais aos atendimentos, como destaca Borboleta Rabo de andorinha - Técnico de Enfermagem:

“Aqui na unidade neonatal é totalmente inadequado, o local aonde os pais recebe a notícia e aonde o bebê é colocado. Eu acho que assim, nessa parte a uti neonatal deve muito, pois não tem um local apropriado pros pais fazer a última despedida dos bebês. Essa parte aqui é muito triste, é realmente é, nós deixamos lá no cantinho da borboleta, mas na verdade é cantinho pé do expurgo, muito triste”.

Um dos tópicos trazidos na PNH, 2013, p.09 aborda o tema ambiência, que diz respeito a criação de *“espaços saudáveis, acolhedores e confortáveis, que respeitem a privacidade...”*.

O lugar destacado pelo entrevistado, intitulado como “Espaço Borboleta”, é evidenciado por grande parte dos entrevistados como uma grande conquista na unidade neonatal, porém não poderíamos deixar de destacar que apesar da incontestável importância e necessidade de criação de um espaço direcionado exclusivamente para essa finalidade, se faz necessário um olhar mais reflexivo e crítico no que diz respeito à sua disposição estrutural, uma vez que ele se localiza ao lado do expurgo, onde tem grande movimentação da equipe de serviços gerais, além de inexistência de instalações apropriadas que garantam verdadeiramente a privacidade dos profissionais e familiares.

Outro ponto evidenciado foi a falta de conhecimento da atuação profissional dos colegas e o direcionamento quase que total do acolhimento, para determinadas categorias profissionais, podendo-se identificar como resultado do *despreparo da equipe de saúde em manejar a referida demanda*” (AOYAMA et al., 2019 *Apud* OLIVEIRA et al., 2020).

“É, eu acho assim que ainda tem bastante mistura entre os profissionais, o que que é papel de cada categoria, né?”. Borboleta Rosa comum – Assistente Social.

“Ó, é óbito, eu dou a notícia e tchau, porque eu não aguento a reação da mãe porque bate com a minha né? Eu também sofro e aí eu não aguento meu sofrimento nem o da mãe e aí eu saio aí chama a psicologia que é quem sabe lidar com sofrimento. Então talvez todo mundo teria que, que pensar que sofrimento faz parte e é isso e vamos junto com esse casal, né?”. - Borboleta Asa de pássaro – Psicóloga.

“Eu acho que em relação a equipe é trabalhar que é questão de óbito não é exclusiva responsabilidade de uma categoria. Então acho que como mexe com todo mundo, é vé cada um que tá se sentindo e que como cada profissional pode contribuir nesse momento. E aí, quanto mais integrada a equipe tiver, se cada um puder fazer o seu papel, acho que vai ser melhor praquela família e pros profissionais envolvidos”. Borboleta Asa de pássaro – Psicóloga.

Muitos profissionais têm medo de causar mais dor aos familiares, mas o que muitas vezes deixam de refletir é que, uma maneira real de tornar essa situação adversa ainda pior, é não saber acolher, ou acolher de qualquer jeito, uma vez que o que acentua essa dor é não se importar ou fingir que não se importa. É a indiferença que faz com que cause mais impactos negativos.

“Eu acho que tem profissionais que lidam melhor com isso e outros que não, alguns que conseguem ser acolhedores e outros não. Eu acho que muitas vezes por uma demanda da equipe, a equipe acaba sendo invasiva com aquela mãe, por não saber o que fazer e como tirar a dor daquela pessoa que eu sinto é que é, muitos membros da equipe têm esse impulso de querer resolver alguma coisa naquele momento que nada vai resolver, só o tempo. Então eu acho que acaba sendo essa questão assim, da invasão”. Borboleta Morfo Azul – Psicóloga.

“Por exemplo, aí a mãe tá chorando muito, faz parte a gente com sofrimento, né? Às vezes as pessoas não querem lidar com sofrimento, acham que a gente tem que interromper o sofrimento ou tirar aquela pessoa que tá sofrendo de perto. Isso é uma limitação, não existe como, é um momento de sofrimento. Você tem que fazer o seu papel respeitando aquele espaço de sofrimento daquela família”. Borboleta Tigre Laranja - Assistente Social.

“Tentar achar uma palavra de conforto pra dizer aos pais. Às vezes o silêncio é, é a melhor resposta. Que não tem o que falar porque é uma dor que eu acho que é inestimável, não tem palavras ou tamanho pra medir a dor do peso de perder um filho. Acho que é muito difícil”. Borboleta Rabo de andorinha - Técnico de Enfermagem.

Assistência prestada ao familiar enlutado

Essa categoria foi marcada pela complexidade e ambivalência de percepções a respeito da existência ou não de um protocolo de atendimento finalizado na unidade de terapia intensiva, mas também pelo reconhecimento quase unânime da necessidade emergente de revisão de condutas e construção de fluxos que possam favorecer experiências cada vez mais acolhedoras aos familiares, ressignificando assim os atendimentos afins de torna-los verdadeiramente humanizados.

“Eu acho que já melhorou muito, mas acho que ainda temos a melhorar. A gente foi construir aqui o protocolo do borboleta que era um caminho pra tentar humanizar o máximo e esse processo ficou parado na metade, né?... Eu acho que poderia ser mais unificado e mais, o protocolo concluído, né? Mas já avançamos, melhorou! Não é ruim, não é ótimo, mas estamos acho que no meio do caminho, temos muito a avançar ainda, eu acho.” - Borboleta Tigre Laranja - Assistente Social.

De acordo com Lari, 2018, o tipo de atendimento recebido pelos pais pode tanto aliviar, como agravar as angústias durante o processo de luto neonatal pelo possível contato proporcionado entre os familiares do neonato e a equipe de saúde, de modo que, uma equipe bem-preparada para apoiar e disposta para o cuidado dos pacientes e familiares envolvidos no contexto da perda pode ser eficiente para o processo de luto individualmente, de modo que, dar tempo a família e desprender-se da falsa ideia de agilidade nos processos, afim de conseguir “tirar a dor da família” ou da pressão para que os tramites burocráticos aconteçam mais rápido, são pontos essenciais para uma assistência cada vez mais adequada.

“Eu acho que ainda falta bastante, acaba se fazendo fluxos burocráticos, né? Só que para os fluxos acontecerem, tem que ter diálogo, tem que ter encontros, tem que toda a equipe tá sensibilizada, porque que existe aquele fluxo, né? Senão acaba sendo uma coisa burocratizada e fica desintegrada, então isso transparece no momento do óbito também né? Essa falta de diálogo mesmo entre a equipe, então cada um tentando até fazer sua parte, mas não de maneira integrada.” Borboleta Rosa comum – Assistente Social.

É difícil para os funcionários lidar com desfechos negativos nas maternidades, especialmente quando não há protocolos institucionais específicos. SETUBAL, 2018 *Apud* SALGADO, ANDREUCCI, GOMES, 2021. Uma vez que essa ausência de diretrizes de condutas, tornam a assistência a ser prestada cada vez mais desintegrada e condicionada à valores e crenças individuais de cada profissional.

“Eu já trabalhei em vários plantões, noite, dia e outros plantões. Então varia muito da equipe. Não, eu percebo que não tem um treinamento que todos falam a mesma língua, uns acolhe bem, entende, encaminha, chama apoio, outros simplesmente começa “fazer o que?”, “já tinha que esperar!”. Como essa pessoa tivesse que aceitar de qualquer jeito”. - Borboleta Verde Nublada - Técnica de Enfermagem.

“...esse protocolo não é o único por exemplo quando morre num domingo ou na noite q que não estão aqui todos os profissionais da multi, eu acredito que não são feitas todas as etapas ali, então quem morre durante o dia e quando a equipe tá completa é atendida de um jeito, quem morre na madrugada é atendido de outro e isso é ruim” - Borboleta Tigre Laranja – Assistente Social.

Outro ponto destacado é a comunicação, que é um aspecto fundamental na assistência prestada, independentemente da situação, uma vez que podemos dizer que ela é uma das, ou a ferramenta mais importante nesse processo tão delicado que necessita de informações claras e a eminente necessidade de reflexões constantes sobre atitudes e comportamentos na vivência dessas situações, que em muitas ocasiões, podem gerar atuações incorretas e percebidas como distantes, quase frias, trazendo impactos negativos imensuráveis aos indivíduos (MONTEIRO et al, 2011).

É possível perceber uma certa dificuldade dos médicos em expressar os seus próprios sentimentos, confundindo envolvimento e empatia com falta de limite profissional.

Evidenciando também, uma necessidade imediatista de dar conta de fluxos burocráticos, que ferem os princípios básicos na comunicação com os familiares enlutados, como o sigilo, ao dar notícias no corredor da instituição.

“...algumas coisas nós conseguimos avançar bastante, outras eu acho ainda não, ainda tem médico que fala ali no meio do corredor, né?” Borboleta Tigre Laranja – Assistente Social.

“Eu acho que o que poderia melhorar é a questão da comunicação, essa comunicação de óbito é feita pelos médicos, né? Dos médicos entrarem em contato, mais prepararem melhor a família pro óbito, né?” Borboleta Imperador Roxo – Enfermeiro.

Demonstrar sentimentos em determinadas situações, principalmente nas situações abordadas aqui, não é errado, e sim, considerado pelos pais muito adequado. Mayer et. Al, 2006 *Apud* Taber; Lago (2012, p.02) destacam que,

Pais de crianças que morreram de forma traumática descreveram que a sensibilidade e a empatia no momento de dar a notícia foram mais importantes que o contato prévio com o profissional ou a sua profissão”, acrescentando ainda que “os pais sentiram maior suporte emocional da polícia que da equipe de saúde.

Dessa forma, é imprescindível destacar que o acolhimento e o cuidado com a maneira como a comunicação vai ocorrer é fundamental para o suporte e assistência aos familiares.

Outra questão a ser abordada nesse eixo, são as condutas quanto a despedida com o bebê, visto que em determinadas situações, as mulheres também podem ser privadas de participar dos rituais fúnebres por conta de sua hospitalização.

A prática de oportunizar momentos de contatos visuais e físicos com o bebê, mesmo após o óbito, auxilia positivamente no processo de enfrentamento do luto, com a construção de lembranças e ressignificação da perda. (SALGADO; POLIDO, 2018).

Na maternidade onde as entrevistas foram realizadas, alguns profissionais pontualmente aderem a conduta da inserção de uma caixinha para entregar aos familiares, para que possam guardar a pulseirinha do RN e identificação com o carimbo do pé do bebê, porém ocorrem diversas falhas, seja por falta de conhecimento de alguns profissionais sobre a existência da prática, como pela inexistência de condutas consolidadas estabelecidas.

“Ainda tem pessoas que não gostam do movimento da família que querem limitar o tempo que a pessoa vai ficar com o bebê, eu acho ainda tem pessoas que não conhecem a caixinha, as lembrancinhas, tem equipes que fazem, tem equipes que não então depende.” - Borboleta Tigre Laranja – Assistente Social.

“Teve avanços, por exemplo, ter uma sala, um espaço, pra essa mãe ficar quando ela ouve a notícia do óbito, pra essa mãe velar o corpo, se despedir do bebê, eu acho que tudo isso foi conquista, conquista, né? Onde você põe as lembrancinhas do bebê, foi, então teve muita evolução...” Borboleta Asa de pássaro – Psicóloga.

“...tem um canto separado pra fazer espaço, pro período do luto, né? Tem as caixinhas com a lembrancinha e tudo, eu acho que isso é, são medidas bem importantes” Borboleta Imperador Roxo – Enfermeiro.

Branchett; Stretton, 2012 *Apud* Lari, (2018, p.09) destacam que,

[...] a inserção do bebê na memória familiar com ações que o envolvam como: tirar fotos, marcar os pés em algum tecido ou papel ou guardar roupas e cobertores por ele usados trazem benefícios como menos emoções negativas durante o processo de luto”

É importante lembrar constantemente, como destacou Moritz 2002 *Apud* Simão, 2010, que o papel da equipe multidisciplinar em um ambiente hospitalar é essencial e necessita que profissionais integrem e verdadeiramente detenham conhecimentos e capacidades específicas para analisar as situações e os contextos envolvendo os pacientes e suas famílias. Garantindo um ambiente de muito diálogo e de troca de informações constantes, para que o trabalho desenvolvido atinja de forma eficiente os resultados preconizados na humanização.

Considerações finais

Nessa pesquisa procuramos destacar que, apesar de ouvirmos diversas vezes ao longo de nossas vidas que a única certeza de que temos, é a de que algum dia iremos morrer, estamos muito distantes da familiaridade com o tema, uma vez que, em geral as pessoas evitam falar sobre ele ou, quando o fazem, trazem o tema: MORTE, como algo ainda muito afastado delas próprias, principalmente quando nos referimos ao óbito neonatal.

Desta forma, buscamos discutir percepções, condutas e fluxos que gerem trocas, encontros e formações para conclusão e implantação de um protocolo de atendimento reflexivo e organizado, capaz de evidenciar diretrizes que possam conduzir a equipe de modo geral, sem que seja algo engessado, possibilitando estratégias acerca da assistência prestada cotidianamente por nós, profissionais da equipe multiprofissional, aos verdadeiros protagonistas em questão, que são os familiares enlutados, que merecem respeito ao direito de suas escolhas, que só são possíveis através de acesso a informações de qualidade, diante uma situação precoce em que foram colocados e que de forma algum necessitam vivenciar situações que agreguem ainda mais camadas de dor e sofrimento, diante desse evento adverso, que são as situações de óbitos neonatais.

Referências

BRAZ, M. A. B; BRAGA, N. de. A; MORSCH, D. S. **Cuidando da Cidadania do Bebê e de sua Família.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/rqhtt/pdf/moreira-9788575413579-12.pdf>>. Acesso em 25 de maio de 2020.

_____. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_direitos_usuarios_saude_3ed.pdf>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização.** Brasília: 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2021.

_____. 2016. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em 20 de Setembro de 2021.

CÂMARA, R. H. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações.** Rev. Interinst. Psicol. vol.6 no.2 Belo Horizonte jul. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202013000200003>. Acesso em 28 de maio de 2021.

CFESS. **Orientação Normativa n. 3/2020.** Brasília-DF. 2020. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/OrientacaoNormat32020.pdf>>. Acesso em 25 de maio de 2020.

GONDIM, Sônia Maria Guedes; FRASER, Márcia Tourinho Dantas Frase. **Da fala do outro ao texto negociado:** discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Bahia, 2004, p. 139 -152. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf>>. Acesso em 05 de maio de 2021.

JUNIOR, F. J. G. da S. et al. Processo de morte e morrer: evidências da literatura científica de Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn.** Terezinha – PI. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/reben/v64n6/v64n6a20.pdf>>. Acesso em 15 de maio de 2020.

LARI, L. R; SHIMO A. K.K; CARMONA E.V, de M., M.H.B.L; CAMPOS, C.J.G. Suporte aos pais que vivenciam a perda do filho neonato: revisão de literatura. **Aquichan.** 2018; 18(1): 80-94. DOI:

10.5294/aqui.2018.18.1.8. Disponível em: < <http://www.scielo.org.co/pdf/aqui/v18n1/1657-5997-aqui-18-01-00080.pdf>>. Acesso em 10 de dezembro de 2021.

LEMOS, L. F. S.; CUNHA, A. C. B. Morte na maternidade: como profissionais de saúde lidam com a perda. **Psicologia Em Estudo**, V.20, n.1, Maringá. 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsrepo/2871/287142227003/html/index.html>>. Acesso em 08 de maio de 2021.

LIMA, Maria do Socorro Bezerra; MOREIRA, Érika Vanessa. A pesquisa qualitativa em geografia qualitativa research in geography pesquisa qualitativa em geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.37, v.2, p.27-55, ago./dez. 2015. Disponível em: <<file:///D:/Users/x492870/Downloads/4708-16705-1-PB.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2020.

MARTINELLI, M. L. O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidiano. **Serviço Social & Sociedade**, no.107. São Paulo. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282011000300007>.

Acesso em 26 de maio de 2020.

MONTERO, P.S.M. et al. A experiência da perda perinatal a partir da perspectiva dos profissionais de saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem** [Internet]. nov.-dez. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rlae/a/8sxFFgPXFfJBKrCPSbXK5VS/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

OLIVEIRA, D.J.B. et al. Estratégias para a humanização da assistência hospitalar no contexto de perdas gestacionais. **Rev.Bras.de Direito e Gestão Pública** (Pombal, PB), 8(04), 1101-1112, out./dez.2020. Disponível em: <<file:///C:/Users/Jhonatan%20Reis/Downloads/8597-Texto%20do%20artigo-43985-1-10-20201221.pdf>>. Acesso em: 30 de dezembro de 2021.

PEDROSA, L. D. C. de O; SARINHO, S. W; ORDONHA, M. de A. R. **Óbitos neonatais: por que e como informar?** Rev. Bras. Saúde Matern. Infant., Recife, 5 (4): 411-418, out. / dez., 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v5n4/27759.pdf>>. Acesso em 12 de novembro de 2021.

SALGADO, H.O., ANDREUCCI, C.B., GOMES, A.C.R. *et al.* O projeto de luto perinatal: desenvolvimento e avaliação de diretrizes de apoio para famílias que sofrem natimorto e morte neonatal no Sudeste do Brasil — um estudo quase experimental antes e depois. **Reprod Saúde** 18, 5 (2021). Disponível em: <<https://doi.org/10.1186/s12978-020-01040-4>>. Acesso em 04 de janeiro de 2022.

SALGADO H.O, POLIDO C.A. **Como Lidar Luto Perinatal: Acolhimento em situações de perda gestacional e neonatal**. 1ed. São Paulo: Ema Livros; 2018.

SIMÃO et al. A atuação do Serviço Social junto a pacientes terminais: breves considerações*. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 102, p. 352-364, abr./jun. 2010.

TIBER, C. LAGO, P.M. Comunicação de más notícias em pediatria. **Boletim Científico de Pediatria** - Vol. 1, Nº 1, 2012. Disponível em: <https://www.sprs.com.br/sprs2013/bancoimg/131210152030bcped_12_01_02.pdf>. Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

Enviado em 30/04/2022

Avaliado em 15/06/2022